

**DIOGO LUIZ DE JESUS MOREIRA**

Panorama sobre a utilização de Dados Governamentais Abertos  
no Brasil: um estudo a partir dos aplicativos desenvolvidos

**Dissertação de mestrado**  
**Março de 2015**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

DIOGO LUIZ DE JESUS MOREIRA

**PANORAMA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS  
NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS APLICATIVOS DESENVOLVIDOS**

RIO DE JANEIRO  
2015

DIOGO LUIZ DE JESUS MOREIRA

**PANORAMA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS  
NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS APLICATIVOS DESENVOLVIDOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Ana Maria Barcellos Malin

RIO DE JANEIRO  
2015

M835p      Moreira, Diogo Luiz de Jesus  
                 Panorama sobre a utilização de Dados  
                 Governamentais Abertos no Brasil: um estudo a  
                 partir dos aplicativos desenvolvidos / Diogo Luiz  
                 de Jesus Moreira. -- Rio de Janeiro, 2015.  
                 158 f.

                 Orientadora: Ana Maria Barcellos Malin.  
                 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal  
                 do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação,  
                 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e  
                 Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da  
                 Informação, 2015.

                 1. Dados Governamentais Abertos. 2. Dados  
                 Abertos. 3. Governo Aberto. 4. Aplicativos. I.  
                 Malin, Ana Maria Barcellos, orient. II. Título.

DIOGO LUIZ DE JESUS MOREIRA

**PANORAMA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS  
NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS APLICATIVOS DESENVOLVIDOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 31/03/2015

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Maria Barcellos Malin (Orientadora)  
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha  
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Cláudio José Silva Ribeiro  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Dedico esta dissertação ao meu filho Miguel  
Saldanha Moreira

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me permitiu realizar mais um sonho.

Ao meu filho Miguel Saldanha Moreira, por ser a razão da minha vida.

À minha mãe Vilma Pereira de Jesus (in memoriam), que infelizmente não pôde estar presente neste momento tão importante da minha vida, mas que não poderia deixar de dedicar a ela, pois se hoje estou aqui, devo muitas coisas a ela, principalmente por seus ensinamentos e valores passados. Obrigado por tudo! Saudades eternas!

Ao meu pai Washington Luiz Moreira, por ter me dado a base familiar para eu alcançar todos os meus objetivos.

À minha esposa Maria Luiza Saldanha Bezerra, pela paciência, compreensão e companheirismo nos momentos de cansaço e mau humor.

À Professora Ana Maria Barcellos Malin, pelas relevantes contribuições como orientadora.

Aos Professores Arthur Coelho Bezerra e Cláudio José Silva Ribeiro, pelas ricas contribuições em minha qualificação.

Ao Professor Gustavo Silva Saldanha, membro suplente, por ter aceito o convite para substituir um membro efetivo da banca examinadora.

Aos Professores e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-IBICT/UFRJ), por fazerem deste programa um dos melhores e mais respeitados no Brasil.

Aos colegas de Mestrado, com os quais pude trocar experiências importantes para o meu aperfeiçoamento acadêmico.

Aos meus companheiros de trabalho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com os quais pude contar com a ajuda nos momentos de ausência.

“Um governo popular, sem informação pública, ou sem meios para obtê-la, é o prólogo de uma farsa ou de uma tragédia; ou talvez de ambas. O conhecimento sempre governará a ignorância: e o povo que pretende governar a si próprio necessita armar-se com o poder que o conhecimento confere.”

James Madison  
Ex-Presidente dos Estados Unidos (1822)



## RESUMO

MOREIRA, Diogo Luiz de Jesus. **Panorama sobre a utilização de Dados Governamentais Abertos no Brasil: um estudo a partir dos aplicativos desenvolvidos**. Orientadora: Ana Maria Barcellos Malin. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.

Esta dissertação tem como objetivo principal traçar um panorama, a partir do estudo dos aplicativos gerados, sobre como a sociedade brasileira está utilizando Dados Governamentais Abertos. Dados Governamentais Abertos correspondem à disponibilização de dados da esfera governamental em formatos predeterminados (formatos abertos e não proprietários) para a livre utilização, reutilização e redistribuição pela sociedade. A identificação dos aplicativos que utilizam Dados Governamentais Abertos no Brasil é realizada a partir de informações oficiais oriundas do Portal Brasileiro de Dados Abertos e de informações extraídas de notícias sobre Dados Governamentais Abertos no Brasil arquivadas no Observatório de Gestão da Informação a partir do Alerta *Google*. Desta forma, este estudo pretende desenvolver os seguintes objetivos específicos: identificar e categorizar os temas e os autores dos aplicativos que utilizam Dados Governamentais Abertos no Brasil, assim como os conjuntos de dados utilizados e suas respectivas licenças, e avaliar o grau de atualização dos aplicativos disponibilizados no Portal Brasileiro de Dados Abertos em relação às aplicações identificadas através das notícias sobre Dados Governamentais Abertos arquivadas no Observatório de Gestão da Informação.

Palavras-chave: Dados Governamentais Abertos; Dados Abertos; Governo Aberto; Aplicativos.

## ABSTRACT

MOREIRA, Diogo Luiz de Jesus. **Panorama sobre a utilização de Dados Governamentais Abertos no Brasil: um estudo a partir dos aplicativos desenvolvidos**. Orientadora: Ana Maria Barcellos Malin. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.

This paper aims to give an overview, from the study of the generated applications, about as Brazilian society is using Open Government Data. Open Government Data consist of the provision of data of governmental sphere at predetermined formats (open and non-proprietary standards) for free use, reuse and redistribution by society. The identification of applications that use Open Government Data in Brazil is performed based on official information extracted from the Portal Brasileiro de Dados Abertos and information extracted from news on Open Government Data in Brazil archived on Observatório de Gestão da Informação as from Google Alerts. Thus, this study aims to develop the following specific objectives: identify and categorize the themes and the authors of the applications that use Open Government Data in Brazil, as well as datasets used and their licenses, and assess the degree of update of the applications available in Portal Brasileiro de Dados Abertos relative to applications identified through the news on Open Government Data archived on Observatório de Gestão da Informação.

Keywords: Open Government Data; Open Data; Open Government; Applications.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Licença Creative Commons - Atribuição.....	37
Ilustração 2 – Licença Creative Commons - Compartilhamento.....	37
Ilustração 3 – Licença Creative Commons - “Não à Obras Derivadas”.....	38
Ilustração 4 – Licença Creative Commons - Uso Não Comercial.....	38
Ilustração 5 – Licença Creative Commons - Uso Não Comercial e Compartilhamento.....	38
Ilustração 6 – Licença Creative Commons - Uso Não Comercial e “Não à Obras Derivadas”.....	39
Ilustração 7 – Licença Creative Commons - Domínio Público.....	39
Ilustração 8 – Página principal do Portal Brasileiro de Dados Abertos.....	62
Ilustração 9 – Página principal do website do Observatório de Gestão da Informação.....	66
Ilustração 10 – Exemplo de Alerta Google.....	67
Ilustração 11 – Gráfico comparativo das notícias veiculadas entre os anos de 2013 e 2014....	69
Ilustração 12 – Página principal do aplicativo Reputação S.A.....	74
Ilustração 13 – Página principal do aplicativo Reclamações PROCON.....	75
Ilustração 14 – Página principal do aplicativo Reclamações BR.....	77
Ilustração 15 – Página principal do aplicativo Aeroportos Brasil.....	80
Ilustração 16 – Página principal do aplicativo Siga seu vereador.....	82
Ilustração 17 – Página principal do aplicativo Radar Parlamentar.....	84
Ilustração 18 – Página principal do aplicativo Basômetro.....	85
Ilustração 19 – Página principal do aplicativo Painel do PAC.....	87
Ilustração 20 – Página principal do aplicativo DPRF.info.....	90
Ilustração 21 – Página principal do aplicativo Escola Que Queremos.....	91
Ilustração 22 – Página principal do aplicativo Retrato da Violência.....	93
Ilustração 23 – Página principal do aplicativo De Olho nas Emendas.....	94
Ilustração 24 – Página principal do aplicativo EduQI – Educação é questão de investimento	96
Ilustração 25 – Página principal do aplicativo Proprietários do Brasil.....	97
Ilustração 26 – Página principal do aplicativo Mapa da Cultura.....	98
Ilustração 27 – Página principal do aplicativo QEdu.....	99
Ilustração 28 – Página principal do aplicativo Olho Vivo.....	101
Ilustração 29 – Página principal do aplicativo Cuidando do meu Bairro.....	102
Ilustração 30 – Página principal do aplicativo Brasil Mapeado.....	104
Ilustração 31 – Página principal do aplicativo Agências do MTE.....	106
Ilustração 32 – Página principal do aplicativo PAC Info.....	107

Ilustração 33 – Página principal do aplicativo Análise do Acesso à Educação.....	109
Ilustração 34 – Página principal do aplicativo Meu Município.....	110
Ilustração 35 – Página principal do aplicativo Empresômetro.....	111
Ilustração 36 – Gráfico de análise dos aplicativos segundo os temas abordados.....	115
Ilustração 37 – Gráfico de análise dos aplicativos segundo o licenciamento dos conjuntos de dados.....	122
Ilustração 38 – Gráfico de análise dos aplicativos segundo o tipo de autor.....	124

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis dos Dados Governamentais Abertos.....	41
Quadro 2 – Princípios dos Dados Governamentais Abertos.....	42
Quadro 3– Benefícios e/ou vantagens dos Dados Governamentais Abertos.....	45
Quadro 4– Barreiras e/ou fatores inibidores dos Dados Governamentais Abertos.....	46
Quadro 5 – Portais de Dados Governamentais Abertos pelo mundo.....	50
Quadro 6 – Evolução das ações que precederam e culminaram na política de Dados Governamentais Abertos no Brasil.....	52
Quadro 7 – Cinco grandes desafios da Parceria para Governo Aberto.....	58
Quadro 8 – Objetivos específicos da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.....	59
Quadro 9 – Exemplo de notícias categorizadas como “promoção”.....	69
Quadro 10 – Exemplo de notícias categorizadas como “abertura”.....	70
Quadro 11 – Exemplo de notícias categorizadas como “aplicativos”.....	70
Quadro 12 – Exemplo de notícias categorizadas como “outros”.....	70
Quadro 13 – Critérios para descrição e classificação dos aplicativos.....	71
Quadro 14 – Aplicativos identificados através do Portal Brasileiro de Dados Abertos.....	72
Quadro 15 – Aplicativos identificados através do Observatório de Gestão da Informação.....	88
Quadro 16 – Equipamentos Públicos disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos.....	105
Quadro 17 – Visão comparativa dos aplicativos identificados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no OBGI.....	112
Quadro 18 – Aplicativos apresentados em eventos como o Hackathon.....	113
Quadro 19 – Análise dos aplicativos segundo os conjuntos de dados utilizados.....	116
Quadro 20 – Aplicativos que utilizaram conjuntos de dados presentes no Portal Brasileiro de Dados Abertos.....	118
Quadro 21 – Aplicativos que não informaram adequadamente os conjuntos de dados.....	121
Quadro 22 – Glossário.....	145
Quadro 23 – Notícias sobre Dados Governamentais Abertos arquivadas no Observatório de Gestão da Informação.....	148
Quadro 24 – Mapeamento da utilização de Dados Governamentais Abertos no Brasil.....	153

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Notícias sobre Dados Governamentais Abertos veiculadas na web brasileira ao longo dos anos de 2013 e 2014.....	68
Tabela 2 – Totalização das categorias de notícias.....	71
Tabela 3 – Análise dos aplicativos segundo os temas abordados.....	114
Tabela 4 – Análise dos aplicativos segundo as licenças dos conjuntos de dados.....	122
Tabela 5 – Análise dos aplicativos segundo o tipo de autor.....	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CC	<i>Creative Commons</i>
CC-BY	<i>Creative Commons Attribution</i>
CC-BY-SA	<i>Creative Commons Attribution-ShareAlike</i>
CC-BY-ND	<i>Creative Commons Attribution-NoDerivs</i>
CC-BY-NC	<i>Creative Commons Attribution-NonCommercial</i>
CC-BY-NC-SA	<i>Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike</i>
CC-BY-NC-ND	<i>Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs</i>
CC0	<i>Creative Commons Zero</i>
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CFB	Constituição Federal do Brasil
CGI.BR	Comitê Gestor da <i>Internet</i> no Brasil
CGU	Controladoria-Geral da União
CI	Ciência da Informação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DF	Distrito Federal
DGA	Dados Governamentais Abertos
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
E-GOV	Programa de Governo Eletrônico
EITA	Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão
FISL	Fórum Internacional de <i>Software</i> Livre
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GNU	GNU <i>is not</i> Unix
GNU-AGPL	GNU <i>Affero</i> General Public License
GNU-GPL	GNU <i>General</i> Public License
GNU-LGPL	GNU <i>Lesser</i> General Public License
GTTI	Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDRC	Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Canadá
IMD	Instituto Mais Democracia
INDA	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos



INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSPER	Instituto de Ensino e Pesquisa
IPA	Índice de Poder Acumulado
LAI	Lei de Acesso à Informação
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF	Ministério da Fazenda
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NIC.BR	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
OBGI	Observatório de Gestão da Informação
ODC	<i>Open Data Commons</i>
ODC-BY	<i>ODC Attribution License</i>
ODC-ODBL	<i>ODC Open Database License</i>
ODC-DBCL	<i>ODC Database Content License</i>
ODC-PDDL	<i>ODC Public Domain Dedication License</i>
OD4D	<i>Open Data for Development</i>
OGP	<i>Open Government Partnership</i>

OKF	<i>Open Knowledge Foundation</i>
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGA	Parceria para Governo Aberto
POLIGNU	Grupo de estudos de <i>software</i> livre da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PROCON	Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RFB	Receita Federal do Brasil
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
SENACON	Secretaria Nacional do Consumidor
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SINDEC	Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor
SPTRANS	São Paulo Transporte S.A.
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS E INTERPRETAÇÕES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
2.1	SOCIEDADE E REGIME DE INFORMAÇÃO.....	25
2.2	DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS.....	28
<b>3</b>	<b>DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS.....</b>	<b>35</b>
3.1	DADOS ABERTOS.....	35
<b>3.1.1</b>	<b>Licenciamento de Dados Abertos.....</b>	<b>36</b>
3.1.1.1	Creative Commons.....	36
3.1.1.2	Open Data Commons.....	39
3.2	DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS.....	40
3.3	GOVERNO ABERTO.....	48
<b>3.3.1</b>	<b>A evolução das ações que precederam e culminaram na política de Dados Governamentais Abertos no Brasil.....</b>	<b>51</b>
3.3.1.1	Programa de Governo Eletrônico.....	52
3.3.1.2	Portal da Transparência do Governo Federal.....	54
3.3.1.3	Lei de Acesso à Informação.....	55
3.3.1.4	Parceria para Governo Aberto.....	57
3.3.1.5	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.....	59
3.3.1.6	Portal Brasileiro de Dados Abertos.....	61
<b>4</b>	<b>TRAÇANDO UM PANORAMA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS NO BRASIL.....</b>	<b>63</b>
4.1	METODOLOGIA.....	63
4.2	RESULTADOS.....	72
<b>4.2.1</b>	<b>Portal Brasileiro de Dados Abertos.....</b>	<b>72</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Observatório de Gestão da Informação.....</b>	<b>88</b>
4.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	112
<b>4.3.1</b>	<b>Análise dos aplicativos segundo os temas abordados.....</b>	<b>114</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Análise dos aplicativos segundo os conjuntos de dados utilizados.....</b>	<b>115</b>
<b>4.3.3</b>	<b>Análise dos aplicativos segundo as licenças dos conjuntos de dados.....</b>	<b>121</b>
<b>4.3.4</b>	<b>Análise dos aplicativos segundo os autores.....</b>	<b>124</b>

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>130</b>
	<b>REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....</b>	<b>137</b>
	<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>145</b>
	<b>APÊNDICE A – NOTÍCIAS SOBRE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS</b>	
	<b>ARQUIVADAS NO OBSERVATÓRIO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>148</b>
	<b>APÊNDICE B – MAPEAMENTO DA UTILIZAÇÃO DE DADOS</b>	
	<b>GOVERNAMENTAIS ABERTOS NO BRASIL.....</b>	<b>153</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho contempla o tema Dados Governamentais Abertos (DGA). Seu objetivo é traçar um panorama sobre como a sociedade brasileira utiliza DGA a partir do estudo dos aplicativos gerados com os dados disponibilizados pelo setor público.

Entende-se aqui por aplicativo um conjunto de instruções (programas de computador) que, quando executadas, produzem a função e o desempenho desejados, possuem estruturas de dados que possibilitam que os programas manipulem adequadamente a informação e contenham os documentos que descrevam a operação e o uso dos programas (PRESSMAN, 1995, p.12).

A identificação dos aplicativos que utilizam DGA no Brasil é realizada a partir de informações oficiais oriundas do Portal Brasileiro de Dados Abertos e de informações veiculadas na *Web* brasileira extraídas de notícias sobre DGA no Brasil arquivadas no Observatório de Gestão da Informação<sup>1</sup> (OBGI) a partir do Alerta *Google*<sup>2</sup>.

A respeito do conceito de DGA, Matheus, Vaz e Ribeiro esclarecem:

Dados Governamentais Abertos (DGA) é o termo utilizado pela literatura para denominar a disponibilização, através da *Internet*, de informações e dados governamentais de domínio público para a livre utilização pela sociedade [AGUNE, GREGORIO FILHO, BOLLIGER, 2010]. Este conceito remete à defesa dos dados públicos como pertencentes ao cidadão. Ou seja, acesso irrestrito de todos os dados, desde que não sejam sigilosos, a todas as pessoas. Também remete ao contexto do desenvolvimento recente, onde todos os ferramentais de TICs (*Internet*, Banco de Dados Distribuídos, Computadores, *Smartphones*, *Tablets* etc.) facilitaram a disponibilização e acesso a essas informações (MATHEUS; VAZ; RIBEIRO, 2014, p.3).

DGA constituem-se em um recurso amplo e ainda recente, portanto, pouco estudado e explorado. Cidadãos e organizações necessitam de dados para o desenvolvimento de suas atividades. E o Estado desempenha um papel essencial nessa perspectiva, tanto pelo volume e acumulação dos dados que coleta, quanto pelo fato de que os dados governamentais são públicos e, portanto, podem ser abertos e tornados acessíveis para a utilização pela sociedade

1 Disponível em: <<http://obgi.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

2 O Alerta *Google* funciona como um segmentador de dados textuais, utilizando técnicas de mineração de textos para agrupamento ou divisão de um conjunto de dados. A cada conjunto de palavras-chave digitado, o *Google* pesquisa em seu índice as páginas de *sites* relacionadas ao termo informado, através de algoritmos. Certos *sites*, apesar de relevantes, podem não estar indexados pelo *Google* por inexistir *hiperlink* externo apontado para ele; ou por ter baixa relevância em relação aos termos digitados; ou porque o *site* foi escrito em *flash*, *java* ou alguma linguagem que dificulte a indexação de seu conteúdo (SEO MARKETING - MARKETING PARA GOOGLE, 2010).

civil.

O movimento de DGA chama a atenção pelo seu potencial de transformação social e política, a partir do estímulo à transparência, colaboração e participação dos cidadãos nas políticas e ações governamentais. A disponibilização dos dados governamentais pode propiciar uma série de vantagens, tais como a fiscalização da Administração Pública pela sociedade, o aumento da qualidade da prestação de serviços públicos, o empoderamento dos cidadãos e o desenvolvimento de sua participação política.

O desenvolvimento de iniciativas governamentais voltadas para a disseminação de DGA possibilitou à sociedade civil a livre utilização destes dados e o seu processamento através de aplicativos que, por meio de recursos como gráficos e relatórios, traduzem de uma forma de fácil entendimento os dados governamentais.

No Brasil, o estudo do tema de DGA revela-se ainda mais premente, com a existência da Lei de Acesso à Informação<sup>3</sup> (LAI), que dispõe sobre o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, com o Programa de Governo Eletrônico<sup>4</sup> (e-GOV), que possui como premissa a utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação, com o Portal da Transparência do Governo Federal<sup>5</sup>, que tem como objetivo assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, com a Parceria para Governo Aberto<sup>6</sup> (PGA), que tem como meta a promoção da transparência e o combate à corrupção, com a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos<sup>7</sup> (INDA), que tem como objetivo desenvolver um conjunto de padrões, tecnologias e procedimentos para a disseminação e compartilhamento de dados públicos no modelo de DGA e com o Portal Brasileiro de Dados Abertos, que tem o propósito de possibilitar a todos os cidadãos o acesso a dados e informações públicos.

Com uma política de DGA recente e em andamento no Brasil, desde a instituição da INDA, em 13 de abril de 2012, as questões que se colocam são: partindo da premissa que a *Internet* consiste em um espaço público do mundo contemporâneo, há indícios de que os cidadãos poderiam participar mais efetivamente das ações do Estado? E teria o Estado, através desta ferramenta, a oportunidade de compreender melhor as necessidades dos

---

3 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

4 Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

5 Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

6 Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

7 Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

cidadãos? Fornecer dados em formatos padronizados abertos e acessíveis permitiriam ao cidadão utilizar qualquer ferramenta de *software* para adaptá-los às suas necessidades? DGA promoveriam a melhoria da relação entre Estado e sociedade civil, a qualidade de vida dos cidadãos e o uso mais eficiente dos recursos públicos?

Tomando por base este cenário, Malin esclarece:

Estamos frente a grandes desafios, mas também diante de uma janela de oportunidade para estabelecer instituições, procedimentos e processos jurídicos, políticos e operativos para fazer vigorar um ambiente de informação que dê sustentação ao novo regime e avance com a cidadania e democracia no país (MALIN, 2012, p.10).

A adoção de DGA no Brasil caminha na direção de resgatar um atraso governamental e remete à introdução de um contemporâneo regime de informação fundamentado na defesa do direito de acesso à informação pública. Portanto, a existência de iniciativas voltadas para DGA no Brasil somadas ao fato de estarem em plena fase de implantação justificam a relevância de acompanhamento desta temática pelo campo de estudo da Ciência da Informação (CI).

Diante do exposto, surge a questão que esta pesquisa busca esclarecer: **Como a sociedade brasileira está utilizando DGA?**

A pesquisa teve como objetivo geral conhecer e analisar os usos dos DGA pela sociedade brasileira nos primeiros dois anos de adoção deste modelo no país, entre Janeiro de 2013 e Dezembro de 2014. Como objetivos específicos:

- a) Estudar o contexto em que se desenvolve a proposta de DGA no Brasil;
- b) Identificar e descrever os aplicativos existentes;
- c) Identificar, descrever e categorizar os temas e os autores dos aplicativos identificados;
- d) Identificar e analisar os conjuntos de dados utilizados e suas respectivas licenças;
- e) Avaliar o grau de atualização dos aplicativos disponibilizados no Portal Brasileiro de Dados Abertos em relação às aplicações identificadas através das notícias sobre DGA publicadas na *Web* brasileira.

A pesquisa constitui-se como descritiva e exploratória, ao buscar descrever os fatos e fenômenos de uma realidade emergente, pouco conhecida, e proporcionar maior familiaridade

com o tema. Configura-se como de natureza quali-quantitativa, pois adota tanto técnicas da pesquisa qualitativa quanto da pesquisa quantitativa. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica. A pesquisa bibliográfica foi construída em anais de eventos, revistas e periódicos científicos, em dissertações e teses acadêmicas e em documentos públicos e ferramentas oficiais. A pesquisa empírica lançou mão de duas fontes de dados para a identificação dos aplicativos que utilizam DGA no Brasil: uma fonte oficial, que corresponde ao Portal Brasileiro de Dados Abertos, e informações veiculadas na *Web* brasileira extraídas de notícias sobre DGA no Brasil arquivadas no OBGI a partir do Alerta *Google*.

A respeito da estrutura do trabalho, no Capítulo 2, é estabelecida a relação entre DGA e o campo da CI através da discussão de autores da área sobre a formação de um contemporâneo regime de direito de acesso à informação pública fundamentado na defesa dos dados públicos<sup>8</sup> como pertencentes ao cidadão. Em seguida, no Capítulo 3, como pano de fundo para o desenvolvimento de um panorama sobre a utilização de DGA no Brasil, são apresentados os conceitos de Dados Abertos, DGA e Governo Aberto. Complementarmente, o licenciamento de Dados Abertos e a evolução das ações que precederam e culminaram na política de DGA no Brasil também são abordados. Por fim, no Capítulo 4, o panorama sobre a utilização de DGA no Brasil é então desenvolvido através da análise dos aplicativos segundo os temas abordados, os conjuntos de dados utilizados, as licenças dos conjuntos de dados e os autores.

---

8 “Qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica” (BRASIL, 2012b, p.3).



## 2 DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS E INTERPRETAÇÕES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O tema que é objeto de estudo desta dissertação – DGA – é recente, tendo gerado ainda pouca reflexão teórica e empírica. Sua pertinência e relação com o campo de estudo da CI ocorrem por diversos ângulos conceituais, temáticos e de abordagem. O desafio aqui enfrentado é o de estabelecer alguns destes marcos teóricos. Desta forma, optou-se desenvolver nesta pesquisa a relação entre DGA e o campo da CI através da discussão de autores da área da CI.

Borko visualiza a CI como um campo de estudo que examina todos os processos relacionados à informação, desde a sua criação até o seu efetivo uso. Para este autor, a CI opera tanto na construção de teorias quanto no desenvolvimento de produtos e/ou serviços.

CI é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação. Ela tem tanto um componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços (BORKO, 1968, p.3, tradução nossa).

A CI pode ser caracterizada como uma ciência interdisciplinar por sua essência. Os processos envolvidos com a informação, tais como criação, coleta, organização, arquivamento, recuperação, interpretação, transferência, modificação e uso, abarcam um amplo conjunto de possíveis temáticas, o que atrai a preocupação de pesquisadores de distintas áreas acadêmicas (SOUZA; STUMPF, 2009, p.42).

Segundo Saracevic, o caráter interdisciplinar, a inevitável relação com as TICs e a ativa participação no desenvolvimento da sociedade da informação constituem-se nas principais características responsáveis pela evolução da CI.

Três são as características gerais que constituem a razão da existência e da evolução da CI; outros campos compartilham-nas. Primeira, a CI é, por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada. Segunda, a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial. Terceira, a

CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação. A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. Essas três características ou razões constituem o modelo para compreensão do passado, presente e futuro da CI e dos problemas e questões que ela enfrenta (SARACEVIC, 1996, p.42).

Problemas da área têm sido solucionados com a colaboração de outros campos de estudo. Esta participação permanece em função da complexidade dos problemas encontrados. No entanto, a busca de aproximação com outras disciplinas sem o desenvolvimento de uma necessária reflexão pode tornar a CI vulnerável (OLIVEIRA; CENDON, 2005, p.21).

Ao analisar as definições de Saracevic (1996, p.42) e Borko (1968, p.3), é possível perceber que a área da CI estuda três tipos principais de funções relacionadas à informação: produção, transmissão e utilização. O objetivo principal deste campo de estudo seria tratar uma variedade de mecanismos de informação, tendo o profissional da informação (cientista da informação) um papel essencial na observação da informação, de sua origem até sua utilização social.

A informação é um conceito que pode assumir inúmeros entendimentos (definições) (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.193). Para este estudo, a informação é entendida sob o ponto de vista do usuário, ou seja, de sua utilização a partir da livre disponibilização de dados governamentais pelo Estado.

De acordo com Simões, o processo informacional percorre três fases cognitivas distintas: informação como algo sem valor, informação como algo com valor e informação como conhecimento. Na visão desta autora, ao avançar por cada fase, a informação abandona o caráter de redução de incertezas, passando a promover novas interrogações.

Pensamos a informação como um processo que envolve três momentos. O primeiro, onde temos uma informação potencial, ainda sem valor, porque não está sendo utilizada e que só terá significado diante da noção de futuro que permitirá a construção desse significado. No segundo momento esta informação é selecionada para e pelo usuário, transformando-se em uma informação com valor agregado, ou informação consolidada. É no terceiro momento que a informação se transforma em conhecimento e deixa de ser um fim, para tornar-se um meio. Durante esse processo a informação vai deixando de ser apenas "aquilo que diminui incertezas" - ideia defendida por alguns autores - e passa a ser também "aquilo que provoca incertezas", que suscita novas perguntas (SIMÕES, 1996, p.81).

O processo de percepção da informação está fortemente relacionado à relevância e ao propósito. O que é informação para uma determinada pessoa pode não ser para outra. Uma

rocha encontrada no alto de uma determinada montanha pode não significar algo relevante para um profissional de medicina, mas pode representar uma informação extremamente valiosa para um profissional de geologia. A informação requer, portanto, uma atividade imprescindível de análise.

## 2.1 SOCIEDADE E REGIME DE INFORMAÇÃO

Capurro e Hjørland destacam que embora a informação sempre estivesse presente na sociedade, foram as TICs as principais responsáveis pela denominação da sociedade contemporânea como uma sociedade da informação, sociedade informacional ou sociedade do conhecimento.

O conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado, desempenha um papel central na sociedade contemporânea. O desenvolvimento e a disseminação do uso de redes de computadores desde a Segunda grande Guerra mundial e a emergência da Ciência da Informação como uma disciplina nos anos 50 são evidências disso. Embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.149).

A sociedade contemporânea configura-se como uma sociedade em pleno processo de constituição e desenvolvimento. Ela está introduzida em um cenário de constantes mudanças provocadas pelas tecnologias informacionais e está pautada em um modelo socioeconômico no qual a informação é a principal responsável pela produção de bens e serviços e, também, pela qualidade de vida da sociedade. Analisar a relação entre as TICs e a organização social da informação implica em compreender o conceito de regime de informação.

Como forma de introdução ao conceito de regime de informação, é importante elucidar o que se entende por regime unicamente. De acordo com o dicionário Michaelis, regime pode ser compreendido como:

1 Ação ou modo de reger, de governar, de dirigir. 2 Forma de governo. 3 Sistema político do governo de um país. 4 Direção, governo, regimento, regulamento. 5 Administração ou regimento de qualquer estabelecimento público ou particular, e em geral de qualquer sociedade. 6 O conjunto das regras legais e fiscais que regem certos produtos. 7 Modo, processo, regra, sistema (MICHAELIS, 2015).

Sob o ponto de vista político, regime pode ser visto como a forma de se governar um Estado. No entanto, governar um Estado em uma sociedade baseada em informação parece não ser uma tarefa relativamente simples. É fundamental compreender todo o conjunto de normas, regras e procedimentos que norteiam a informação, desde a sua produção até a sua apropriação, assim como o contexto onde a informação está inserida. Em outras palavras, é preciso compreender o conceito de regime de informação.

Frohmann (1995, p.2-3) define regime de informação como o ambiente que possibilita a circulação de informação entre produtores e consumidores a partir de estruturas organizacionais específicas.

Quando nós pensamos sobre os fluxos de informação girando ao nosso redor, sejam eles culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais, ou os seus muitos elementos híbridos, nós nos damos conta que eles possuem estruturas e formas específicas. Vamos, portanto, chamar qualquer sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores específicos ou usuários, de regime de informação. Radiodifusão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos transfronteiras, e as infoestradas emergentes: todos eles são nós de redes de informação, ou elementos de um regime de informação específico (FROHMANN, 1995, p.5-6, tradução nossa).

O regime de informação opera sobre uma variedade de tipos de informação. Em um processo de circulação de informação, deve-se, portanto, levar em consideração as especificidades de cada tipo.

González de Gómez define regime de informação como um complexo sistema de produção, circulação e apropriação de informação predominante em uma sociedade composta por sujeitos, instituições, regras, autoridades, meios, recursos, padrões e arranjos informacionais. Para esta autora, o regime de informação pode ser caracterizado como:

Um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um “regime de informação” constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.34).

Avançando sobre o estudo de regime de informação, Braman (2004) discorre sobre o surgimento de um emergente regime global de informação envolvendo atores estatais e não estatais, fundamentado por condutas e princípios éticos, práticas culturais, costumes, estruturas cognitivas, sistemas organizacionais, processos de decisão, tecnologias informacionais, leis e regulamentos governamentais. Para esta autora, a constituição de um regime global de informação deve-se, principalmente, à noção de informação como uma ferramenta de poder.

Braman destaca a transparência, a participação social e governança compartilhada entre os setores público e privado como as principais características de um regime global de informação.

As características de um regime global e emergente de política de informação, que são consensualmente aceitas, incluem transparência como um objetivo das políticas, a participação das redes nos mercados e organizações como estruturas sociais que precisam ser reguladas e a aceitação da responsabilidade da governança compartilhada entre os setores público e privado. Um regime está maduro quando suas características são explícitas e consensualmente aceitas por todas as partes que o integram. Contudo, na fase emergente do regime, algumas características permanecem implícitas e/ou podem ser, ainda, contestadas (BRAMAN, 2004, p.32, tradução nossa).

A governança está associada aos princípios e práticas que levam o Estado a aperfeiçoar os seus processos e atividades, incentivando a responsabilidade e a transparência no desenvolvimento de suas ações. A transparência aproxima a sociedade civil do Estado. A divulgação de informações públicas possibilita não apenas o acompanhamento por parte da sociedade civil, mas também a sua efetiva participação. Esta participação social incentiva o Estado a ser mais célere e transparente em suas ações. Pode-se sustentar, desta forma, que governança, transparência e participação social são conceitos fortemente relacionados.

Para Lima et al., os regimes de informação correspondem a um reflexo da sociedade onde estão inseridos. Para estes autores, a compreensão de um regime de informação demanda uma análise profunda das relações entre as TICs e a organização social da informação.

Os regimes de informação são produzidos e se reproduzem na sociedade, mudando no mesmo tempo que esta. Os regimes de informação são configurados a partir das dinâmicas de informação na sociedade na qual estão inseridos. As formas de organização social da informação, incluindo os diferentes usos de tecnologias de informação e comunicação, interferem profundamente nos regimes de informação. A configuração de um regime de informação requer uma observação minuciosa das relações entre tecnologias e organização da informação e da comunicação na

sociedade (LIMA et al., 2009, p.17).

O regime de informação acompanha de perto a evolução social, econômica e política ocorrida na sociedade. A economia atual caracteriza-se por ser uma economia informacional, onde a informação é tratada como uma mercadoria ou um bem. A política contemporânea, a partir das mudanças ocorridas na sociedade, se vê obrigada a acolher a demanda social por informação, estabelecendo novos princípios, normas e procedimentos. Daí a complexidade de se analisar um regime de informação.

Para Unger e Freire (2006, p.105-106), os regimes são compostos fisicamente por "estoques de informação; diretrizes políticas que direcionam os conteúdos informacionais; seres humanos e suas necessidades informacionais; ambiente cultural-sócio-econômico-político em que se encerram; acesso à informação; meios físicos que permitem o ir e vir da informação". Mais uma vez, os contextos sociais, econômicos e políticos são citados como pontos centrais em um regime de informação.

Silva, Garcia e Loureiro (2013, p.10) destacam que "os estudos de regime de informação contribuem para evidenciar o complexo de relações entre atores, instituições, processos e contextos". O Estado e a sociedade civil representam os atores principais no regime contemporâneo de informação. De um lado, há o Estado com a sua concentração de informações. Do outro, há a sociedade civil com a sua demanda informacional. E no intervalo desta relação, diferentes processos e contextos que devem ser levados em consideração.

Para Magnani e Pinheiro (2011, p.16), "regime de informação seria aquele que reúne atores e artefatos em práticas de informação que giram em torno de um interesse comum e em cujas relações se legitimam políticas explícitas ou implícitas que direcionam e ordenam essas práticas".

## 2.2 DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

Uma prática que pode ser observada no regime de informação contemporâneo é a disponibilização de dados públicos para a sociedade. Esta disponibilização está relacionada principalmente ao direito à informação. Malin (2013, p.1) acrescenta: "Em 2011, são adotados no Brasil dois novos marcos que afetam, diretamente, o regime das informações que se

constituem e circulam no espaço de relação entre Estado e sociedade: a LAI e a Parceria Governo Aberto (OGP)”.

O direito à informação configura-se como um ponto de partida para o controle social. A respeito do controle social, Correia esclarece:

A expressão ‘controle social’ tem origem na sociologia. De forma geral é empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Assim sendo, assegura a conformidade de comportamento dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados. Na teoria política, o significado de ‘controle social’ é ambíguo, podendo ser concebido em sentidos diferentes a partir de concepções de Estado e de sociedade civil distintas. Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado (CORREIA, 2000, p.66-67).

O direito de acesso à informação possibilita que a sociedade civil exerça alguma fiscalização sobre o Estado, propondo, observando e avaliando as ações governamentais. Este direito contribui, também, para a execução de outros direitos fundamentais, como o direito à saúde e educação, por exemplo. No Brasil, o direito à informação está garantido no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira<sup>9</sup> (CFB). Mas em âmbito mundial, outros instrumentos estabelecem a sua garantia.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>10</sup> institui que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p.5).

Complementarmente, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção<sup>11</sup> estabelece que:

Tendo em conta a necessidade de combater a corrupção, cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de sua legislação interna, adotará medidas que sejam necessárias para aumentar a transparência em sua administração pública, inclusive no relativo a sua organização, funcionamento e processos de

9 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

10 Disponível em: <[http://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr\\_translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

11 Disponível em: <<http://www.empresalimpa.org.br/uploads/file/deReferencia/ConvencaodaONUcontracorrupcao.pdf>> . Acesso em: 10 jan. 2015.

adoção de decisões, quando proceder. Essas medidas poderão incluir, entre outras coisas: a) A instauração de procedimentos ou regulamentações que permitam ao público em geral obter, quando proceder, informação sobre a organização, o funcionamento e os processos de adoção de decisões de sua administração pública, com o devido respeito à proteção da intimidade e dos documentos pessoais, sobre as decisões e atos jurídicos que incumbam ao público; b) A simplificação dos procedimentos administrativos, quando proceder, a fim de facilitar o acesso do público às autoridades encarregadas da adoção de decisões; e c) A publicação de informação, o que poderá incluir informes periódicos sobre os riscos de corrupção na administração pública (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO, 2003, p.6).

Para a Declaração de Princípios de Liberdade de Expressão<sup>12</sup>:

O acesso à informação em poder do Estado é um direito fundamental do indivíduo. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício desse direito. Este princípio só admite limitações excepcionais que devem estar previamente estabelecidas em lei para o caso de existência de perigo real e iminente que ameace a segurança nacional em sociedades democráticas (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO, 2000, p.178).

E segundo o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos<sup>13</sup>:

Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha (PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS, 1992).

O direito de acesso à informação pública constitui-se em uma premissa para a transparência das ações governamentais. No entanto, é fundamental conceituar informação pública. De acordo com Batista, a informação pública consiste na informação que é produzida pela Administração Pública e disponibilizada ao interesse público e coletivo da sociedade. Para esta autora, a informação possui o poder de reconstrução social.

[...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social

12 Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/principiosLE.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

13 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.



(BATISTA, 2010, p.40).

Atualmente, é possível observar uma premência global pela democratização do acesso à informação pública. Dutra e Lopes creditam a crescente demanda em âmbito mundial por informação aos governos participativos, às ferramentas tecnológicas e ao fenômeno da globalização.

A procura pelo direito à informação tem aumentado em todo mundo. Segundo o *blog* Públicos, de 29 de março de 2012, Toby Mendel, especialista em governo aberto, credita isso há três fatores. Primeiro pelo crescimento da importância dos governos participativos, já que, segundo ele, as pessoas não querem apenas exercer o direito do voto, elas querem participar das administrações, tendo controle sobre as decisões que lhes dizem respeito. Depois pela tecnologia, porque a partir dela as pessoas passam a entender melhor o valor das informações, principalmente daquelas que costumam ser retidas pelos governos. E, finalmente, como terceiro fator, ele destaca o fenômeno da globalização. As pessoas estão conectadas, independentemente de fronteiras, podem ver o que os cidadãos de outros países têm e exigem os mesmos direitos (DUTRA; LOPES, 2013, p.5-6).

Em relação ao direito de acesso à informação pública, Malin e Sá destacam o célere processo de difusão mundial de políticas voltadas para o acesso à informação.

A implementação de Lei de acesso à informação se constitui num dos mais rápidos processos de disseminação global de uma política legal. Começando na década de 1960, com a promulgação das leis da Finlândia e dos Estados Unidos da América, teve seu apogeu na década de 2000, quando cinquenta países adotaram leis de acesso à informação. Atualmente, incluindo o Brasil, 90 países já adotaram leis de acesso à informação (MALIN; SÁ, 2012, p.9).

A formação de um regime mundial de direito de acesso à informação pública tem-se dado com o auxílio de legislações nacionais e, complementarmente, com o movimento de DGA. As legislações estabelecem que qualquer pessoa pode requerer de órgãos públicos informações públicas por eles geradas e/ou administradas. E o movimento de DGA estimula a livre utilização, reutilização e redistribuição da informação pública por qualquer pessoa e para qualquer propósito.

A respeito do movimento de DGA, Agune discorre:

Os primeiros movimentos de *open data* surgiram no governo de Barack Obama. Todo o processo da eleição e os compromissos assumidos resultaram no primeiro portal de governo aberto, seguindo as definições do W3C, ou seja, ter dados em formato aberto, que possam ser acessados por qualquer sistema, sem a necessidade

de estarem vinculados a um sistema privado, fechado. Fundamentalmente, os dados têm que poder ser acessados por máquina e o usuário tem de poder trabalhar com esses dados, cruzando-os da maneira como quiser (AGUNE, 2012).

Agune destaca ainda a transparência e a colaboração como as principais características do movimento de DGA:

Em relação à importância, destacam-se dois eixos: a transparência e a colaboração. No primeiro caso, na medida em que o governo disponibiliza suas informações, a sociedade pode trabalhar com esses dados, cruzar as informações e ter um maior controle da ação pública. Em relação à colaboração, o cidadão poderá utilizar essas informações para produzir, colaborar com o Estado, no sentido de desenvolver novos aplicativos, novos modelos de negócios (AGUNE, 2012).

DGA podem ser inseridos em um movimento maior denominado “movimento *openness*”. De acordo com Couros, o movimento *openness* pode ser considerado como um movimento que valoriza certas liberdades relacionadas à produção, compartilhamento, reutilização e redistribuição do conhecimento e que favorece o processo de produção colaborativa. Neste sentido, este autor esclarece:

Quando eu comecei a pensar sobre o movimento *openness*, eu apenas conhecia o movimento que pertencia exclusivamente ao *software*. Entretanto, com o desenvolvimento de mais pesquisas, percebi que o *software* foi apenas o contexto. Em um exame mais minucioso, descobri que o movimento *openness* nutre uma filosofia que valoriza certas liberdades relacionadas com a disseminação do conhecimento (por exemplo, o compartilhamento, a reutilização, a redistribuição não-comercial) e favorece processos exclusivos de colaboração e ferramentas (por exemplo, repositórios digitais, periódicos científicos abertos, *blogs*, *wikis*) na criação de novos conhecimentos (COUROS, 2006, p.23, tradução nossa).

Dentre os principais movimentos que podem ser inseridos na filosofia do movimento *openness*, destacam-se os movimentos da liberdade de *software* e *open source*, que dispõem sobre a liberdade de utilização, reutilização e redistribuição de *software*, o movimento *open standard*, que contempla padrões tecnológicos para o livre acesso e implementação, o movimento *open content*, que discorre sobre a livre disponibilização de qualquer tipo de trabalho criativo / produção intelectual, o movimento *open access*, que dispõe sobre o acesso aberto ao conhecimento científico, além do movimento de DGA.

Dutra e Lopes destacam que os DGA possibilitam novas formas de controle social, mas ressaltam que a cultura do segredo continua sendo a principal complexidade associada à abertura de dados governamentais.

A dificuldade para abertura dos dados governamentais passa pelas questões técnicas e de infraestrutura, mas, certamente, está concentrada na cultura do segredo, ainda dominante no poder público. A transparência gerada pela abertura também passa pelo controle social quanto a qualidade ou nível de consistência dos dados, o que pode permitir a percepção quanto a problemas nos processos ou na forma do tratamento da informação pública. Certamente, o paradigma dos dados abertos, é um processo desafiador pelas dificuldades impostas para sua implementação, mas, por outro lado, estabelece novas possibilidades de controle social (DUTRA; LOPES, 2013, p.3).

Em uma sociedade onde a informação representa um fundamental instrumento de poder, realizar a abertura dos dados governamentais pode não configurar-se como uma tarefa relativamente fácil. Entretanto, o inevitável progresso da sociedade da informação torna cada vez mais difícil a situação de governos que não aderem a esta nova realidade, que é marcada pela disponibilização dos dados públicos à sociedade civil e pelo acompanhamento social das ações governamentais.

O acompanhamento das ações governamentais pela sociedade pode ser caracterizado pela exposição de um novo modelo de vigilância na relação entre Estado e sociedade civil: a vigilância “de baixo para cima”, também conhecida como *Sousveillance*, termo apresentado por Steve Mann, Jason Nolan e Barry Wellman, em 2003, no trabalho intitulado "*Sousveillance: Inventing and Using Wearable Computing Devices for Data Collection in Surveillance Environments*". A respeito da etimologia do termo, Melgaço esclarece:

O termo é uma derivação da palavra *surveillance*, que significa vigilância em francês (termo igualmente utilizado em inglês). Porém, enquanto *surveillance* diz respeito à vigilância “por cima” (*sur*, em francês), *sousveillance* diz respeito ao monitoramento feito de baixo (*sous*) (MELGAÇO, 2012, p.207).

Bezerra, Pimenta e Ormay associam a vigilância à noção de um panóptico<sup>14</sup>:

A questão da vigilância remonta ao conceito de panóptico desenvolvido por Jeremy Bentham (2008) como um dispositivo cujo modelo arquitetônico pode ser aplicável às mais diversas instituições – prisões, hospícios, hospitais, escolas, fábricas etc. – e consiste em um edifício circular em cujo centro se encontra a torre do vigilante e, à sua volta, em cada andar, as celas. Neste modelo, vigora o princípio de que o poder deve ser visível e inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter a certeza de que sempre pode sê-lo (BEZERRA; PIMENTA; ORMAY, 2014, p.3).

No contexto da vigilância inversa, a sociedade civil é que posiciona-se em uma

14 De acordo com o dicionário Michaelis (2015), panóptico pode ser compreendido como “ponto ou posição central de onde se tem vista periférica”.

localização central, de onde se tem uma visão periférica de todas as iniciativas e ações do Estado. Na prática, o Estado não abandona o seu papel tradicional de observador dos acontecimentos ocorridos na sociedade, mas passa a ser, também, um elemento a ser observado. A diferença para o conceito de panóptico citado por Bezerra, Pimenta e Ormay (2014, p.3) é que, com a crescente demanda mundial por acesso à informação pública, o Estado tem a plena consciência de que passa a ser um alvo constante de vigilância por parte da sociedade.

Por fim, é possível concluir que a CI, dentre as suas diversas perspectivas, busca estudar os impactos causados pelas TICs no desenvolvimento da sociedade da informação e que DGA, dentre uma perspectiva de relação com a CI, representam um contemporâneo regime de direito de acesso à informação pública, que envolve atores estatais e não estatais e que caracteriza-se pela efetiva utilização de tecnologias digitais, pela transparência, pelo direito à informação, pelo controle social e pela governança.

### 3 DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

DGA muitas vezes são confundidos com Dados Abertos ou Governo Aberto. No entanto, embora relacionados, são conceitos que possuem definições próprias. Albano aponta a forte relação entre os conceitos de Dados Abertos, DGA e Governo Aberto e apresenta a distinção entre eles:

Governo Aberto, dados abertos e dados governamentais abertos têm significados diferentes. Pode-se resumir que governo aberto é disponibilização de informações em qualquer formato por parte dos governos e outras ações que visem promover maior transparência. Dados abertos são a disponibilização de informações, em alguns formatos (preestabelecidos), por governos, organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, ou por outros atores de uma sociedade. Dados governamentais abertos são a disponibilização de dados por parte dos governos, nos mesmos formatos estabelecidos para dados abertos (ALBANO, 2014, p.23).

É possível compreender que Dados Abertos correspondem à publicação de dados de qualquer esfera, seja ela governamental ou não, em formatos predeterminados (formatos abertos e não proprietários), enquanto DGA dizem respeito exclusivamente a dados governamentais. Já Governo Aberto, que pelo próprio nome poderia sugerir a implícita adoção de Dados Abertos, não requer necessariamente a sua utilização. Um governo pode ser aberto sem utilizar Dados Abertos, isto é, um governo transparente, onde os dados podem ser disponibilizados em formatos proprietários, por exemplo.

Por possuírem definições próprias, Dados Abertos, DGA e Governo Aberto serão apresentados a seguir em diferentes seções.

#### 3.1 DADOS ABERTOS

De acordo com a definição<sup>15</sup> da *Open Knowledge Foundation*<sup>16</sup> (OKF), "dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença" (OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION, 2015, tradução nossa). Dados Abertos devem possibilitar a qualquer pessoa a utilização, reutilização e redistribuição dos dados para indefinido propósito. A licença a qual os dados podem estar submetidos tem como objetivo

15 Disponível em: <<http://opendefinition.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

16 Disponível em: <<https://okfn.org/opendata/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

principal estabelecer determinadas regras para o compartilhamento dos dados.

Ferreira destaca que a premência pelo licenciamento dos dados ocorre especialmente por questões econômicas. Ele ressalta que o dado isolado pode não representar qualquer tipo de valor, mas que, quando combinado com outro, pode produzir alguma informação valiosa sob o ponto de vista econômico.

O fator econômico é de extrema importância para a disponibilização de dados. Um estudo recente indica que o mercado total para o setor informacional na União Europeia (UE) foi de 28 milhões de euros em 2008. O mesmo estudo também realça que os ganhos econômicos, diretos e indiretos, da reutilização de informação pública na UE será de 140 milhões de euros anuais [Vickery 2011]. Embora os dados disponibilizados de forma pública e aberta não representem, em primeira instância, qualquer valor, o cruzamento destes poderá gerar informação com valor econômico. Surge, no entanto, a necessidade de definir formatos e licenças de compartilhamento de dados (FERREIRA, 2012, p.8-9, tradução nossa).

Por este motivo, torna-se fundamental a existência de licenças que estabeleçam o controle sobre o compartilhamento dos dados. Destacam-se, neste contexto, as licenças *Creative Commons (CC)*<sup>17</sup> e *Open Data Commons (ODC)*<sup>18</sup>.

### 3.1.1 Licenciamento de Dados Abertos

#### 3.1.1.1 Creative Commons

De acordo com a *Creative Commons Brasil*, a CC consiste em uma organização sem fins lucrativos criada em 2001 com o objetivo de produzir licenças jurídicas gratuitas para o compartilhamento de trabalhos e/ou obras intelectuais.

Somos uma organização sem fins lucrativos, que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento através de licenças jurídicas gratuitas. Nossas licenças de direitos autorais são fáceis de usar e fornecem ao autor uma forma simples e padronizada de conceder autorização para que as pessoas possam usar sua obra intelectual (que pode ser desde uma expressão artística até um estudo acadêmico), sempre de acordo com as condições que o próprio autor escolher. Assim, o autor pode, sem a necessidade de um advogado ou de um intermediário, dizer para todos como a sua obra poderá ser utilizada (CREATIVE COMMONS BRASIL, 2015).

---

17 Disponível em: <<http://www.creativecommons.org.br/o-que-e-o-cc/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

18 Disponível em: <<http://opendatacommons.org/about/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

De acordo com a *Creative Commons* Brasil (2015), a CC preconiza sete tipos de licença:

a) ***Creative Commons Attribution (CC-BY)***: a Licença CC-BY, também conhecida como Licença de Atribuição, tem como objetivo possibilitar a cópia, distribuição e utilização da obra, desde que esta seja sempre atribuída ao autor original por meio da divulgação do nome do mesmo. A ilustração abaixo apresenta a Licença CC-BY.

**Ilustração 1 – Licença *Creative Commons* - Atribuição**



Fonte: *Creative Commons* Brasil, 2015

b) ***Creative Commons Attribution-ShareAlike (CC-BY-SA)***: a Licença CC-BY-SA, também conhecida como Licença de Compartilhamento, possui as mesmas características da Licença de Atribuição, com a adição da seguinte restrição: caso haja alguma criação a partir da obra original, esta criação deve ser compartilhada com os mesmos direitos da obra de origem. A ilustração abaixo apresenta a Licença CC-BY-SA.

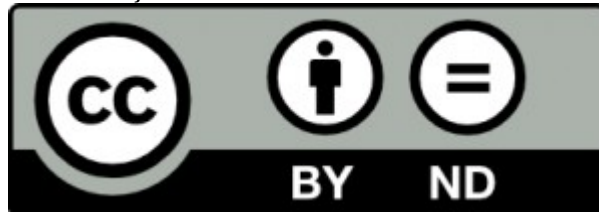
**Ilustração 2 – Licença *Creative Commons* - Compartilhamento**



Fonte: *Creative Commons* Brasil, 2015

c) ***Creative Commons Attribution-NoDerivs (CC-BY-ND)***: a Licença CC-BY-ND, também conhecida como Licença de “Não à Obras Derivadas”, possui as mesmas características da Licença de Atribuição, com a adição da seguinte restrição: nenhuma criação pode ser produzida a partir da obra original. A ilustração abaixo apresenta a Licença CC-BY-ND.

**Ilustração 3 – Licença *Creative Commons* - “Não à Obras Derivadas”**



Fonte: *Creative Commons* Brasil, 2015

d) ***Creative Commons Attribution-NonCommercial (CC-BY-NC)***: a Licença CC-BY-NC, também conhecida como Licença de Uso Não Comercial, possui as mesmas características da Licença de Atribuição, com a adição da seguinte restrição: criações podem ser produzidas a partir da obra original desde que não sejam utilizadas para fins comerciais. A ilustração abaixo apresenta a Licença CC-BY-NC.

**Ilustração 4 – Licença *Creative Commons* - Uso Não Comercial**



Fonte: *Creative Commons* Brasil, 2015

e) ***Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike (CC-BY-NC-SA)***: a Licença CC-BY-NC-SA, também conhecida como Licença de Uso Não Comercial e Compartilhamento, possui as mesmas características da Licença de Uso Não Comercial, com a adição da seguinte restrição: as criações produzidas a partir da obra original devem ser compartilhadas com os mesmos direitos da obra de origem. A ilustração abaixo apresenta a Licença CC-BY-NC-SA.

**Ilustração 5 – Licença *Creative Commons* - Uso Não Comercial e Compartilhamento**



Fonte: *Creative Commons* Brasil, 2015



f) ***Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (CC-BY-NC-ND)***: a Licença CC-BY-NC-ND, também conhecida como Licença de Uso Não Comercial e de “Não à Obras Derivadas”, possui a característica de ser a licença mais restritiva de todas, impossibilitando a utilização da obra para fins comerciais e proibindo a criação de novas produções a partir da obra de origem. A ilustração abaixo apresenta a Licença CC-BY-NC-ND.

**Ilustração 6 – Licença *Creative Commons* - Uso Não Comercial e “Não à Obras Derivadas”**



Fonte: *Creative Commons* Brasil, 2015

g) ***Creative Commons Zero (CC0)***: a Licença CC0, também conhecida como Licença de Domínio Público, consiste em uma licença onde o autor abdica de todos os direitos associados à obra, fazendo com que a mesma torne-se de domínio público. A ilustração abaixo apresenta a Licença CC0.

**Ilustração 7 – Licença *Creative Commons* - Domínio Público**



Fonte: *Creative Commons* Brasil, 2015

### 3.1.1.2 Open Data Commons

Com o objetivo de desenvolver soluções jurídicas legais para o licenciamento específico de Dados Abertos, foi criada em 2008 a licença ODC. Neste sentido, a ODC esclarece:

*A Open Data Commons* consiste em um projeto criado em Março de 2008 pela *Open Knowledge Foundation* para fornecer soluções jurídicas para dados abertos. Trata-se de um projeto de uma entidade sem fins lucrativos, que possui como

objetivo principal beneficiar toda a comunidade de conhecimento aberto em geral (OPEN DATA COMMONS, 2015, tradução nossa).

A ODC estabelece quatro tipos de licença:

a) ***Open Data Commons Attribution License (ODC-BY)***: a Licença ODC-BY, também conhecida como Licença de Atribuição, tem como objetivo possibilitar a cópia, distribuição e utilização de dados e bases de dados. A única restrição consiste na exigência de atribuição de autoria;

b) ***Open Data Commons Open Database License (ODC-ODBL)***: a Licença ODC-ODBL, também conhecida como Licença de Banco de Dados Aberto, tem como objetivo possibilitar a cópia, distribuição e utilização de esquemas de bancos de dados. As únicas restrições consistem na exigência de atribuição de autoria e de compartilhamento pela mesma licença;

c) ***Open Data Commons Database Content License (ODC-DBCL)***: a Licença ODC-DBCL, também conhecida como Licença de Conteúdo de Banco de Dados, possui as mesmas exigências que a Licença ODC-ODBL, mas aplica-se especificamente ao conteúdo dos bancos de dados;

d) ***Open Data Commons Public Domain Dedication License (ODC-PDDL)***: a Licença ODC-PDDL, também conhecida como Licença de Domínio Público, aplica-se a dados e bancos de dados e consiste na renúncia a todos os direitos associados a estes, fazendo com que tornem-se de domínio público.

### 3.2 DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

De acordo com o Manual dos Dados Abertos: Governo<sup>19</sup>:

Dados Abertos Governamentais são dados produzidos pelo governo e colocados à disposição das pessoas de forma a tornar possível não apenas sua leitura e

---

<sup>19</sup> Disponível em: <[http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual\\_Dados\\_Abertos\\_WEB.pdf](http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual_Dados_Abertos_WEB.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

acompanhamento, mas também sua reutilização em novos projetos, sítios e aplicativos; seu cruzamento com outros dados de diferentes fontes; e sua disposição em visualizações interessantes e esclarecedoras (MANUAL DOS DADOS ABERTOS: GOVERNO, 2011, p.4).

DGA são pautados por três “leis”<sup>20</sup>. Especialista em políticas públicas e ativista do movimento de DGA, Eaves propôs as seguintes “leis” que são apresentadas no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Leis dos Dados Governamentais Abertos**

Nº	LEI
1	Se o dado não pode ser encontrado e indexado na <i>Web</i> , ele não existe.
2	Se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado.
3	Se algum dispositivo legal não permitir a sua replicação, ele não é útil.

Fonte: EAVES, 2009

Através da análise das “leis” propostas por Eaves (2009), é possível identificar três características principais que norteiam o conceito de DGA: disponibilidade, reutilização e participação. Os dados precisam estar disponíveis na *Internet* em um formato que possibilite a sua livre manipulação. A disponibilização dos dados deve permitir a reutilização e combinação com outros dados. E qualquer interessado pode ser capaz de utilizar, reutilizar e/ou redistribuir os dados sem que haja algum tipo de discriminação e/ou restrição.

De acordo com a *Open Government Data*<sup>21</sup> (2015), em Dezembro de 2007, um grupo<sup>22</sup> de 30 defensores do *Open Government* (Governo Aberto), denominado *Open Government Working Group*<sup>23</sup>, reuniu-se nos Estados Unidos para elaborar, em conjunto, os princípios dos DGA. A reunião foi coordenada por Tim O'Reilly, da *O'Reilly Media*, e Carl Malamud, da *Public.Resource.Org*, com o patrocínio da *Sunlight Foundation*, *Google* e *Yahoo* (OPEN GOVERNMENT DATA, 2015). Segundo Modesto:

20 Disponível em: <<http://eaves.ca/2009/09/30/three-law-of-open-government-data/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

21 Disponível em: <<http://opengovdata.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

22 Participantes da reunião: Carl Malamud (*Public.Resource.Org*), Tim O'Reilly (*O'Reilly Media*), Greg Elin (*Sunlight Foundation*), Micah Sifry (*Sunlight Foundation*), Adrian Holovaty (*EveryBlock*), Daniel X. O'Neil (*EveryBlock*), Michal Migurski (*Stamen Design*), Shawn Allen (*Stamen Design*), Josh Tauberer (*GovTrack.US*), Lawrence Lessig (*Stanford*), Dan Newman (*MapLight.Org*), John Geraci (*outside.in*), Edwin Bender (*Inst. for Money*), Tom Steinberg (*My Society*), David Moore (*Participatory Politics*), Donny Shaw (*Participatory Politics*), JL Needham (*Google*), Joel Hardi (*Public.Resource.Org*), Ethan Zuckerman (*Berkman*), Greg Palmer (*NewCo*), Jamie Taylor (*MetaWeb*), Bradley Horowitz (*Yahoo*), Zack Exley (*New Organizing Institute*), Karl Fogel (*Question Copyright*), Michael Dale (*Metavid*), Joseph Lorenzo Hall (*UC Berkeley*), Marcia Hofmann (EFF), David Orban (*Metasocial Web*), Will Fitzpatrick (*Omidyar Network*), Aaron Swartz (*Open Library*) (OPEN GOVERNMENT DATA, 2014).

23 Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/open/about/working-group>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Dentre as discussões, chegou-se à conclusão de que a *Internet* possibilita aos Estados uma oportunidade sem igual de "entender" de forma precisa os anseios dos cidadãos, além de proporcionar mecanismos que possibilitam a participação efetiva na gestão pública. Além disso, o grupo entendeu que a informação tem maior peso quando é compartilhada e que os dados abertos tornam-se mais valiosos quando promovem melhorias no diálogo e na qualidade e bem-estar da sociedade, promovendo o uso consciente e eficiente dos dados e informações das esferas públicas (MODESTO, 2013, p.27).

O quadro abaixo apresenta os oito princípios dos DGA:

**Quadro 2 – Princípios dos Dados Governamentais Abertos**

Nº	PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
1	Completo	Todos os dados públicos são disponibilizados. Dados são informações eletronicamente gravadas, incluindo, mas não se limitando a, documentos, bancos de dados, transcrições e gravações audiovisuais. E dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos.
2	Primários	Os dados são publicados na forma coletada na fonte, com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.
3	Atuais	Os dados são disponibilizados o quanto rapidamente seja necessário para preservar o seu valor.
4	Acessíveis	Os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.
5	Processáveis por máquina	Os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.
6	Acesso não discriminatório	Os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro.
7	Formatos não proprietários	Os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo.
8	Livres de licenças	Os dados não estão sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos.

Fonte: *Open Government Data*, 2015

Ribeiro e Almeida complementam os oito princípios dos DGA com alguns aspectos que, na visão destes autores, são fundamentais:

Junto aos oito princípios devem ser observados quatro aspectos fundamentais: disponibilização dos dados, publicação de informações sobre os dados disponíveis para facilitar o processo de intercâmbio, definição de plataformas tecnológicas

capazes de dispor os dados de modo acessível (inclusive de modo automático) e licenças ou autorizações públicas a fim de permitir não só o acesso aos dados disponibilizados, mas o pleno uso dos seus conteúdos (RIBEIRO; ALMEIDA, 2011, p.5).

Para Bauer e Kaltenböck, os DGA correspondem a uma iniciativa mundial com o objetivo de fomentar a abertura de dados governamentais. Eles alertam, no entanto, que dados sobre indivíduos não devem ser o foco deste movimento.

*O Open Government Data é um movimento em nível global para promover a abertura de dados, informações e conteúdos públicos e governamentais – tanto para humanos quanto para formatos legíveis por máquina e não-proprietários – para reuso pela sociedade civil, economia, imprensa e academia assim como por políticos e administradores públicos. Ele deve se aplicar a dados e informações produzidos ou patrocinados pelo governo ou entidade controladas pelo governo, mas não aplica-se a dados sobre indivíduos (BAUER; KALTENBÖCK, 2012, p.10, tradução nossa).*

Bico et al. chamam a atenção para as dificuldades técnicas encontradas em um processo de abertura de dados governamentais. Para estes autores, o obstáculo central é a forma com que os dados são disponibilizados.

Um dos grandes obstáculos encontrados é a forma como estes dados são disponibilizados. Em suma, a maioria dos dados abertos é disponibilizado em um formato de difícil entendimento, ou porque exigem conhecimentos específicos para interpretação do contexto em que se inserem, muitas vezes desconhecidos pela maioria dos cidadãos; ou porque estão formatados em planilhas ou arquivos semiestruturados cuja legibilidade é totalmente inadequada para análise manual (BICO et al., 2012, p.11).

A ideia por detrás da adoção de DGA está na possibilidade de se realizar um processamento automatizado através de aplicativos. Por este motivo, é fundamental que os dados estejam disponível em formatos abertos.

Araújo e Souza destacam os principais benefícios da disponibilização dos dados governamentais à sociedade. De acordo com estes autores, o acesso aos dados permite aos usuários manipulá-los a partir de perspectivas próprias.

A disponibilização de Dados Governamentais Abertos permite que os usuários possam facilmente encontrar, acessar, entender e utilizar os dados públicos segundo foco e interesses próprios, trazendo diversos benefícios como a reutilização, inclusão, transparência, responsabilidade, melhoria nas buscas, integração, participação, colaboração, crescimento econômico, inovação e eficiência (ARAÚJO; SOUZA, 2011, p.3).

A livre utilização dos dados governamentais para qualquer propósito pode permitir à sociedade a prática da *Sousveillance* (também conhecida como vigilância inversa). Esta vigilância ocorre a partir da efetiva participação da sociedade na gestão pública. Através da fiscalização das ações do Estado, do monitoramento de serviços e políticas públicas, da identificação de problemas, da proposta de soluções e da exigência de prestação de contas por parte dos agentes públicos, a sociedade pode participar da tomada das decisões do Estado. DGA podem configurar-se, portanto, como uma relevante ferramenta para o estabelecimento da cidadania.

Diniz ressalta o potencial dos DGA para a promoção da inclusão digital e da transparência. Ele ressalta que a abertura dos dados governamentais exige o aumento da responsabilidade dos agentes públicos.

A disponibilização de dados governamentais abertos tem o potencial de promover a inclusão digital ao fornecer dados em formatos padronizados e abertos que podem ser transformados e colocados à disposição em formato que respeite os padrões de acessibilidade. Tem o potencial de prover mais transparência ao prover dados que podem ser reutilizados por terceiros livremente permitindo uma visão mais ampla das ações de governo. E se os dados governamentais abertos forem “confrontados” com outros dados de outras fontes, será possível obter novos significados sobre o desempenho do governo, o que demanda maior responsabilidade dos agentes públicos (DINIZ, 2009, p.16).

O fornecimento de dados em formatos abertos, padronizados e acessíveis possibilita ao cidadão utilizar a ferramenta de *software* que mais lhe seja útil, contribuindo, desta forma, para a inclusão digital. A transparência está relacionada ao fato dos dados governamentais poderem ser livremente utilizados para qualquer propósito. A devida associação de conjuntos oportunos de DGA pode fornecer aos cidadãos inúmeros pontos de vista sobre o desempenho do Estado no cumprimento de suas responsabilidades.

Complementarmente, Vaz, Ribeiro e Matheus destacam que a transparência promovida pelos DGA está relacionada à independência de restrições tecnológicas, legais e de acessibilidade.

A defesa dos dados abertos como promotor de transparência se deve às possibilidades de tornar os dados governamentais acessíveis a todos eliminando as restrições referentes à tecnologia, legislação e acessibilidade para garantir o irrestrito acesso e utilização dos dados públicos pelos cidadãos (VAZ; RIBEIRO; MATHEUS, 2011, p.49).

De acordo com Neves (2013, p.13), “os dados abertos permitem que pessoas e organizações utilizem informações públicas livremente para gerar aplicativos, fazer análises ou mesmo produtos comercializáveis”. Na prática, os DGA são utilizados de forma indireta pela sociedade através de aplicativos. Estes aplicativos são desenvolvidos pela sociedade (através de programadores de computador que possuem competência técnica para tal) e, também, para a sociedade (público e cidadão final), com o objetivo de possibilitar a análise e processamento dos dados. Eventualmente, profissionais de outras áreas podem participar da concepção do aplicativo a ser desenvolvido.

Na Dinamarca, o aplicativo “*Find Toilet*<sup>24</sup>” disponibiliza informações sobre todos os sanitários públicos naquele país, enquanto o aplicativo “*Husets Web*” auxilia na descoberta de novos meios de melhorar a eficiência energética domiciliar. Já na Holanda, o aplicativo “*Vervuilings Alarm*”, informa como será a qualidade do ar. Serviços como o “*Mapumental*<sup>25</sup>”, no Reino Unido, e o “*Mapnificent*<sup>26</sup>”, na Alemanha, permitem que o cidadão encontre locais para morar, levando em conta a duração do seu traslado ao local de trabalho. De uma forma geral, todos esses exemplos utilizam DGA (MANUAL DOS DADOS ABERTOS: GOVERNO, 2011, p.8-9).

Albano (2014, p.34) apud Janssen et al. (2012) classifica os possíveis benefícios e/ou vantagens dos DGA em três grupos principais: políticos e sociais, econômicos e operacionais e técnicos. O quadro abaixo apresenta os benefícios e/ou vantagens dos DGA.

**Quadro 3– Benefícios e/ou vantagens dos Dados Governamentais Abertos**

CATEGORIA	BENEFÍCIO E/OU VANTAGEM
Políticos e sociais	Mais transparência
	Mais responsabilidade democrática
	Maior participação e auto responsabilização dos cidadãos (usuários)
	Criação de confiança no governo
	Participação pública aos dados
	Igualdade de acesso aos dados
	Novos serviços governamentais para os cidadãos
	Melhoria no atendimento ao cidadão
	Melhoria na satisfação dos cidadãos
	Melhoria nos processos de formulação de políticas
	Mais visibilidade para o provedor dos dados

24 Disponível em: <<http://www.findtoilet.dk/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

25 Disponível em: <<http://mapumental.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

26 Disponível em: <<http://www.mapnificent.net/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

	Estímulo ao desenvolvimento do conhecimento
	Criação de novos conhecimentos no setor público
	Novos serviços sociais (inovação)
Econômicos	Crescimento econômico e estímulo à competitividade
	Estímulos à inovação
	Contribuição para melhorar processos, produtos e/ou serviços
	Desenvolvimento de novos produtos ou serviços
	Uso de conhecimento coletivo
	Criação de um novo setor adicionando valor à economia
	Disponibilização de informações para investidores e empresas
Operacionais e técnicos	Capacidade de reutilizar os dados, não ter que recolher os mesmos novamente, evitando duplicações e custos associados (por outras instituições públicas)
	Otimização dos processos administrativos
	Melhoria das políticas públicas
	Utilização da capacidade de externos (terceiros) para resolver problemas
	Melhoria na tomada decisão, permitindo comparações.
	Facilitação do acesso e descoberta dos dados
	Criação de novas bases de dados a partir da combinação dos dados
	Controle externo da qualidade e validação dos dados
	Sustentabilidade dos dados
	Capacidade de integrar dados públicos e privados

Fonte: ALBANO, 2014, p.34 apud JANSSEN et al., 2012

Albano (2014, p.34) apud Janssen et al. (2012) também apresenta as barreiras e os possíveis fatores inibidores dos DGA em seis grandes grupos: institucionais, complexidade da tarefa, uso e participação, legislação, qualidade da informação e técnicas. O quadro abaixo apresenta as barreiras e/ou fatores inibidores dos DGA.

**Quadro 4– Barreiras e/ou fatores inibidores dos Dados Governamentais Abertos**

<b>CATEGORIA</b>	<b>BARREIRA E/OU FATOR INIBIDOR</b>
Institucionais	Ênfase de barreiras e negligência das oportunidades
	Confusão entre os valores públicos (valores de transparência versus privacidade)
	Cultura de aversão ao risco (ao empreendedorismo)
	Falta de uniformidade nas políticas de publicação dos dados
	Publicação sem agregar valor aos dados
	Falta de recursos específicos para a tarefa de publicar os dados
	Sistema da receita é baseado na criação de renda a partir de dados
	Priorizar interesses das organizações em detrimento dos interesses dos cidadãos.



	Falta de definição de processos para trabalhar e/ou interagir com o usuário
	Qualidade discutível para trabalhar com o usuário
Complexidade da tarefa	Falta de capacidade de descobrir os dados apropriados
	Falta de acesso aos dados originais (dados apenas processados)
	Nenhuma explicação do significado dos dados
	Falta de informações sobre a qualidade dos dados abertos
	Aplicativos escondendo a complexidade, mas também potencial outro uso dos dados abertos
	Duplicação de dados, os dados disponíveis em várias formas, ou antes/depois do processamento, resultando em discussões sobre qual é a fonte
	Dificuldade em pesquisar e navegar por índices ou outros meios para garantir a fácil pesquisa para encontrar os dados corretos
	Mesmo que os dados possam ser encontrados, os usuários podem não estar cientes de seus usos potenciais.
	Formatos de dados e conjuntos de dados são demasiadamente complexos para lidar e usar facilmente
	Falta de suporte a ferramentas ou <i>helpdesk</i>
	Foco está em fazer uso de conjuntos de dados desagregados, ao passo que o valor real pode vir da combinação de vários conjuntos de dados
	Resultados contraditórios baseados na utilização dos mesmos dados
	Conclusões inválidas
Uso e participação	Falta de incentivos para os usuários
	Organizações públicas não reagem à entrada do usuário
	Frustração com a existência de muitas iniciativas de dados
	Falta de tempo para se aprofundar nos detalhes para prover maior entendimento
	Cobrança de acesso aos dados
	Necessário registro dos usuários para acesso aos dados
	Custos são altos e inesperados
	Falta de tempo para usar dados abertos
	Falta de conhecimento para fazer uso ou para dar sentido a dado
	Falta de capacidade necessária para usar a informação
	Nenhum conhecimento estatístico ou compreensão do potencial e das limitações das estatísticas
Ameaça de ações judiciais ou outras violações	
Legislação	Violação de privacidade
	Falta de segurança
	Nenhuma licença para usar os dados, o que acaba limitando o uso
	Disputas e litígios
	Permissão prévia por escrito exigida para ter acesso aos dados e para reproduzi-los

	Reutilização de contratos/convenções
Qualidade da informação	Falta de informação
	Falta de precisão da informação
	Informações incompletas, apenas parte do quadro total mostrado, ou apenas de um determinado intervalo
	Dados obsoletos e não-válidos
	Informação pode parecer irrelevante quando vista isoladamente, mas quando ligada e analisada em conjunto pode resultar em novos conhecimentos
	Muita informação para processar e sem saber o que exatamente olhar
	Informação essencial perdida
	Dados semelhantes armazenados em sistemas diferentes produzem resultados diferentes
Técnicas	Os dados devem estar em um formato preestabelecido e facilmente acessível.
	Ausência de padrões
	Ausência de um portal centralizador
	Ausência de suporte para disponibilização de dados
	Falta de metas e padrões
	Nenhum <i>software</i> padrão para o processamento de dados abertos
	Fragmentação de <i>software</i> e aplicações
	Sistemas legados que complicam a divulgação de dados

Fonte: ALBANO, 2014, p.34 apud JANSSEN et al., 2012

### 3.3 GOVERNO ABERTO

De acordo com Agune, Gregório Filho e Bolliger, Governo Aberto corresponde à divulgação de dados governamentais através da rede mundial de computadores com o objetivo de permitir o livre acesso pela sociedade.

O conceito denominado “governo aberto“ é o da disponibilização, através da *Internet*, de informações e dados governamentais de domínio público para a livre utilização pela sociedade. É parte integrante do conceito que, à sociedade, seja garantido acesso aos dados primários, de forma que o interessado possa combiná-los, cruzá-los e, enfim, produzir novas informações e aplicações, colaborando com o governo na geração de conhecimento social a partir das bases governamentais (AGUNE; GREGÓRIO FILHO; BOLLIGER, 2009, p.8).

A definição de Governo Aberto difere do conceito de DGA por não mencionar formatos preestabelecidos para a disponibilização dos dados. No Governo Aberto, a disponibilização de dados governamentais não precisa ser necessariamente através de DGA. Os dados podem ser disponibilizados em qualquer formato (como formatos proprietários). O

objetivo do Governo Aberto é possibilitar à sociedade a produção de novos conhecimentos a partir dos dados governamentais disponibilizados.

Para Albano e Reinhard, a transparência, a participação e a colaboração correspondem nos princípios fundamentais do Governo Aberto.

Governo aberto e dados abertos estão fundamentados em três pilares: transparência, participação e colaboração. A transparência promove a responsabilidade de informar os cidadãos sobre o que o governo está fazendo e que ações pretende realizar. A participação permite aos cidadãos contribuir com suas ideias e competências, auxiliando o governo a elaborar políticas mais eficazes, abrangentes e também ofertar mais informação à sociedade. A colaboração aprimora a eficácia do governo, incentivando a cooperação entre a sociedade e os diferentes níveis de governo (ALBANO; REINHARD, 2014, p.3).

Portanto, Governo Aberto sem transparência, participação e colaboração não faz qualquer sentido. As iniciativas de Governo Aberto devem visar o estabelecimento de uma relação próxima e constante com a sociedade com o objetivo de compreender as suas necessidades, possibilitando o atendimento das demandas e a prestação de contas. Devem, também, facilitar a participação e colaboração da sociedade na realização dos serviços e políticas públicos.

Carvalho e Cianconi destacam o aumento da participação dos cidadãos na vida pública do país e creditam este fato às mudanças ocorridas na sociedade.

A dinâmica social tem exigido dos cidadãos maior participação na vida pública do país. Neste contexto, o acesso às informações governamentais se impõe como medida de ampliação da democratização na relação entre Estado e sociedade. O Estado visando responder às demandas por informação implementa programas para ampliar a comunicação do Governo com os cidadãos. Os programas de Governo Eletrônico e Governo Aberto estão entre eles, e têm por princípio a utilização das modernas tecnologias da informação, a promoção da transparência e a participação social para democratizar o acesso à informação e tornar os governos mais abertos e responsáveis (CARVALHO; CIANCONI, 2013, p.2).

Albano aponta as transformações legais, tecnológicas e sociais como os principais acontecimentos motivadores para o Governo Aberto.

Governo aberto é resultado de uma série de acontecimentos, advindos de diversas fontes, tais como: transformações legais (o surgimento de uma lei no ecossistema brasileiro e o Decreto do governo Obama são evidências deste fato), transformações tecnológicas (em especial a *Internet* e outras tecnologias móveis) e transformações da sociedade (ALBANO, 2014, p.22).

O surgimento de leis nacionais que regulamentam o direito de acesso à informação pode ser apontado como um exemplo de transformações legais que contribuem para o desenvolvimento de programas de Governo Aberto. Ao estabelecer o direito de acesso à informação pública, as legislações conferem ao Governo Aberto um amparo legal.

Neste sentido, Neves discorre:

Uma série de mudanças legais e administrativas vem ocorrendo no Brasil desde a virada do século XX para o XXI e tem transformado significativamente a forma de se fazer gestão pública no país. Regulamentos foram aprovados e ações implementadas para colocar mais informações e mais ferramentas à disposição do cidadão a fim de que possam exercer seu papel como cidadão (NEVES, 2013, p.3).

Ao possibilitar à sociedade o acesso a dados e informações públicos, o Governo Aberto caracteriza-se como uma nova forma de se realizar uma gestão pública, baseada na efetiva participação e colaboração da sociedade no desenvolvimento e monitoramento das ações governamentais.

A estratégia de Governo Aberto tem sido implementada em diversos países. De acordo com Foresti e Araújo (2013, p.8), além do Brasil, Argentina, Portugal, Bélgica, Canadá, França, Estados Unidos, Austrália, Índia, Itália, Marrocos, Reino Unido, Nova Zelândia, Áustria, Noruega, Holanda, Espanha, Uruguai, Gana, Chile, Alemanha, Costa Rica, Grécia, Quênia, Rússia, Indonésia, Ucrânia, Egito, Estônia, Índia, Japão, México, Moldávia, Peru e Suíça também são países que já possuem políticas de Governo Aberto.

Paralelamente às iniciativas de Governo Aberto por todo o mundo, inúmeros portais de DGA foram desenvolvidos. A partir do levantamento de Foresti e Araújo (2013, p.8), foi possível identificar os respectivos portais de DGA que são apresentados no quadro abaixo.

**Quadro 5 – Portais de Dados Governamentais Abertos pelo mundo**

PAÍS	PORTAL
Brasil	< <a href="http://dados.gov.br">http://dados.gov.br</a> >
Argentina	< <a href="http://datospublicos.gob.ar">http://datospublicos.gob.ar</a> >
Portugal	< <a href="http://dados.gov.pt">http://dados.gov.pt</a> >
Bélgica	< <a href="http://data.belgium.be">http://data.belgium.be</a> >
Canadá	< <a href="http://data.gc.ca">http://data.gc.ca</a> >
França	< <a href="http://data.gouv.fr">http://data.gouv.fr</a> >
Estados Unidos	< <a href="http://data.gov">http://data.gov</a> >
Austrália	< <a href="http://data.gov.au">http://data.gov.au</a> >

Índia	< <a href="http://data.gov.in">http://data.gov.in</a> >
Itália	< <a href="http://dati.gov.it">http://dati.gov.it</a> >
Marrocos	< <a href="http://data.gov.ma">http://data.gov.ma</a> >
Reino Unido	< <a href="http://data.gov.uk">http://data.gov.uk</a> >
Nova Zelândia	< <a href="http://data.govt.nz">http://data.govt.nz</a> >
Áustria	< <a href="http://data.gv.at">http://data.gv.at</a> >
Noruega	< <a href="http://data.norge.no">http://data.norge.no</a> >
Holanda	< <a href="http://data.overheid.nl">http://data.overheid.nl</a> >
Espanha	< <a href="http://datos.gob.es">http://datos.gob.es</a> >
Uruguai	< <a href="http://datos.gub.uy">http://datos.gub.uy</a> >
Gana	< <a href="http://data.gov.gh/">http://data.gov.gh/</a> >
Chile	< <a href="http://datos.gob.cl/">http://datos.gob.cl/</a> >
Alemanha	< <a href="http://govdata.de">http://govdata.de</a> >
Costa Rica	< <a href="http://datosabiertos.gob.go.cr">http://datosabiertos.gob.go.cr</a> >
Grécia	< <a href="http://geodata.gov.gr">http://geodata.gov.gr</a> >
Quênia	< <a href="http://opendata.go.ke">http://opendata.go.ke</a> >
Rússia	< <a href="http://opengovdata.ru">http://opengovdata.ru</a> >
Indonésia	< <a href="http://satupemerintah.net">http://satupemerintah.net</a> >
Ucrânia	< <a href="http://cityscale.com.ua">http://cityscale.com.ua</a> >
Egito	< <a href="http://www.egypt.gov.eg/english/general/Open_Gov_Data_Initiative.aspx">http://www.egypt.gov.eg/english/general/Open_Gov_Data_Initiative.aspx</a> >
Estônia	< <a href="http://opendata.ee">http://opendata.ee</a> >
Índia	< <a href="http://data.gov.in">http://data.gov.in</a> >
Japão	< <a href="http://data.go.jp">http://data.go.jp</a> >
México	< <a href="http://datosabiertos.gob.mx">http://datosabiertos.gob.mx</a> >
Moldávia	< <a href="http://date.gov.md">http://date.gov.md</a> >
Peru	< <a href="http://lima.datosabiertos.pe">http://lima.datosabiertos.pe</a> >
Suíça	< <a href="http://opendata.admin.ch">http://opendata.admin.ch</a> >

Fonte: FORESTI; ARAÚJO, 2013, p.8

### 3.3.1 A evolução das ações que precederam e culminaram na política de Dados Governamentais Abertos no Brasil

Diversas iniciativas que correspondem a evolução das ações que precederam e culminaram na política de DGA no Brasil podem ser destacadas, tais como o e-GOV, o Portal da Transparência do Governo Federal, a LAI, a PGA, a INDA e o Portal Brasileiro de Dados Abertos. O quadro abaixo apresenta esta evolução.

**Quadro 6 – Evolução das ações que precederam e culminaram na política de Dados Governamentais Abertos no Brasil**

ANO	AÇÃO BRASILEIRA
2000	e-GOV
2004	Portal da Transparência do Governo Federal
2011	LAI
2011	PGA
2012	INDA
2012	Portal Brasileiro de Dados Abertos

Fonte: Autor

Estas ações são descritas a seguir.

### 3.3.1.1 Programa de Governo Eletrônico

O e-GOV surgiu através do Decreto Presidencial<sup>27</sup> de 3 de abril de 2000, quando foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial<sup>28</sup> com o objetivo de avaliar e sugerir políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação.

O desenvolvimento de programas de Governo Eletrônico (e-GOV) tem como princípio a utilização das modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais. O que se pretende com o Programa de Governo Eletrônico brasileiro é a transformação das relações do Governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio governo de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados; promover a interação com empresas e indústrias; e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso a informação e a uma administração mais eficiente. No Brasil, a política de Governo Eletrônico segue um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da sua própria gestão interna; na integração com parceiros e fornecedores (PROGRAMA DE GOVERNO ELETRÔNICO, 2015).

Temas como acessibilidade, inclusão digital e interoperabilidade correspondem nas principais preocupações atuais do e-GOV (PROGRAMA DE GOVERNO ELETRÔNICO, 2015).

A respeito da acessibilidade, destacam-se iniciativas voltadas para a disponibilização de *software* e documentos normativos de forma gratuita para a utilização pela sociedade.

27 Disponível em: <[http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15\\_90Decreto\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2000.pdf](http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90Decreto_3_de_abril_de_2000.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

28 Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTII).

O governo eletrônico disponibiliza, de forma gratuita, para toda a sociedade, *software* e documentos que auxiliam e orientam profissionais na construção, adequação, avaliação e correção de páginas, sítios e portais da *Internet*, garantindo assim o controle da navegação e o pleno acesso dos usuários aos conteúdos e serviços do governo, independentemente das suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais (PROGRAMA DE GOVERNO ELETRÔNICO, 2015).

Em relação à inclusão digital, destacam-se as iniciativas de disseminação e utilização de TICs com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico.

O governo eletrônico também atua por meio da inclusão digital para que o cidadão exerça a sua participação política na sociedade do conhecimento. As iniciativas nessa área visam garantir a disseminação e o uso das tecnologias da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nas comunidades e segmentos excluídos (PROGRAMA DE GOVERNO ELETRÔNICO, 2015).

A interoperabilidade de tecnologias, processos, informações e dados corresponde em um fundamento importante para o fornecimento de serviços de qualidade.

No mundo atual, o avanço acelerado das Tecnologias da Informação exige que o Estado conduza seus trabalhos e oferta de serviços de maneira eficiente, moderna e integrada. Nesse contexto, a interoperabilidade de tecnologia, processos, informação e dados é o meio essencial que oferece serviços de qualidade, serve de exemplo para governos em todo o mundo e como fundamento importante para os conceitos de governo eletrônico, o e-GOV. Interoperabilidade não é somente integração de sistemas nem somente integração de redes. Não referencia unicamente troca de dados entre sistemas e não contempla simplesmente definição de tecnologia. Soma todos esses fatores, considerando a existência de um legado de sistemas, de plataformas de *hardware* e *software* instalados (PROGRAMA DE GOVERNO ELETRÔNICO, 2015).

Por fim, é importante ressaltar que DGA também são abordados pelo e-GOV:

Os Dados Abertos Governamentais são uma metodologia para a publicação de dados do governo em formatos reutilizáveis, visando o aumento da transparência e maior participação política por parte do cidadão, além de gerar diversas aplicações desenvolvidas colaborativamente pela sociedade. No caso do Brasil, vários órgãos da Administração Pública já publicam seus dados na *Web*, na forma de relatórios e balanços para que os cidadãos possam acompanhar os resultados das ações de governo (PROGRAMA DE GOVERNO ELETRÔNICO, 2015).

### 3.3.1.2 Portal da Transparência do Governo Federal

O Portal da Transparência do Governo Federal consiste em uma iniciativa lançada pela Controladoria-Geral da União (CGU) no ano de 2004 e formalizada através do Decreto nº 5.482<sup>29</sup>, de 30 de junho de 2005, com o objetivo de assegurar a efetiva e correta aplicação dos recursos públicos.

O objetivo é elevar a transparência da gestão pública, possibilitando que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e, desta forma, auxilie na respectiva fiscalização. Para o atual governo federal brasileiro, a transparência constitui-se na melhor estratégia contra corrupção, visto que ela é um instrumento para que os gestores públicos atuem com responsabilidade. Neste sentido, a transparência permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, com o objetivo de verificar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 2015).

Dentre os dados disponibilizados pelo Portal da Transparência do Governo Federal, destacam-se: dados detalhados do governo federal sobre a execução orçamentária e financeira, sobre as previsões e as receitas realizadas e sobre convênios firmados, dados sobre cargo, função, situação funcional e remuneração dos servidores civis e militares, assim como dos agentes públicos do Poder Executivo Federal. Complementarmente, o portal disponibiliza:

Informações sobre Transferências de Recursos, para estados, municípios, pessoas jurídicas, e feitas ao exterior, ou diretamente a pessoas físicas. Estão disponíveis dados de todos os recursos federais transferidos da União para estados, municípios e Distrito Federal. Pode-se consultar, por exemplo, quanto foi repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) do Ministério da Educação para qualquer município do País ou mesmo quem são os beneficiários do Bolsa Família, quanto receberam e em que meses (recursos federais transferidos diretamente ao cidadão); Informações sobre Gastos Diretos do Governo Federal: contratação de obras, serviços e compras governamentais, que podem ser vistas por órgão, por ação governamental ou por favorecidos (empresas privadas ou pessoas físicas). Também detalha as diárias pagas e os gastos feitos em cartões de pagamento do Governo Federal; Informações diárias sobre a execução orçamentária e financeira das com dados detalhados e diariamente atualizados sobre os atos praticados pelas unidades gestoras do Poder Executivo Federal no decorrer da execução das suas despesas. O cidadão poderá saber quanto e com o que está sendo comprometido o recurso do orçamento. É possível, inclusive, conhecer a fase em que a despesa se encontra: empenho, liquidação e pagamento; Informações sobre Receitas previstas, lançadas e

<sup>29</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.



realizadas pelo Governo Federal, organizadas por Órgão e por categoria das Receitas, e atualizadas diariamente; Informações sobre Convênios registrados no SIAFI e no SICONV firmados nos últimos anos, com descrição sucinta do objeto, datas e valores envolvidos, desde 1º de janeiro de 1996; Informações sobre a lista de Empresas Sancionadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas; Informações sobre cargo, função e situação funcional dos Servidores e agentes públicos do Poder Executivo Federal; Informações sobre Transparência no Governo – relação dos órgãos e entidades do Governo Federal que possuem Páginas de Transparência Pública próprias; Informações sobre Participação e Controle Social; Informações sobre projetos e ações no âmbito do Poder Executivo Federal, que são divulgadas pelos órgãos em suas respectivas páginas eletrônicas – Rede de Transparência; Páginas de Transparência de Estados e Municípios - dados de cada ente federativo, sobre transferências de recursos recebidas do governo federal e cadastro de convênios, extraídos do Portal da Transparência (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 2015).

Embora não tenha como objetivo principal a disponibilização de dados nos moldes preconizados pelos DGA, o Portal da Transparência do Governo Federal ao menos possibilita à sociedade o acesso a dados e informações governamentais através de planilhas eletrônicas.

Apesar de não possuir uma política sistemática de DGA, o Portal da Transparência do Governo Federal apresenta possibilidades de visualizar os dados disponíveis no portal em outros formatos, como .CSV e .XLS, ou seja, em planilhas eletrônicas. Apesar do formato .XLS ser proprietário, ao menos significa maiores possibilidades de acessar os dados do governo federal (VAZ; RIBEIRO; MATHEUS, 2011, p.56).

### 3.3.1.3 Lei de Acesso à Informação

A Lei nº 12.527<sup>30</sup>, também conhecida como LAI, aprovada pela Presidência da República em 18 de novembro de 2011 e regulamentada no governo federal através do Decreto nº 7.724<sup>31</sup>, de 16 de maio de 2012, tem como objetivo principal regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. Suas prescrições são destinadas aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios (PORTAL ACESSO À INFORMAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL, 2015).

A Cartilha de Acesso à Informação Pública<sup>32</sup> esclarece:

A Lei 12.527 efetiva o direito previsto na Constituição de que todos têm a

30 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

31 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

32 Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/cartilhaacessoainformacao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

prerrogativa de receber dos órgãos públicos além de informações do seu interesse pessoal, também aquelas de interesse coletivo. Isto significa que a Administração cumpre seu papel quando divulga suas ações e serviços, mas também deve estar preparada para receber demandas específicas. Responder a uma solicitação de acesso à informação pública requer metodologia: é necessário processar o pedido e garantir ao requerente a entrega do dado. Para garantir o acesso, a Lei, além de estipular procedimentos, normas e prazos, prevê a criação, em todos os órgãos e entidades do poder público, de um Serviço de Informações ao Cidadão. São estabelecidos prazos para que sejam repassadas as informações ao solicitante. A resposta deve ser dada imediatamente, se estiver disponível, ou em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. O pedido não precisa ser justificado, apenas conter a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada. O serviço de busca e fornecimento das informações é gratuito, salvo cópias de documentos. Nos casos em que a informação estiver sob algum tipo de sigilo previsto em Lei, é direito do requerente obter o inteiro teor da negativa de acesso. Quando a informação for parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso, por meio de certidão, extrato ou cópia, com a ocultação da parte sob sigilo (CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2011, p.14-15).

É importante ressaltar que a LAI estabelece restrições quanto a dados pessoais e informações classificadas como sigilosas, conforme elucida a Cartilha de Acesso à Informação Pública:

A Lei 12.527/2011 prevê exceções à regra de acesso para dados pessoais e informações classificadas por autoridades como sigilosas. Informações sob a guarda do Estado que dizem respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas, por exemplo, não são públicas (ficando protegidas por um prazo de cem anos). Elas só podem ser acessadas pelos próprios indivíduos e, por terceiros, apenas em casos excepcionais previstos na Lei (CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2011, p.16).

Para Malin e Sá, a existência da LAI contribui para o estabelecimento da democracia e, também, para as iniciativas de redução da corrupção no país.

A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e também para o sucesso das ações de prevenção da corrupção no país. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública (MALIN; SÁ, 2012, p.2).

Malin e Sá destacam ainda o avanço dado pelo Brasil com a promulgação da LAI:

Com a promulgação da LAI, o Brasil dá um salto, pois: - Possuía um déficit histórico de ações no campo da informação e elevado grau de opacidade do Estado brasileiro como resultado da herança patrimonialista, da fraqueza da sociedade civil, do autoritarismo, da pessoalidade nas relações políticas, etc; - Apresenta um rumo

inédito das iniciativas governamentais, representado pela promoção de seminários, congressos, palestras. Os governos vão ter que se autoconhecer (MALIN; SÁ, 2012, p.15-16).

De acordo com a LAI, os sítios oficiais da rede mundial de computadores devem "possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina" (BRASIL, 2011b). Desta forma, é possível sustentar que a LAI alinha-se à contemporânea e crescente demanda mundial por dados governamentais que possam ser livremente usados, redistribuídos e reutilizados, inclusive com o apoio de aplicativos.

### 3.3.1.4 Parceria para Governo Aberto

A PGA, também conhecida como *Open Government Partnership* (OGP), foi criada em setembro de 2011, quando os oito governos fundadores (Brasil, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos) aprovaram a Declaração de Governo Aberto<sup>33</sup> com o objetivo de assegurar compromissos concretos para a promoção da transparência e o combate à corrupção (OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2015).

De acordo com os Artigos de Governança<sup>34</sup> da CGU:

A Parceria de Governo Aberto (OGP) é uma iniciativa internacional voluntária, envolvendo diversos *stakeholders*, e que objetiva garantir compromissos concretos de governos para com seus cidadãos no intuito de promover transparência, capacitar os cidadãos, combater a corrupção e utilizar novas tecnologias que fortaleçam a governança. Para atingir esses objetivos, a OGP viabiliza um fórum internacional para diálogo e compartilhamento de experiências entre governos, organizações da sociedade civil e setor privado, todos contribuindo para o objetivo comum de estabelecer um governo aberto. Dentre os *stakeholders* da OGP, incluem-se os governos participantes, sociedade civil e entidades do setor privado que apoiam os princípios e missão da OGP (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2012, p.2).

A respeito da admissão de países na PGA, a CGU esclarece:

Caso desejem participar da OGP, os governos deverão comprometer-se com os princípios de governo aberto, atendendo a um conjunto (mínimo) de critérios de desempenho em dimensões fundamentais de governo aberto que são particularmente relevantes para garantir o aumento da capacidade de resposta do governo, fortalecer a mobilização cidadã e combater a corrupção. Indicadores objetivos de terceiros são

33 Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/about/open-government-declaration>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

34 Disponível em: <<http://governoaberto.cgu.gov.br/documentos/artigos-de-governanca.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

utilizados para determinar os avanços do país em cada uma das dimensões, e é atribuída uma pontuação conforme descrito abaixo. As dimensões e métricas fundamentais são: Transparência Fiscal, Acesso à Informação, Divulgação de Informações sobre Funcionários Públicos Eleitos e Mobilização Cidadã (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2012, p.24).

Os compromissos firmados pelos países integrantes da parceria devem estar enquadrados em um dos cinco grandes desafios propostos pela PGA (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2012, p.27). O quadro abaixo apresenta estes desafios.

**Quadro 7 – Cinco grandes desafios da Parceria para Governo Aberto**

Nº	EIXO	DESCRIÇÃO
1	Melhoria da prestação de serviços públicos	Medidas que cobrem o amplo leque de serviços ao cidadão, incluindo as áreas de saúde, educação, justiça penal, água, eletricidade, telecomunicações e outras importantes áreas de serviços, estimulando a melhoria dos serviços públicos ou inovações no setor privado.
2	Aumento da integridade pública	Medidas que versam sobre corrupção e ética pública, acesso à informação, reforma de financiamento de campanhas, e liberdade de imprensa e da sociedade civil.
3	Gestão mais efetiva dos recursos públicos	Medidas que versam sobre orçamentos, compras governamentais, recursos naturais e assistência internacional.
4	Criação de comunidades mais seguras	Medidas que abordam segurança pública, segurança, respostas a situações de crise e desastre, e ameaças ambientais.
5	Aumento da responsabilidade corporativa	Medidas que abordam a responsabilização corporativa em áreas como meio ambiente, combate à corrupção, proteção do consumidor e mobilização comunitária.

Fonte: Controladoria-Geral da União, 2012, p.27

Como forma de monitorar o desenvolvimento das iniciativas relacionadas, a PGA estabelece que todos os países participantes da parceria devem disponibilizar anualmente um relatório com o progresso das ações voltadas para Governo Aberto.

Todos os governos participantes da OGP devem publicar um relatório anual de seus progressos em aproximadamente três meses após o final dos primeiros 12 meses de implementação do plano de ação. Esse relatório deve avaliar o desempenho do governo com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito da OGP, levando em conta o conteúdo e cronogramas indicados no plano de ação nacional. Esse relatório deve ser divulgado publicamente no idioma do país e em inglês, e disponibilizado no portal da OGP (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2012, p.16).

### 3.3.1.5 Infraestrutura Nacional de Dados Abertos

A INDA surgiu através da Instrução Normativa nº 4<sup>35</sup>, de 13 de abril de 2012, e, de acordo com a Cartilha Técnica para a Publicação de Dados Abertos no Brasil<sup>36</sup>, corresponde a um amplo sistema elaborado com o objetivo de garantir as condições necessárias para o compartilhamento de dados governamentais no modelo de DGA.

A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos. O principal projeto da INDA é o Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](http://dados.gov.br)), que tem o objetivo de ser o ponto central para a publicação, a busca e o acesso de dados públicos no Brasil. A arquitetura da INDA compreende todos os órgãos do governo, em todas esferas e poderes, disponibilizando dados públicos à toda a sociedade, incluindo instituições privadas, organizações não governamentais e o próprio governo. A INDA servirá de referência para que os mais diferentes órgãos do governo sejam capazes de publicar de forma sistemática e padronizada, dentro de um conceito de boas práticas para disseminação da informação o conjunto de dados que pretende disponibilizar (CARTILHA TÉCNICA PARA A PUBLICAÇÃO DE DADOS ABERTOS NO BRASIL, 2015).

A INDA pode ser caracterizada como uma metodologia a ser utilizada pelos órgãos da Administração Pública para disponibilizar dados e informações governamentais no Portal Brasileiro de Dados Abertos. O quadro abaixo apresenta os objetivos específicos da INDA de acordo com a Instrução Normativa que estabeleceu a sua criação.

**Quadro 8 – Objetivos específicos da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos**

Nº	OBJETIVO
I	Definir, estruturar e coordenar a política de dados abertos, bem como estabelecer o seu modelo de funcionamento.
II	Promover o ordenamento na geração, armazenamento, acesso, e compartilhamento de dados para uso do Poder Executivo federal e da sociedade.
III	Definir e disciplinar os padrões e os aspectos técnicos referentes à disponibilização e disseminação de dados para uso do Poder Executivo federal e da sociedade.
IV	Promover o compartilhamento de recursos de tecnologia da informação e evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na disseminação de dados e informações pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.
V	Apoiar, capacitar e fornecer suporte para a publicação de dados abertos aos órgãos e entidades do Poder

35 Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

36 Disponível em: <<http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

	Executivo federal ou que aderirem à INDA que não possuem prática, cultura e atribuições finalísticas de disseminação de dados.
VI	Buscar a melhoria contínua da publicação de dados abertos, baseando-se nas melhores práticas concebidas nos cenários nacional e internacional.
VII	Promover a colaboração entre governos dos diferentes níveis da federação e entre o Poder Executivo federal e a sociedade, por meio da publicação e do reuso de dados abertos.
VIII	Promover e apoiar o desenvolvimento da cultura da publicidade de dados e informações na gestão pública.
IX	Disponibilizar tecnologias e apoiar as ações dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal ou que aderirem à INDA na implementação da transparência ativa por meios digitais.
X	Promover a participação social na construção de um ecossistema de reuso e de agregação de valor dos dados públicos.

Fonte: BRASIL, 2012b, p.2

Segundo a Instrução Normativa nº 4, integram a INDA:

I – obrigatoriamente, o Órgão Central, os Órgãos Setoriais, os Órgãos Seccionais e Correlatos do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática – SISPI, conforme definido pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011; e II – facultativamente, mediante a assinatura do termo de adesão constante do Anexo pela autoridade competente, os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal (BRASIL, 2012b, p.3).

De acordo com Batista, Silva e Miranda, a INDA pretende padronizar as práticas de disponibilização de DGA, assim como uniformizar os modelos de negócios e sistemas utilizados pelos diversos setores da Administração Pública.

A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA, no que tange aos seus objetivos de interoperabilidade, pretende reunir organizações comprometidas com a publicação de seus dados para padronizar e consensuar as melhores práticas de publicação de dados abertos. Isso em um primeiro momento, na segunda fase do projeto, ele pretende consensuar não só os padrões e tecnologias, mas os conceitos e a forma como as diferentes áreas da administração pública visualizam e modelam seus negócios e seus sistemas (BATISTA; SILVA; MIRANDA, 2013, p.12).

### 3.3.1.6 Portal Brasileiro de Dados Abertos

De acordo com o Plano de Ação para Implantação da INDA<sup>37</sup>, o Portal Brasileiro de Dados Abertos consiste em uma ferramenta disponibilizada pelo governo federal brasileiro no ano de 2012 com o intuito de possibilitar a todos os cidadãos o acesso a dados e informações públicos.

Complementarmente, o Portal Brasileiro de Dados Abertos esclarece:

O Portal Brasileiro de Dados Abertos é a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas. O portal preza pela simplicidade e organização para que você possa encontrar facilmente os dados e informações que precisa. O portal também tem o objetivo de promover a interlocução entre atores da sociedade e com o governo para pensar a melhor utilização dos dados em prol de uma sociedade melhor (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

É importante salientar que o Portal Brasileiro de Dados Abertos constitui-se como a principal ferramenta da INDA.

O Portal Brasileiro de Dados Abertos foi desenvolvido pela sociedade e para a sociedade. Numa ação inovadora o Ministério do Planejamento liderou o desenvolvimento do portal de forma totalmente aberta com ampla participação da sociedade. Ele é a parte principal da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA (IN SLTI MP 4/2012 INDA). Essa infraestrutura é a união das ações de abertura de dados empreendidas por todo o governo, em todas esferas e poderes (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos, dentre os dados disponibilizados, destacam-se os relacionados a temas como: Saúde, Transporte, Segurança Pública, Educação, Gastos Governamentais e Processos Eleitorais.

O portal tem o objetivo de disponibilizar todo e qualquer tipo de dado. Por exemplo, dados da saúde suplementar, do sistema de transporte, de segurança pública, indicadores de educação, gastos governamentais, processo eleitoral, etc. O portal funciona como um grande catálogo que facilita a busca e uso de dados publicados pelos órgãos do governo. Neste momento o portal disponibiliza o acesso à uma parcela dos dados publicados pelo governo. O plano estratégico prevê que nos próximos 3 anos o portal disponibilize acesso aos dados publicados por todos os órgãos do governo federal, além de dados das esferas estaduais e municipais (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

---

37 Disponível em: <<http://notas.dados.gov.br/planodeacaoinda/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Setores e unidades que compõem o sistema federal são constantemente convocados para publicarem os seus respectivos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Além disso, Estados e municípios recebem incentivos para a implementação de políticas locais de DGA.

Como ação estratégica da política de dados abertos o governo federal está apoiando os estados e municípios na implementação de políticas locais de dados abertos. Da mesma forma, o Ministério do Planejamento está convocando todos os órgãos da esfera federal à publicarem dados e informações na *Internet* e catalogá-los no portal dados.gov.br (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do Portal Brasileiro de Dados Abertos.

**Ilustração 8 – Página principal do Portal Brasileiro de Dados Abertos**

The screenshot shows the main page of the Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br). The page has a green header with the logo and navigation links. Below the header, there is a search bar and a navigation menu. The main content area is divided into several sections:

- Dados em destaque:** A section highlighting key data sets, including 'SICONV - Convênios e Contratos de Repasse da Administração', 'Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento', and 'Compras públicas do governo federal'.
- Publicações mais recentes:** A table listing recent publications with columns for 'Conjunto de dados', 'Autor', and 'Quando'. Examples include 'Indicadores sobre Produto Interno Bruto - PIB', 'Indicadores sobre População', 'Indicadores sobre Minha Casa Melhor', 'Indicadores sobre UPA - Unidade de ...', and 'Indicadores sobre Unidade de Atendimento ...'.
- Dados por etiqueta:** A section showing data sets categorized by tags, such as 'PGI (146)', 'Indicador (142)', 'INDE (134)', 'Previdência Social (101)', 'ASPS (100)', 'Benefícios (64)', 'Benefícios Previdenciários (43)', 'Contribuintes (21)', 'UF (19)', 'OPF (19)', 'Equipamentos públicos (17)', 'Federal (16)', 'INAP (15)', 'GPS (14)', 'Aerotec (12)', 'SP (11)', 'IBGE (11)', 'Comercadores (12)', 'Avanço educação (12)', and 'Vegetação (11)'.
- Notícias:** A section with news articles, including 'Ministério do Planejamento divulga Plano de Dados ...', 'Dados abertos permitem que cidadãos conheçam melhor as ...', and 'Prefeitura de São Paulo institui o Catálogo Municipal ...'.

At the bottom of the page, there is a footer with navigation links for 'O Portal', 'Comunidade', 'Manuais', and 'Saiba mais', along with a copyright notice and the logo for 'Acesso à Informação'.

Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2015



## 4 TRAÇANDO UM PANORAMA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS NO BRASIL

### 4.1 METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve como objetivo principal traçar um panorama sobre como a sociedade brasileira está utilizando DGA a partir do estudo dos aplicativos gerados. A identificação dos aplicativos ocorreu entre Janeiro de 2013 e Dezembro de 2014, isto é, nos 24 meses que seguiram a implantação da política de DGA no país.

Quanto à natureza, a pesquisa configurou-se como quali-quantitativa. A pesquisa quali-quantitativa consiste em uma abordagem mista que adota técnicas tanto da pesquisa qualitativa quanto da quantitativa.

Strauss e Corbin definem pesquisa qualitativa como:

... qualquer tipo de pesquisa que produz descobertas não obtidas por procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções, sentimentos, assim como funcionamento organizacional, fenômenos culturais e interações entre as nações (...) e a parte principal da análise é interpretativa (STRAUSS; CORBIN, 1998, p.10-11, tradução nossa).

A respeito da pesquisa quantitativa, Fonseca discorre:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p.20).

Quanto aos objetivos, a pesquisa configurou-se como descritiva e exploratória. Segundo Triviños (1987, p.110), “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Em relação à pesquisa exploratória, Gil (2002, p.41), destaca que “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade

com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses".

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica. Sobre a pesquisa bibliográfica, Lakatos esclarece:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (LAKATOS, 1992, p.44).

O marco teórico foi construído a partir de pesquisas em anais de eventos (como Encontros, Congressos, Simpósios e Fóruns) direcionados para a área de CI, Gestão Pública e Sistemas de Informação, em revistas e periódicos científicos voltados para os campos da CI, Biblioteconomia e Sistemas de Informação, em dissertações e teses acadêmicas produzidas nas áreas de CI, Engenharia da Computação, Administração e Filosofia e em documentos públicos e ferramentas oficiais.

Em relação à pesquisa empírica, Demo (2000, p.21) destaca que trata-se de uma pesquisa voltada para o tratamento da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural". Segundo Demo, a valorização desse tipo de pesquisa ocorre pela:

Possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática (DEMO, 1994, p.37).

Para esclarecer a proposta de se traçar um panorama sobre como a sociedade brasileira está utilizando DGA, é fundamental elucidar o conceito de panorama, um termo que pode possuir inúmeros entendimentos de acordo com o contexto onde está inserido. Segundo o dicionário Michaelis, panorama pode ser compreendido como:

1 Grande quadro circular, disposto de modo que o espectador, colocado no centro, vê os objetos representados como se estivesse sobre uma altura, dominando todo o horizonte em volta. 2 Edifício que contém esse quadro. 3 Grande extensão de paisagem que se desfruta de uma altura. 4 Grande exposição (MICHAELIS, 2015).

Sob o ponto de vista deste trabalho, o panorama pode ser entendido como um

mapeamento da utilização de DGA no Brasil a partir de uma visão geral ampla, que envolve atores estatais e não estatais e que inclui tanto as iniciativas e ações desenvolvidas pelo Estado para a promoção dos DGA, quanto as respectivas reações estabelecidas pela sociedade civil.

Por isso, a pesquisa empírica lançou mão de duas fontes de dados: informações oficiais oriundas do Portal Brasileiro de Dados Abertos e informações veiculadas na *Web* brasileira extraídas de notícias sobre DGA no Brasil arquivadas no OBGI a partir do Alerta *Google*.

O Portal Brasileiro de Dados Abertos já foi apresentado no Capítulo 3 deste trabalho e dispensa maiores detalhes nesta seção.

O OBGI consiste em uma plataforma de ensino e pesquisa voltada para alunos e professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) onde são monitoradas diariamente notícias na *Web* sobre os respectivos temas de interesse.

Uma plataforma de ensino e pesquisa desenvolvida e utilizada por alunos e professores dos cursos de graduação em Administração, Biblioteconomia, Economia e Gestão Pública e da Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se de um espaço de estudos interdisciplinares sobre Gestão e Políticas Públicas de Informação do ponto de vista da defesa da democracia, da transparência e da efetividade das ações públicas no cenário contemporâneo. Diariamente são monitoradas notícias em *sites*, documentos e artigos na *Web* usando o Alerta *Google* como principal motor de busca sobre os temas de interesse dos pesquisadores (OBSERVATÓRIO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do *website* do OBGI.

### Ilustração 9 – Página principal do *website* do Observatório de Gestão da Informação



Fonte: Observatório de Gestão da Informação, 2015

Já o *Alerta Google* corresponde a *e-mails* enviados ao requisitante quando o motor de busca do *Google* encontra novos resultados em páginas da *Web*, artigos de jornal ou *blogs*, para os termos de pesquisa escolhidos. Desta forma, o usuário pode utilizar os *Alertas do Google* para a realização do monitoramento de temas de seu interesse (MALIN, 2010, p.9). A ilustração abaixo apresenta um exemplo de *Alerta Google*, com notícias que foram recuperadas a partir da expressão “Dados abertos”.

### Ilustração 10 – Exemplo de Alerta *Google*

The image shows a screenshot of a Google Alerts notification. At the top, it says "Google Alertas". Below that, the keyword "Dados abertos" is highlighted in yellow. The notification is dated "Atualização diária · 6 de maio de 2014". Under the heading "NOTÍCIAS", there are two news items. The first is titled "Alunos da BandTec desenvolvem aplicativo móvel de utilidade pública" from the Portal Nacional de Seguros, mentioning a national meeting on "Dados Abertos". The second is a video titled "Dados Abertos na PROCERGS: Inovação em Governo Eletrônico | PROCERGS" from rs.gov.br, discussing the role of PROCERGS in the state of RS's open data policy. Both news items include social media sharing icons (Google+, Facebook, Twitter) and a "Sinalizar como irrelevante" link. At the bottom of the notification, there is a link to "Editar este alerta".

Fonte: [ogimonitorandoagora@gmail.com](mailto:ogimonitorandoagora@gmail.com)

A pesquisa no Portal Brasileiro de Dados Abertos para a identificação dos aplicativos que utilizam DGA no Brasil foi realizada no dia 15 de Dezembro de 2014, através da consulta direta ao menu “Aplicativos” disponível na página principal do portal. Este menu redireciona para uma página (<http://dados.gov.br/aplicativos/>) com uma lista de aplicativos e serviços que utilizam DGA no Brasil. Esta listagem fornece para cada aplicativo informações como a descrição geral, o endereço de acesso, os autores e os respectivos dados utilizados. Desta forma, a pesquisa no Portal Brasileiro de Dados Abertos levou apenas um dia para ser realizada, visto que as informações sobre as aplicações estavam disponíveis diretamente no portal para quem quisesse obtê-las.

Já a pesquisa no OBGI foi realizada através da captura diária de notícias na *Web* brasileira que contemplassem a palavra-chave “Dados Abertos”, através do dispositivo automático de busca do Alerta *Google*, durante 24 meses – entre Janeiro de 2013 e Dezembro de 2014. As notificações constantes do corpo do *e-mail* enviado diariamente pelo *Google* (que necessariamente continha a palavra-chave “Dados Abertos”) tiveram o seu texto analisado, sendo selecionadas aquelas com assuntos relacionados à categoria de “aplicativos”.

De um total de 134 notícias veiculadas entre Janeiro de 2013 e Dezembro de 2014, 77 foram veiculadas no ano de 2013, enquanto 57 foram reportadas no ano de 2014. A tabela abaixo apresenta o número de notícias mensais sobre DGA veiculadas ao longo dos anos de 2013 e 2014.

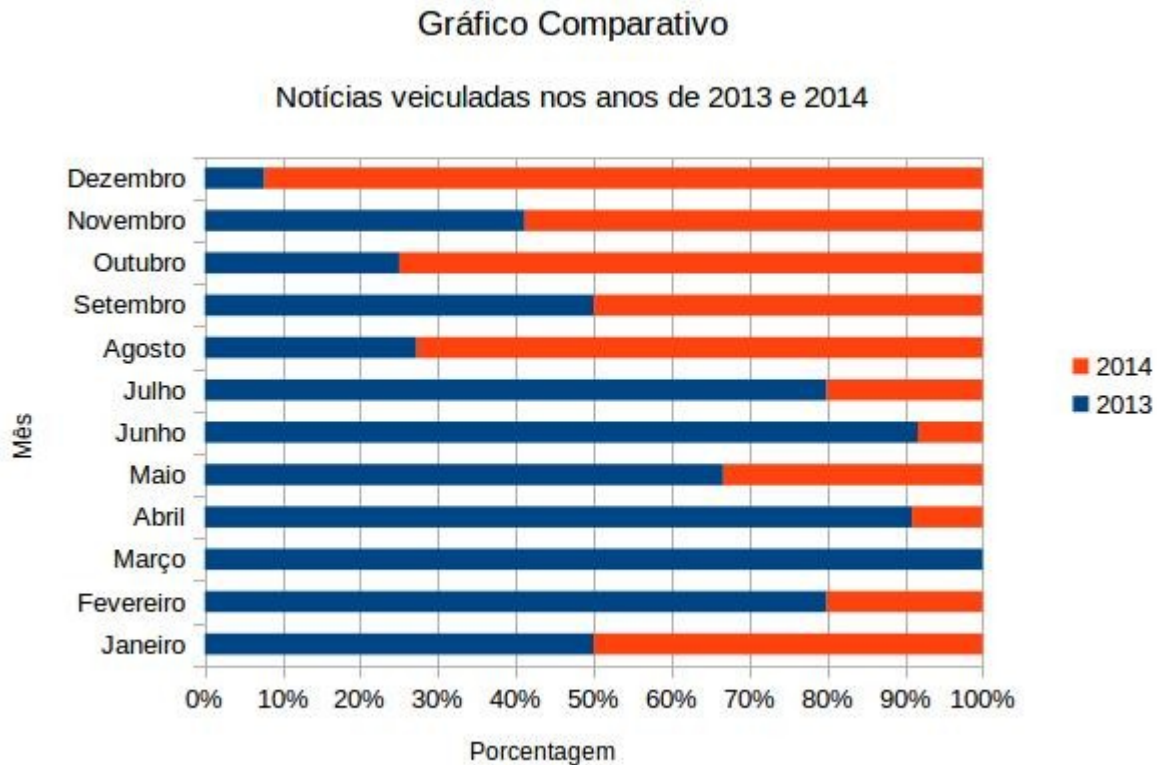
**Tabela 1 – Notícias sobre Dados Governamentais Abertos veiculadas na *web* brasileira ao longo dos anos de 2013 e 2014**

<b>MÊS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Janeiro	5	5
Fevereiro	4	1
Março	3	0
Abril	10	1
Maio	12	6
Junho	11	1
Julho	16	4
Agosto	3	8
Setembro	3	3
Outubro	2	6
Novembro	7	10
Dezembro	1	12
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>57</b>

Fonte: Autor

O ano de 2013 destacou-se como o período com o maior número de notícias veiculadas, correspondendo a 57,47% do total, contra 42,53% do ano de 2014. A ilustração abaixo apresenta um gráfico comparativo das notícias veiculadas entre os anos de 2013 e 2014.

Ilustração 11 – Gráfico comparativo das notícias veiculadas entre os anos de 2013 e 2014



Fonte: Autor

Para a classificação das notícias sobre DGA no Brasil arquivadas no OBGI, foram estabelecidos quatro tipos de categoria: promoção, abertura, aplicativos e outros.

A categoria “promoção” diz respeito a veiculações que, de alguma forma, evidenciaram a temática de DGA. O quadro abaixo apresenta alguns exemplos de notícias categorizadas como “promoção”.

**Quadro 9 – Exemplo de notícias categorizadas como “promoção”**

EXEMPLO	NOTÍCIA	DATA
1	“Dados abertos em prol do mundo em desenvolvimento”	19-10-2014
2	“Dados abertos para um dia a dia melhor”	24-05-2014
3	“Dados abertos permitem que cidadãos conheçam melhor as ações e os resultados do MJ”	17-04-2014
4	“Palestra sobre Dados Abertos e E-Democracia no 8º Fórum Espírito Livre”	11-11-2014
5	“Seminário discute abertura de dados governamentais”	17-09-2014

Fonte: Autor

A categoria “abertura” está relacionada a notícias de organizações públicas que

disponibilizaram os seus dados através do modelo de DGA. O quadro abaixo apresenta alguns exemplos de notícias categorizadas como “abertura”.

**Quadro 10 – Exemplo de notícias categorizadas como “abertura”**

EXEMPLO	NOTÍCIA	DATA
1	“Novo portal reúne dados e serviços da Prefeitura do Recife”	15-07-2013
2	“Prefeitura lança <i>site</i> de dados abertos”	18-07-2013
3	“Novo <i>site</i> tem 4,6 <i>gigabytes</i> de informações sobre SP”	29-01-2014
4	“Município de São Paulo disponibiliza catálogo de bases de dados”	18-11-2014
5	“Portal Dados Abertos MPRS está no ar”	18-12-2014

Fonte: Autor

A categoria “aplicativos” diz respeito a notícias veiculadas sobre os aplicativos em si ou sobre concursos/maratonas (*Hackathon*) para o desenvolvimento de aplicações a partir de DGA. O quadro abaixo apresenta alguns exemplos de notícias categorizadas como “aplicativos”.

**Quadro 11 – Exemplo de notícias categorizadas como “aplicativos”**

EXEMPLO	NOTÍCIA	DATA
1	“Concurso Nacional de Dados Abertos divulga vencedores”	23-11-2013
2	“Ministério da Justiça lança concurso para desenvolvimento de aplicativos”	28-08-2013
3	“Resultado do 1º concurso de <i>software</i> para Dados Abertos OD4D é divulgado”	03-07-2013
4	“1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos”	21-06-2013
5	“Inep e Fundação Lemann realizam neste fim de semana <i>Hackathon</i> de Dados Educacionais”	11-04-2013

Fonte: Autor

Já a categoria “outros” contemplou todas as notícias que não se enquadraram nas três categorias anteriormente estabelecidas. O quadro abaixo apresenta alguns exemplos de notícias categorizadas como “outros”.

**Quadro 12 – Exemplo de notícias categorizadas como “outros”**

EXEMPLO	NOTÍCIA	DATA
1	“Armazenamento local de dados: a nova batalha no Marco Civil”	26-10-2013
2	“Formatos fechados são desafio para a transparência e acesso à	15-11-2014



	informação, afirma estudo”	
3	“Desigualdade latino-americana: para sanar é preciso transparência... e algo mais”	25-11-2014
4	“Missão é transmitir dados complexos de forma intuitiva, diz brasileira que trabalha do <i>Google</i> ”	24-06-2013
5	“IBM sugere sistema de 'cidade cognitiva”	26-04-2013

Fonte: Autor

Ao todo, 69 notícias foram categorizadas como “promoção”, 32 como “aplicativos”, 22 como “abertura” e 11 como “outros”. A tabela abaixo apresenta a totalização das categorias de notícias.

**Tabela 2 – Totalização das categorias de notícias**

<b>CATEGORIA</b>	<b>NÚMERO DE NOTÍCIAS VEICULADAS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
Promoção	69	51,49
Aplicativos	32	23,88
Abertura	22	16,42
Outros	11	8,21
<b>TOTAL</b>	134	100

Fonte: Autor

Para a descrição e classificação dos aplicativos identificados tanto pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos quanto pelas notícias sobre DGA no Brasil arquivadas no OBGI, foram utilizados quatro critérios principais: identificação da temática do aplicativo, descrição do conjunto de dados utilizado, identificação da licença a qual os dados se submetem e descrição do autor do aplicativo. Complementarmente, ênfase também foi dada ao licenciamento do aplicativo em si e ao repositório de seu código-fonte. O quadro abaixo apresenta os critérios para a descrição e classificação dos aplicativos identificados.

**Quadro 13 – Critérios para descrição e classificação dos aplicativos**

<b>CRITÉRIO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Tema	Temática principal do aplicativo. Por exemplo: Educação, Transporte, Segurança Pública.
Conjunto de Dados	Conjunto de dados utilizados para o desenvolvimento do aplicativo. Por exemplo: Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Licença dos Dados	Licenças que estabelecem o controle sobre o compartilhamento dos conjuntos de dados. Por exemplo: Licenças CC, Licenças ODC.
Autor do Aplicativo	Indivíduos e/ou organizações responsáveis pelo desenvolvimento do aplicativo.

Fonte: Autor

## 4.2 RESULTADOS

A seguir, serão apresentados em seções distintas os aplicativos identificados através do Portal Brasileiro de Dados Abertos e os aplicativos identificados através das notícias sobre DGA no Brasil arquivadas no OBGI, conforme metodologia já exposta.

### 4.2.1 Portal Brasileiro de Dados Abertos

O governo federal brasileiro, através do Portal Brasileiro de Dados Abertos, disponibiliza uma lista com aplicativos que utilizam DGA no Brasil. Através da consulta direta realizada no dia 15 de Dezembro de 2014 às informações disponíveis no referido portal, foi possível identificar um total de 11 aplicativos. O quadro abaixo apresenta estas aplicações:

**Quadro 14 – Aplicativos identificados através do Portal Brasileiro de Dados Abertos**

APLICATIVO	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO
Reputação S.A.	Aplicativos que possibilitam a	< <a href="http://reputacao-sa.org/">http://reputacao-sa.org/</a> >
Reclamações PROCON	visualização de reclamações feitas por	< <a href="http://www.reclamacoesprocon.com.br/">http://www.reclamacoesprocon.com.br/</a> >
Reclamações BR	consumidores ao Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON).	< <a href="http://reclamacoes-br.herokuapp.com/">http://reclamacoes-br.herokuapp.com/</a> >
Para onde foi o meu dinheiro	Aplicativo que demonstra a execução dos orçamentos da esfera federal e do Estado de São Paulo.	< <a href="http://www.paraondefoiomeudinheiro.com.br/">http://www.paraondefoiomeudinheiro.com.br/</a> >
Onde Acontece	Aplicativo que disponibiliza informações sobre a segurança pública no país.	< <a href="http://ondeacontece.com.br/">http://ondeacontece.com.br/</a> >
Aeroportos Brasil	Aplicativo que disponibiliza informações sobre o movimento de aeronaves e passageiros em aeroportos no Brasil.	< <a href="http://ison.stratebi.es/aerobrasil/">http://ison.stratebi.es/aerobrasil/</a> >

Siga seu Vereador	Aplicativos que disponibilizam	< <a href="http://www.vereadores.org/">http://www.vereadores.org/</a> >
Fala Câmara	informações sobre a atuação dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.	< <a href="http://lucasnemeth.pythonanywhere.com/">http://lucasnemeth.pythonanywhere.com/</a> >
Radar Parlamentar	Aplicativo que ilustra a semelhança entre os partidos políticos no Brasil.	< <a href="http://radarparlamentar.polignu.org/">http://radarparlamentar.polignu.org/</a> >
Basômetro	Aplicativo que possibilita mensurar o apoio de parlamentares da Câmara de Deputados ao Governo.	< <a href="http://estadaodados.herokuapp.com/html/basometro/">http://estadaodados.herokuapp.com/html/basometro/</a> >
Painel do PAC	Aplicativo que possibilita o acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	< <a href="http://www.it4biz.com.br/apps/dados.gov.br/obrasdopac/">http://www.it4biz.com.br/apps/dados.gov.br/obrasdopac/</a> >

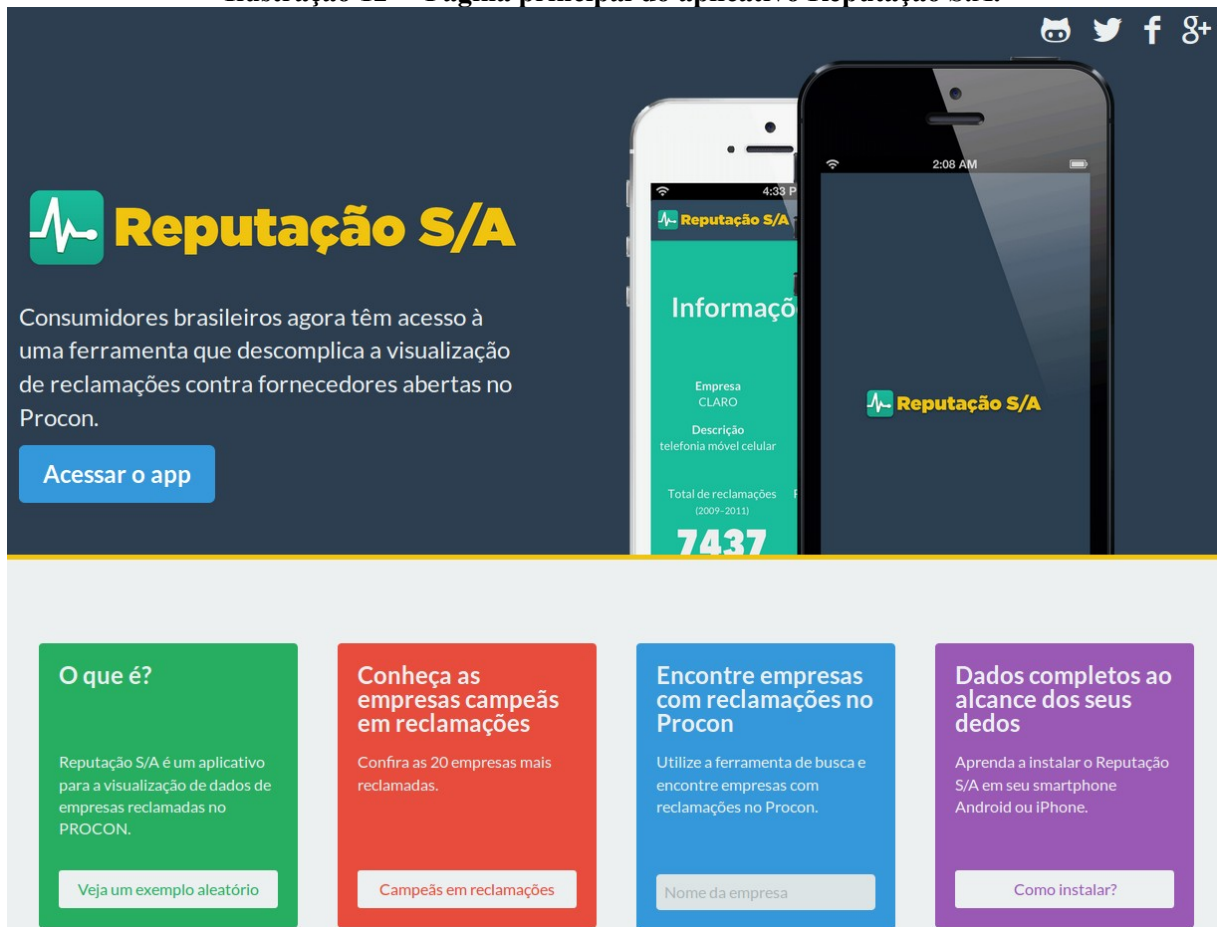
Fonte: Autor

Estes aplicativos são descritos a seguir.

#### a) Reputação S.A.

O aplicativo “Reputação S.A.” consiste em uma ferramenta disponível com o objetivo de possibilitar aos consumidores a visualização, por meio de recursos gráficos, de reclamações contra fornecedores realizadas através do PROCON. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos (2015), esta aplicação “traz diversas informações sobre as empresas em formato ilustrativo e intuitivo, sendo de fácil utilização em *smartphones* e *tablets*”. A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

Ilustração 12 – Página principal do aplicativo Reputação S.A.



Fonte: Reputação S.A., 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas<sup>38</sup>, que está disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos sob a Licença ODC-ODBL. E foi desenvolvido por Vitor Baptista, Thiago Bueno e Leo Tartari para a participação no 1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça<sup>39</sup> realizado no ano de 2012 (REPUTAÇÃO S.A., 2015).

Dentre as principais características desta aplicação, destacam-se a possibilidade de visualizar uma ampla quantidade de dados de uma forma sucinta, em uma única página, de diferentes empresas, a subsequente visão específica a respeito das reclamações e a visualização dos dados detalhados através de recursos como gráficos em barra e mapas.

38 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-reclamacoes-fundamentadas-procons-sindec>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

39 “O 1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça ocorre sobre a base de dados de Reclamações Fundamentadas do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC), mantido pela Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), divulgado no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://dados.gov.br/>) no dia 28 de novembro de 2011, sob a Licença *Open Data Commons Open Database License* (ODBL) v.1.0” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

O aplicativo está disponível sob a Licença GNU *is not Unix Affero General Public License*<sup>40</sup> (GNU-AGPL) e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/dataviz/reputacao-sa.org>>.

## b) Reclamações PROCON

O aplicativo “Reclamações PROCON”, assim como o “Reputação S.A.”, consiste em uma iniciativa para facilitar a visualização de reclamações contra fornecedores realizadas através do PROCON. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos (2015), esta aplicação “traz informações com visualização simplificada e bem elaborada, incluindo gráficos e figuras, e exibe apenas os principais dados na página inicial de cada empresa, permitindo especificar as reclamações por sexo ou por atendidas/não-atendidas”. A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 13 – Página principal do aplicativo Reclamações PROCON**

O "Reclamações PROCON" é um serviço de busca e visualização intuitiva de dados abertos disponibilizados pelo PROCON relativos ao ano de 2011.

Pesquise o Nome da Empresa

**BUSCAR**

**Quem Somos?**

Somos um grupo de estudantes, programadores e designers, do curso da Especialização em Padrões Web da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Londrina.

Nos unimos com o intuito de utilizar os diversos padrões e técnicas estudadas, e assim proporcionar acessibilidade e uma melhor experiência de visualização de dados por nossos usuários, buscando alcançar todo tipo de dispositivo ou tecnologia utilizada por eles.

A motivação para desenvolver o projeto surgiu em uma reunião após um dia normal de aula para participarmos de um concurso de dados abertos, neste projeto decidimos aplicar os conhecimentos adquiridos como uma forma de fixação do conteúdo e obter de experiência no uso de tecnologias inovadoras.

Os colaboradores do projeto são os seguintes: @lhvolso, @limaadriano, @thiagotakeshi, @marcoshuss, @dnlvichi, e também como orientador e coordenador do curso @thiagotpc.

**O que são Dados Abertos?**

Segundo a [definição da Open Knowledge Foundation \(em inglês\)](#):

"Dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença."

Os dados abertos também são pautados pelas [Três Leis de Dados Abertos Governamentais \(em inglês\)](#) criadas pelo especialista em políticas públicas e [ativista dos dados abertos David Faves](#) e os [Oito Princípios de Dados Abertos Governamentais \(em inglês\)](#) criados por um grupo de trabalho de 30 pessoas da Califórnia. O grupo também afirmou que a conformidade com esses princípios precisa ser verificável e uma pessoa deve ser designada como contato responsável pelos dados.

As Três Leis e Oito Princípios dos Dados Abertos Governamentais traduzidas você encontra no [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#)

Fonte: Reclamações PROCON, 2015

40 “A GNU *Affero General Public License* é uma licença *copyleft* grátis para *software* e outros tipos de trabalhos, criada exclusivamente para assegurar a cooperação com a comunidade no caso de *software* de servidor de rede” (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2007a, tradução nossa). Seu texto completo está disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/agpl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Da mesma forma que o aplicativo “Reputação S.A.”, este também utiliza as informações do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, que está disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos sob a Licença ODC-ODBL. E foi desenvolvido por Luiz Henrique Volso, Adriano Alves Lima, Thiago Takeshi, Marcos Huss, Daniel Vichi e Thiago TPC para a participação no 1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça realizado no ano de 2012 (RECLAMAÇÕES PROCON, 2015).

Dentre os principais recursos presentes nesta aplicação, destacam-se o número de reclamações atendidas e não atendidas, o gênero e idade dos responsáveis por realizar a reclamação, a quantidade de problemas e assuntos reportados e as suas respectivas descrições.

Não foi possível identificar a licença a qual o aplicativo está associado, assim como o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

### **c) Reclamações BR**

O aplicativo “Reclamações BR”, assim como o “Reputação S.A.” e o “Reclamações PROCON”, tem como objetivo principal disponibilizar informações sobre reclamações feitas por consumidores através do PROCON. De acordo com o portal da aplicação:

Reclamações BR é um portal de informações voltado a população brasileira, dando visibilidade do comportamento das marcas presentes no mercado diante das reclamações dos consumidores. As reclamações estão dispostas na aplicação da seguinte maneira: todas as reclamações estão diretamente ligadas as empresas prestadoras de serviço. As grandes empresas foram agrupadas em conjuntos, chamados de grupos. Dessa maneira, facilitando o entendimento e visualização das informações (RECLAMAÇÕES BR, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

### Ilustração 14 – Página principal do aplicativo Reclamações BR



Fonte: Reclamações BR, 2015

Do mesmo modo que os aplicativos “Reputação S.A.” e “Reclamações PROCON”, este também faz uso de informações oriundas do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, que está disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos sob a Licença ODC-ODBL. E foi desenvolvido por Fernando Witzke, Carlos Chiconato, Alexandre Barbosa e Gustavo Freitas, com contribuições de Glauber Ramos, Natalia Arsand e Gabriel Albo, para a participação no 1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça realizado no ano de 2012 (RECLAMAÇÕES BR, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se o índice de reclamações solucionadas e não solucionadas, o índice de problemas mais relatados e o índice de atendimentos solucionados e não solucionados. Outro ponto a ser destacado é a apresentação das reclamações pelo grupo da empresa, assim como das empresas que compõem este grupo.

O aplicativo está disponível sob a Licença GNU *General Public License*<sup>41</sup> (GNU-GPL) e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/fwitzke/reclamacoes-br>>.

41 “A GNU *General Public License* é uma licença *copyleft* livre para *software* e outros tipos de obras” (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2007b, tradução nossa). Seu texto completo está disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/gpl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

#### d) Para onde foi o meu dinheiro

O aplicativo “Para onde foi o meu dinheiro” tem como objetivo principal demonstrar graficamente a execução dos orçamentos da esfera federal e do estado de São Paulo. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos, a aplicação:

Demonstra de uma forma gráfica e interativa como orçamento foi executado, na esfera federal e no estado de São Paulo. O aplicativo permite que vejamos a distribuição dos investimentos do governo em suas áreas temáticas como educação, saúde, assistência social, trabalho etc (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

Esta aplicação foi desenvolvida pela *OpenData-BR* (comunidade de discussões sobre DGA no Brasil) e faz uso de informações oriundas das Despesas Diretas do Poder Executivo Federal<sup>42</sup>, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

No entanto, durante a realização da pesquisa, ao acessar o endereço do aplicativo (<http://www.paraondefoiomeudinheiro.com.br/>), a seguinte mensagem era fornecida aos usuários: “Site fora do ar devido ao alto número de processos. Código fonte disponível em: <https://github.com/W3CBrasil/POFOMD>”. A partir do acesso ao repositório do seu código-fonte, foi possível identificar que a aplicação encontra-se sob a Licença GPL. Até o momento da conclusão desta pesquisa, o aplicativo não havia retornado ao ar, fato que impossibilitou uma descrição mais detalhada.

#### e) Onde acontece

O aplicativo “Onde acontece” tem como intuito disponibilizar informações sobre a segurança pública no país. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos:

Este aplicativo tem o objetivo de estimular a divulgação de dados sobre segurança pública dos estados, município e do país para permitir a comparação entre regiões através da análise de índices de ocorrência de crime. Foram cruzados dados do IBGE e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

---

42 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/despesas-diretas-do-poder-executivo-federal-publicados-no-portal-da-transparencia>>. Acesso em: 10 jan. 2015.



Esta aplicação foi desenvolvida pela *OpenData-BR* e faz uso de informações oriundas das Ocorrências Criminais do Estado do Rio Grande do Sul<sup>43</sup> e da Malha Geométrica dos Municípios Brasileiros<sup>44</sup>, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos. As Ocorrências Criminais do Estado do Rio Grande do Sul estão disponíveis sem associação de qualquer tipo de licença, enquanto a Malha Geométrica dos Municípios Brasileiros está disponível sob o domínio público (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

Contudo, assim como o aplicativo “Para onde foi o meu dinheiro”, o endereço deste (<http://ondeacontece.com.br/>) estava indisponível até o momento da conclusão desta pesquisa, fato que impossibilitou uma descrição mais detalhada.

#### **f) Aeroportos Brasil**

O aplicativo “Aeroportos Brasil” consiste em uma ferramenta que disponibiliza informações sobre o movimento de aeronaves e passageiros em aeroportos no Brasil. De acordo com o portal do aplicativo:

Este é um aplicativo que mostra o movimento de aeronaves e passageiros nos aeroportos administrados pela Infraero no 2011 (em breve 2012). Em aeronaves, estão computados pousos e decolagens. Em passageiros, embarques e desembarques. Estes dados são livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle (AEROPORTOS BRASIL, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

---

43 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/ocorrencias-criminais-no-estado-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

44 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/malha-geometrica-dos-municipios-brasileiros>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Ilustração 15 – Página principal do aplicativo Aeroportos Brasil

**Aeroportos Brasil**

IT4biz  
dados.gov.br  
stratebi  
open business intelligence

Início Dashboards Dados Olap Dados Abertos Stratebi

**Bem vindos!**

Bem vindos! Este é um aplicativo que mostra o movimento de aeronaves e passageiros nos aeroportos administrados pela Infraero no 2011 (em breve 2012). Em aeronaves, estão computados pousos e decolagens. Em passageiros, embarques e desembarques.

Estes dados são livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. Na prática, a filosofia de dados abertos estipula algumas restrições tecnológicas para que os dados sejam legíveis por máquina.

Nós, desde Stratebi, gostamos e achamos interessante fazer um análise dos dados dos aeroportos do Brasil. Para isto, procuramos os dados no site [Dados.gov.br](http://dados.gov.br) e também no site da [Infraero](http://infraero.gov.br), disponíveis para a sociedade.

O software utilizado é software OpenSource orientado ao Business Intelligence no qual somos especialistas e achamos interessante fazer este projeto com as seguintes tecnologias: [Kettle](#), [Pentaho](#), [SchemaWorkbench](#) e [STDashboard](#) e [STPivot](#) para mostrar os mesmos.

**Dados Abertos**

As informações deste aplicativo são baseadas em opendata disponibilizados por [Infraero](#) neste [link](#), e assim promover e provocar que diversos governos possam disponibilizar seus dados em uma plataforma que pode ser utilizada pela sociedade .

**Sobre os dados**

As tabelas mostram o movimento de aeronaves, passageiros, carga e mala postal nos 66 aeroportos administrados pela Infraero. Em aeronaves, estão computados pousos e decolagens. Em passageiros, embarques e desembarques

**Stratebi**

Stratebi é uma empresa espanhola com sede em Madrid, Barcelona e São Paulo, formada por um grupo de profissionais com larga experiência em sistemas de informação, soluções e processos relacionados à Inteligência de Negócios.

2012 © Copyright Stratebi Business Solutions. All rights reserved. Joomla! 1.7 Themes designed by Baseball Jacks

Fonte: Aeroportos Brasil, 2015

Esta aplicação foi desenvolvida no ano de 2012 pela Stratebi (uma empresa espanhola, com sedes em Madrid, Barcelona e São Paulo) e faz uso de informações oriundas da base de dados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e do Movimento dos Aeroportos Administrados pela INFRAERO<sup>45</sup>, que está disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença (AEROPORTOS BRASIL, 2015).

Dentre os principais recursos disponíveis por esse aplicativo, destacam-se as análises de aeronaves, aeroportos e passageiros no Brasil através de ferramentas de inteligência de negócios, o que possibilita a exibição de informações com altos níveis de detalhes.

A aplicação está disponível sob a Licença *Copyright* - Todos os direitos são

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/movimento-dos-aeroportos-administrados-pela-infraero>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

reservados<sup>46</sup>. Desta forma, não foi possível identificar o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

**g) Siga seu vereador**

O aplicativo “Siga seu vereador” tem como objetivo principal disponibilizar informações sobre a atuação dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. De acordo com o portal do aplicativo:

Esse *site* é uma organização independente e, portanto, não possui vínculo algum com qualquer político ou partido. O objetivo é prover à população uma maneira rápida e interativa de acesso a informações referentes aos atuais vereadores do município. Todo conteúdo foi retirado do *site* da Câmara Municipal de São Paulo - <http://www.camara.sp.gov.br> (SIGA SEU VEREADOR, 2015).

Complementarmente, o Portal Brasileiro de Dados Abertos esclarece que esta aplicação:

Tem como objetivo criar uma plataforma de linha do tempo com as ações realizadas pelos atuais vereadores, sendo possível que os usuários sigam os vereadores selecionados. Foi campeão da Maratona de Programação *Hackathon* da Câmara municipal de São Paulo (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

---

46 De acordo com o dicionário Michaelis, o termo *Copyright* significa: "n direitos autorais, propriedade literária ou artística. vt obter reserva de direitos autorais. adj protegido pelo registro de propriedade autoral" (MICHAELIS, 2015).

## Ilustração 16 – Página principal do aplicativo Siga seu vereador



Fonte: Siga Seu Vereador, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas das Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo<sup>47</sup>, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvido por Felipe Barreto Bergamo, Hitoshi Mizobuchi e Mauricio Sako para a participação na 1ª *Hackathon: Maratona Hacker/Desafio de Dados Abertos*<sup>48</sup>, evento realizado no ano de 2012 pela Câmara Municipal de São Paulo (SIGA SEU VEREADOR, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se a apresentação das ações realizadas por cada vereador da Câmara através da linha do tempo e a disponibilização aos usuários da funcionalidade de concordar ou discordar de cada ação realizada, assim como a possibilidade de comentar e debater os temas votados pelo vereador.

Não foi possível identificar a licença a qual o aplicativo está associado, assim como o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

47 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/votacoes-plenarias-camara-municipal-sp>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

48 “A 1ª Maratona *Hacker* da Câmara Municipal de São Paulo é uma competição para estimular o uso criativo dos dados públicos da Câmara de Municipal de São Paulo através da criação de aplicativos *Web* de *software* que façam o uso criativos desses dados. A competição faz parte do compromisso da Câmara Municipal objetivando ampliar o programa de dados abertos do parlamento” (DESAFIO DADOS ABERTOS, 2015).

## **h) Fala Câmara**

O aplicativo “Fala Câmara”, assim como o “Siga seu vereador”, tem como objetivo principal disponibilizar informações sobre as atividades desenvolvidas por vereadores na Câmara Municipal de São Paulo. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos:

O projeto apresenta o resultado de análises algorítmicas feitas sobre os dados textuais da Câmara Municipal de São Paulo. Avalia os textos das ementas e registros de sessões, buscando obter resultados que serão cruzados com os cadastros de projetos, autores e assuntos (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

Da mesma forma que o “Siga seu Vereador”, esta aplicação faz uso de informações oriundas das Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvida por Lucas Nemeth para a participação na 1ª *Hackathon: Maratona Hacker/Desafio de Dados Abertos*, evento realizado no ano de 2012 pela Câmara Municipal de São Paulo (DESAFIO DADOS ABERTOS, 2015).

No entanto, assim como os aplicativos “Para onde foi o meu dinheiro” e “Onde acontece”, o endereço deste (<http://lucasnemeth.pythonanywhere.com/>) estava indisponível até o momento da conclusão desta pesquisa, fato que impossibilitou uma descrição mais detalhada.

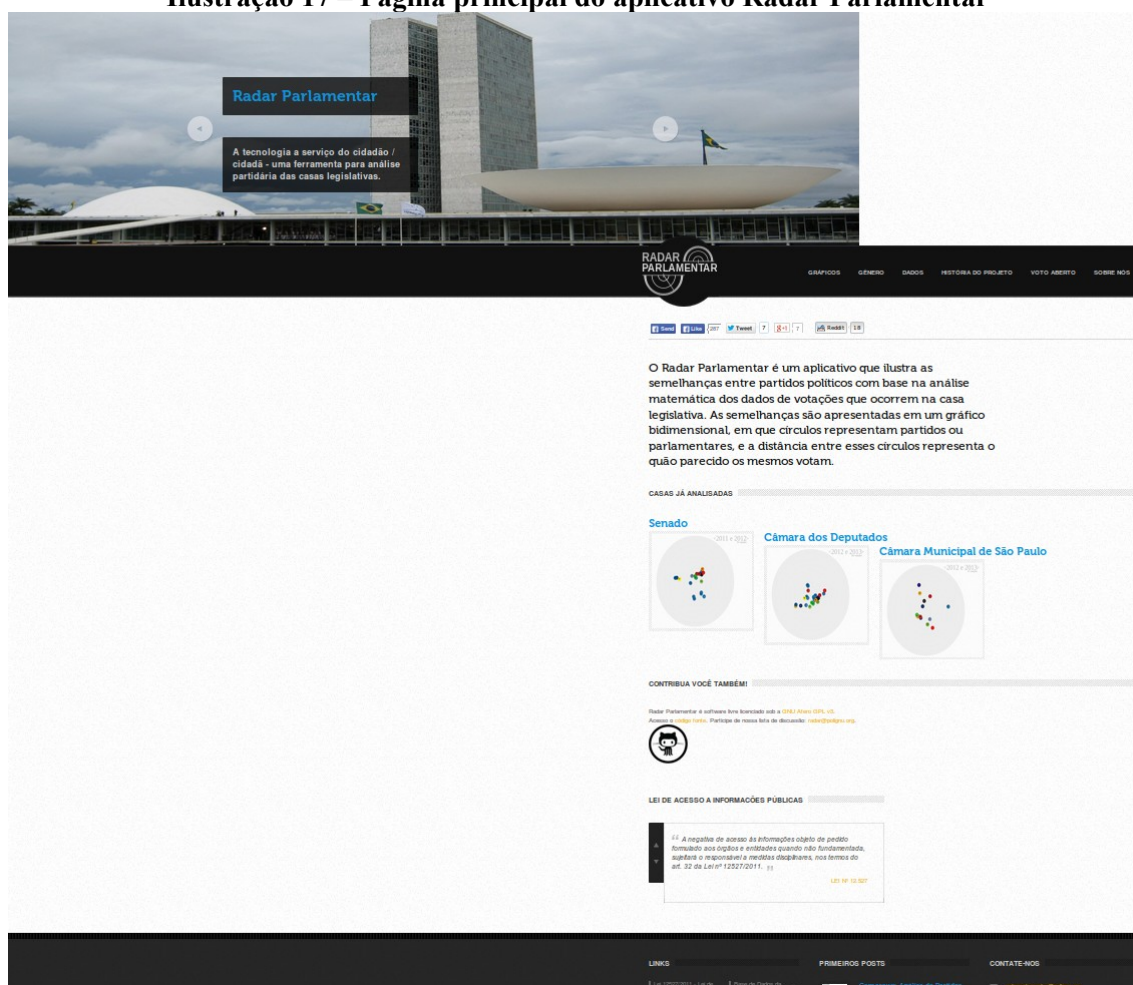
## **i) Radar Parlamentar**

O aplicativo “Radar Parlamentar” consiste em um ferramenta com o intuito de ilustrar a semelhança entre os partidos políticos no Brasil. De acordo com o portal da aplicação:

O Radar Parlamentar é um aplicativo que ilustra as semelhanças entre partidos políticos com base na análise matemática dos dados de votações que ocorrem na casa legislativa. As semelhanças são apresentadas em um gráfico bidimensional, em que círculos representam partidos ou parlamentares, e a distância entre esses círculos representa o quão parecido os mesmos votam (RADAR PARLAMENTAR, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 17 – Página principal do aplicativo Radar Parlamentar**



Fonte: Radar Parlamentar, 2015

Este aplicativo lança mão de dados extraídos das Informações Legislativas da Câmara dos Deputados<sup>49</sup>, do Censo do Legislativo<sup>50</sup> e das Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos. As Informações Legislativas da Câmara dos Deputados e as Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo não possuem associação de qualquer tipo de licença, enquanto o Censo Legislativo está disponível sob a Licença CC-BY-NC. E foi desenvolvido pela PoliGNU (um grupo de estudos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) adeptos ao movimento de *software* livre e DGA) para a participação na 1ª *Hackathon*: Maratona *Hacker*/Desafio de Dados Abertos, evento realizado no ano de 2012 pela Câmara Municipal de São Paulo (RADAR PARLAMENTAR, 2015).

49 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/informacoes-legislativas-da-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

50 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/censo-do-legislativo>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se a realização de análises matemáticas sobre os dados e a disponibilização de gráficos com o número de votações existentes, que podem ser desmembrados por semestre, ano, biênio e quadriênio e também por temas como saúde, educação, transportes, entre outros.

O aplicativo está disponível sob a Licença AGPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <[https://github.com/leonardofl/radar\\_parlamentar](https://github.com/leonardofl/radar_parlamentar)>.

## j) Basômetro

O aplicativo “Basômetro” consiste em uma ferramenta que possibilita mensurar o apoio de parlamentares da Câmara de Deputados ao Governo. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos, a aplicação pode ser compreendida como:

Uma ferramenta interativa que permite medir o apoio dos parlamentares ao governo e acompanhar como eles se posicionaram nas votações legislativas. Cada um é representado por uma bolinha com a cor do partido. Quanto mais próxima ela está do governo (no alto), maior é a taxa de governismo (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.



Fonte: Basômetro, 2015

Este aplicativo faz uso de dados oriundos das Informações Legislativas da Câmara dos Deputados, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvido pelo Grupo Estadão no ano de 2012 (BASÔMETRO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se os gráficos diários, os gráficos permanentes e as séries especiais. O aplicativo destaca-se por ser um instrumento de auxílio à população na compreensão e progresso das alianças políticas e coligações partidárias.

O aplicativo está disponível sob a Licença AGPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/estadaodados/blog>>.

#### **k) Painel do PAC**

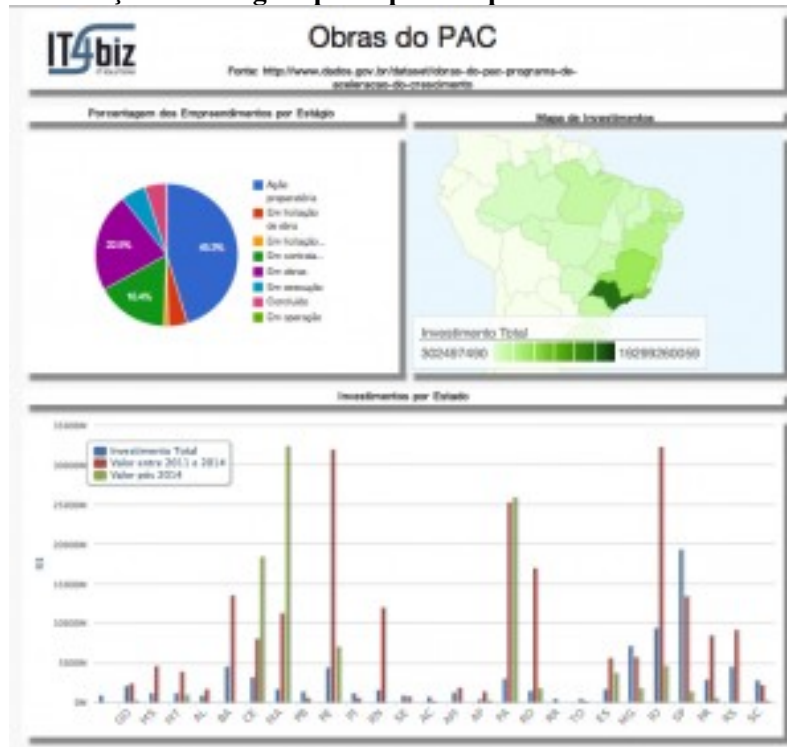
A aplicação “Painel do PAC” tem como objetivo principal possibilitar o acompanhamento das obras do PAC. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos (2015), o aplicativo corresponde a um “visualizador do estado das obras do PAC”. Complementarmente, o portal da aplicação esclarece:

Este aplicativo mostra, de diversas maneiras, os investimentos realizados nas Obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Através de *Dashboards* e Análises OLAP você poderá cruzar os dados e saber como está sendo investido o nosso dinheiro. Este aplicativo não busca concorrer com o Portal de Transparência do Governo Federal e não tem objetivos políticos (PAINEL DO PAC, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.



### Ilustração 19 – Página principal do aplicativo Painel do PAC



Fonte: Painel do PAC, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas das Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento<sup>51</sup>, que estão disponíveis do Portal Brasileiro de Dados Abertos, sob a Licença ODC-ODBL. E foi desenvolvido por Caio Moreno de Souza para a apresentação no 13º Fórum Internacional de *Software Livre*<sup>52</sup> (FISL) realizado no ano de 2012 (PAINEL DO PAC, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a possibilidade de visualizar a execução das ações através do mapa do Brasil, identificando, por Estado, o progresso das obras e os valores investidos. Outro ponto a ser enfatizado é a possibilidade que o aplicativo fornece aos usuários para a elaboração de suas próprias consultas.

Não foi possível identificar a licença a qual o aplicativo está associado, assim como o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

51 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

52 Disponível em: <<http://softwarelivre.org/fisl13>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

#### 4.2.2 Observatório de Gestão da Informação

Embora o Portal Brasileiro de Dados Abertos disponibilize dados sobre aplicativos que fazem uso de DGA no Brasil, estes dados podem não representar o universo real das aplicações já desenvolvidas para este propósito. Na realidade, mapear todos os aplicativos que fazem uso de DGA corresponde a uma tarefa praticamente impossível. Por se tratar de uma fonte limitada para identificar as aplicações e, conseqüentemente, possibilitar traçar um panorama sobre a utilização de DGA no Brasil, optou-se por utilizar nesta pesquisa uma rica fonte complementar. Através do mapeamento de notícias sobre o tema de DGA arquivadas no OBGI, no período de Janeiro de 2013 a Dezembro de 2014, foi possível identificar um total de 27 aplicativos, sendo 11 já identificados através do Portal Brasileiro de Dados Abertos. O quadro abaixo apresenta as outras 16 aplicações.

**Quadro 15 – Aplicativos identificados através do Observatório de Gestão da Informação**

APLICATIVO	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO
DPRF.info	Aplicativo que disponibiliza informações sobre acidentes em rodovias federais brasileiras.	< <a href="http://www.dprf.info/">http://www.dprf.info/</a> >
Escola Que Queremos	Aplicativo que disponibiliza informações sobre o ensino fundamental no país.	< <a href="http://www.escolaquequeremos.org/">http://www.escolaquequeremos.org/</a> >
Retrato da Violência	Aplicativo que disponibiliza informações relacionadas à violência contra a mulher no Estado do Rio Grande do Sul.	< <a href="http://retratodaviolencia.org/RS/">http://retratodaviolencia.org/RS/</a> >
De Olho nas Emendas	Aplicativo que monitora onde o dinheiro dos impostos está sendo gasto no DF.	< <a href="https://emendas.crowdmap.com/feeds">https://emendas.crowdmap.com/feeds</a> >
EduQI – Educação é questão de investimento	Aplicativo que disponibiliza informações sobre a infraestrutura das escolas brasileiras.	< <a href="http://eduqi.org/">http://eduqi.org/</a> >
Proprietários do Brasil	Aplicativo que apresenta informações sobre indivíduos que controlam grandes empresas no Brasil.	< <a href="http://proprietariosdobrasil.org.br/">http://proprietariosdobrasil.org.br/</a> >
Mapa da Cultura	Aplicativo que disponibiliza informações sobre a dinâmica cultural no Brasil.	< <a href="https://mapadacultura.org/">https://mapadacultura.org/</a> >
QEDu	Aplicativo que disponibiliza informações sobre a qualidade do aprendizado nas escolas brasileiras.	< <a href="http://www.qedu.org.br/">http://www.qedu.org.br/</a> >

Olho Vivo	Aplicativo que disponibiliza informações sobre a frota de ônibus do município de São Paulo.	< <a href="http://olhovivo.sptrans.com.br/">http://olhovivo.sptrans.com.br/</a> >
Cuidando do meu Bairro	Aplicativo que visa possibilitar a fiscalização dos gastos realizados em equipamentos públicos da cidade de São Paulo.	< <a href="http://cuidando.org.br/">http://cuidando.org.br/</a> >
Brasil Mapeado	Aplicativo que disponibiliza informações sobre serviços de interesse público.	< <a href="http://150.165.75.163/brasil-mapeado/">http://150.165.75.163/brasil-mapeado/</a> >
Agências do MTE	Aplicativo que disponibiliza informações sobre postos de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	< <a href="http://maps.mootiro.org/project/307">http://maps.mootiro.org/project/307</a> >
PAC Info	Aplicativo que permite visualizar o andamento das obras do PAC.	< <a href="http://pac-info.herokuapp.com/map.html">http://pac-info.herokuapp.com/map.html</a> >
Análise do Acesso à Educação	Aplicativo que disponibiliza informações sobre o acesso à Educação Básica e Superior no país.	< <a href="http://analise-do-acesso-a-educacao.webnode.com/">http://analise-do-acesso-a-educacao.webnode.com/</a> >
Meu Município	Aplicativo que permite a visualização das finanças dos municípios brasileiros.	< <a href="http://www.meumunicipio.org.br/meumunicipio/home">http://www.meumunicipio.org.br/meumunicipio/home</a> >
Empresômetro	Aplicativo que disponibiliza informações estatísticas sobre empresas e entidades privadas e públicas em atividade no país.	< <a href="http://www.empresometro.com.br/">http://www.empresometro.com.br/</a> >

Fonte: Autor

Estes aplicativos são descritos a seguir.

#### a) DPRF.info

O aplicativo “DPRF.info” tem como objetivo principal disponibilizar informações sobre acidentes em rodovias federais brasileiras. De acordo com o portal da aplicação:

O projeto DPRF.info iniciou-se através do 2º Concurso de Dados Abertos W3C/MJ, junto com a ideia do desenvolvimento de um aplicativo moderno e acessível. Com recursos aprimorados para visualização das estatísticas em *desktops* e também em dispositivos móveis como *tablets* e celulares. Qualquer pessoa, de forma fácil e prática, pode visualizar os números estatísticos dos acidentes em rodovias federais a partir de 2007, com informações ricas e detalhadas sobre cada ocorrência (DPRF.INFO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

Ilustração 20 – Página principal do aplicativo DPRF.info



Fonte: DPRF.info, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas do Sistema BR-Brasil - Boletins de Ocorrências em Rodovias Federais<sup>53</sup>, que está disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos sob a Licença ODC-ODBL. E foi desenvolvido por Mário Pácio e Weslen Finotti para a participação no 2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça<sup>54</sup> realizado no ano de 2013 (DPRF.INFO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a possibilidade de se obter informações detalhadas sobre acidentes em rodovias federais, como características dos veículos envolvidos, causa identificada do acidente e quantidade de pessoas envolvidas.

O aplicativo está disponível sob a Licença AGPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/mariopacio/projeto.dprf.info>>.

53 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/acidentes-rodovias-federais>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

54 “O 2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça ocorre sobre a base de dados do Sistema de Informações Gerenciais (SIGER), mantida pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), que poderá ser cruzada com outras bases de igual natureza (abertas). Os dados serão divulgados no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://dados.gov.br/>) no dia 30 de agosto de 2013, sob a Licença *Open Data Commons Open Database License* (ODBL) v.1.0” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

## b) Escola Que Queremos

O aplicativo “Escola Que Queremos” consiste em uma ferramenta com o objetivo de disponibilizar informações sobre o ensino fundamental no país. De acordo com o portal da aplicação:

O Escola Que Queremos traz dados das bases do Censo Escolar e da Prova Brasil, referentes a 2011, para escolas do primeiro ciclo de ensino fundamental. E apresenta 20 indicadores em cinco dimensões diferentes para que cada um possa compor seu próprio índice de qualidade, comparando-o com a média do município. No momento, estão disponíveis para pesquisas escolas da rede pública de ensino. De posse das informações sobre sua escola, o usuário terá caminhos para entrar em ação, encaminhar denúncias e exigir a resolução de problemas com as autoridades responsáveis. Afinal, educação é um direito humano para todos e todas, e isso significa que só a existência de vagas não basta para garanti-lo: é preciso lutar para que seja, também, de qualidade (ESCOLA QUE QUEREMOS, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 21 – Página principal do aplicativo Escola Que Queremos**



Fonte: Escola Que Queremos, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas dos Microdados do Censo Escolar<sup>55</sup> e dos Microdados Prova Brasil<sup>56</sup>, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos

55 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

56 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/microdados-prova-brasil>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvido por Adriano Bonat, Fernanda Campagnucci, Pedro Guimarães e Vitor Baptista para a participação no 1º Concurso de *Software* para Dados Abertos *Open Data for Development*<sup>57</sup> (OD4D) realizado no ano de 2013 (ESCOLA QUE QUEREMOS, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a apresentação de 20 indicadores em cinco dimensões diferentes, para que cada usuário possa compor o seu próprio índice de qualidade.

O aplicativo está disponível sob a Licença AGPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/vitorbaptista/escola-que-queremos>>.

### c) Retrato da Violência

O aplicativo “Retrato da Violência” tem como objetivo principal disponibilizar informações relacionadas à violência contra a mulher no Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Alves, Schuback e Alfarella:

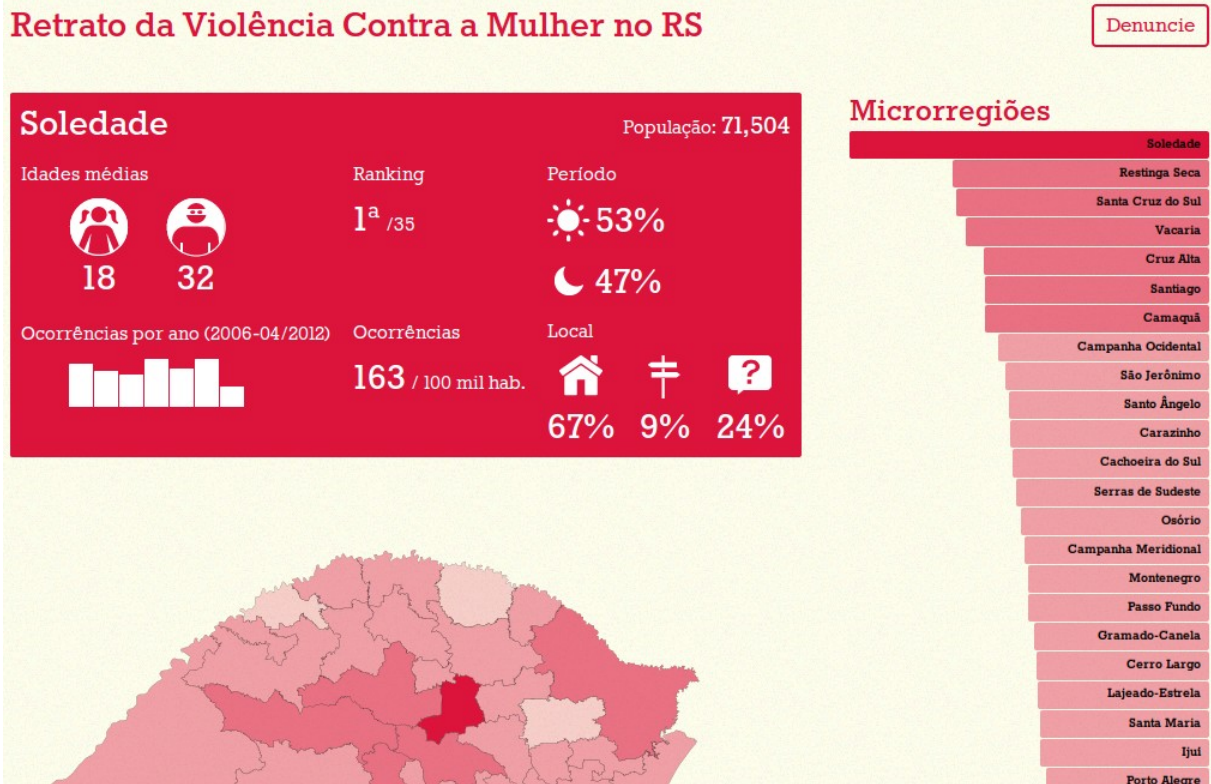
O Retrato da Violência foi um projeto feito para o concurso organizado pela W3C Brasil usando dados do governo do estado do Rio Grande do Sul. Dentre os conjuntos de dados disponíveis estavam as tristes estatísticas de violência contra a mulher. Decidimos então usar esta base de dados para criarmos uma visualização que pudesse dar mais sentido a números "crus" disponibilizados pelos órgãos públicos (ALVES; SCHUBACK; ALFARELLA, 2014, p.1).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

---

57 “Concurso de *software* fomentado pelo W3C Brasil, que, em associação com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e financiado pelo Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Canadá (IDRC), lidera este projeto (OD4D), com o objetivo de estimular a prática de estratégias de dados abertos que melhorem as políticas públicas de países da América Latina e Caribe” (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2013a).

## Ilustração 22 – Página principal do aplicativo Retrato da Violência



Fonte: Retrato da Violência, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas dos Registros de Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul<sup>58</sup>, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvido por Vitor Baptista, Leo Tartari e Thiago Bueno para a participação no Concurso *Decoder RS*<sup>59</sup> realizado no ano de 2012 (RETRATO DA VIOLÊNCIA, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se os gráficos com a média de idade das vítimas das ocorrências, com o número de ocorrências por ano, com o período e o local das ocorrências e com o número de ocorrências por habitantes.

O aplicativo está disponível sob a Licença *Massachusetts Institute of Technology License*<sup>60</sup> (MIT License) e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/dataviz/retrato-da-violencia.org>>.

58 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/registros-de-violencia-contra-a-mulher-no-estado-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

59 "Maratona que incentivou o desenvolvimento de aplicativos, a partir dos dados abertos disponíveis no catálogo do Site Acesso à Informação RS, que ofereçam serviços públicos aos cidadãos, com benefícios e agregação de valor à sociedade" (PROCERGS, 2012).

60 É uma licença de *software* criada pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Trata-se de uma licença não *copyleft* utilizada em *software* livre. Esta licença permite a reutilização do *software* licenciado em *software* livre ou proprietário (OPEN SOURCE INICIATIVE, 2015, tradução nossa). Seu texto completo está disponível em: <<http://opensource.org/licenses/MIT>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

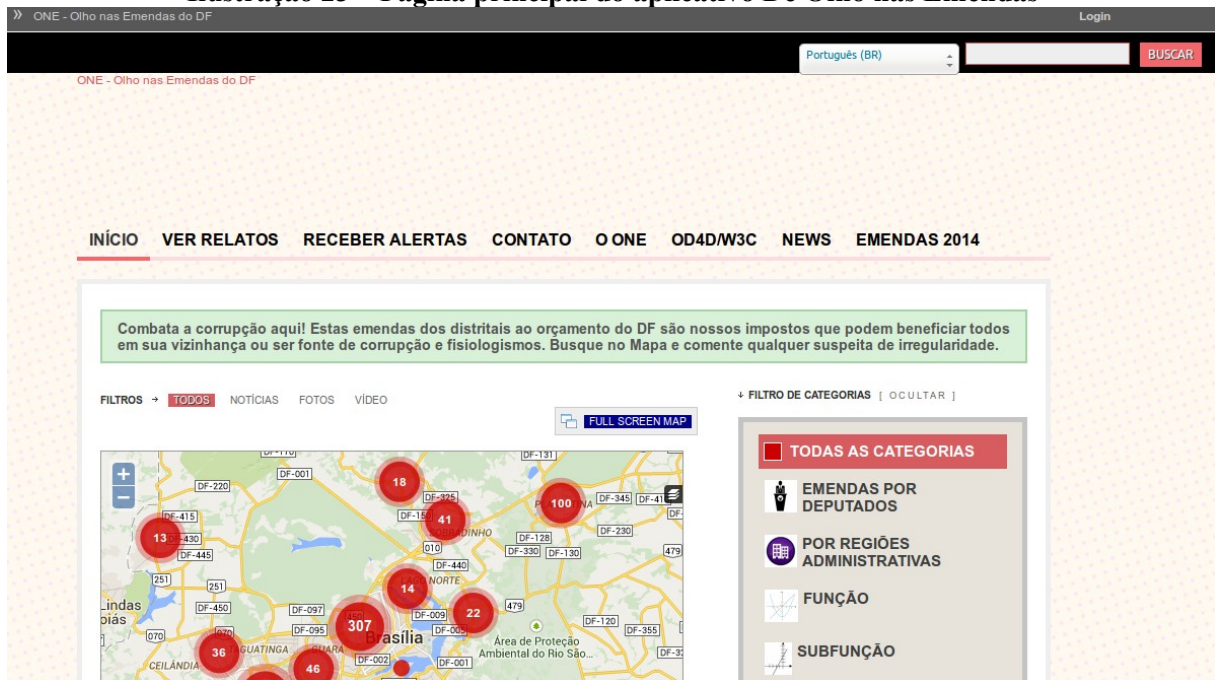
#### d) De Olho nas Emendas

O aplicativo “De Olho nas Emendas” consiste em uma ferramenta desenvolvida para monitorar onde o dinheiro dos impostos está sendo gasto no DF. De acordo com o portal da aplicação:

O ONE - De Olho Nas Emendas - georreferencia as Emendas dos Deputados Distritais à Lei Orçamentária Anual do DF. Com ele é possível ao cidadão verificar que obras ou serviços estarão sendo entregues em sua vizinhança durante o ano. Nele é possível filtrar as Emendas por Deputado, tipo de gasto, Evento ou Órgão que administrará o recurso e ver em quais Regiões do DF (Cidades ou Regionais) estão sendo aplicados estes recursos (DE OLHO NAS EMENDAS, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 23 – Página principal do aplicativo De Olho nas Emendas**



Fonte: De Olho nas Emendas, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas dos Protocolos das Emendas<sup>61</sup>, que estão disponíveis no Portal da Câmara Legislativa do DF sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvido pelo Coletivo Transparência *Hacker* DF, juntamente com o Adote um Distrital, para a participação no 1º Concurso de *Software* para Dados Abertos OD4D

61 Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/dcl2011>>. Acesso em: 10 jan. 2015.



realizado no ano de 2013 (DE OLHO NAS EMENDAS, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se as possibilidades de filtrar as emendas por deputado, tipo de gasto, evento ou órgão que administrará o recurso e de visualizar em quais regiões do DF estão sendo aplicados estes recursos.

O aplicativo está disponível sob a Licença GNU *Lesser General Public License*<sup>62</sup> (GNU-LGPL) e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/ThackdayDF/ONEBrasil>>.

#### e) EduQI – Educação é questão de investimento

O aplicativo “EduQI – Educação é questão de investimento” tem como objetivo principal disponibilizar informações sobre a infraestrutura das escolas brasileiras. De acordo com o portal da aplicação:

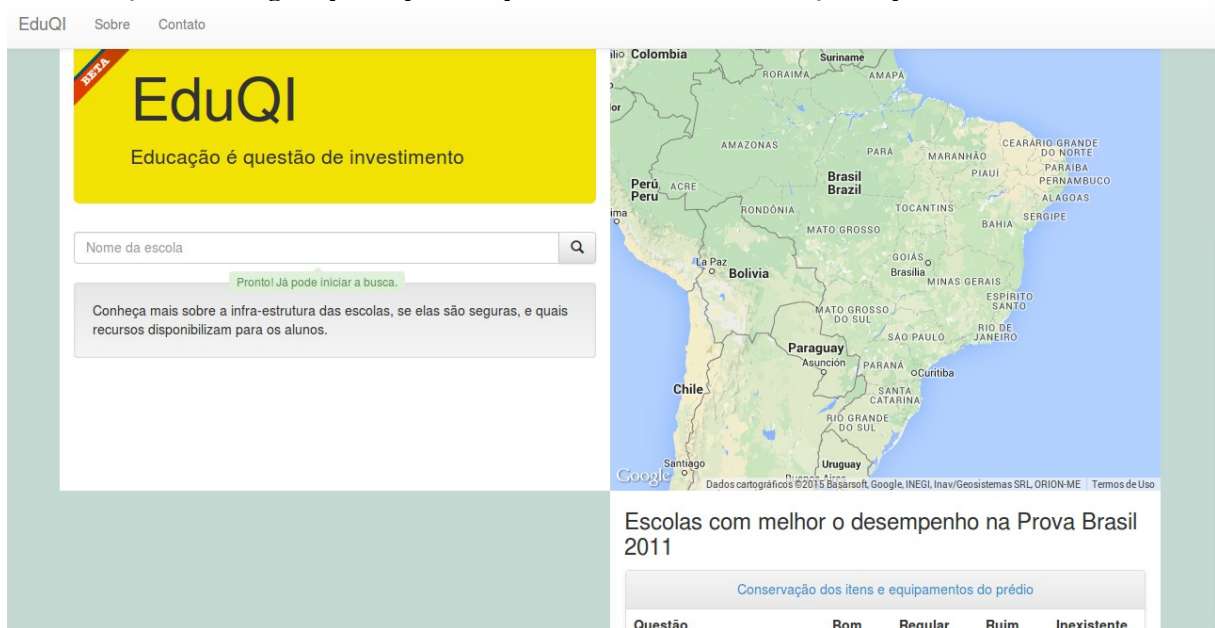
O EduQI é um portal que tem por objetivo disponibilizar dados estatísticos referentes a infraestrutura das escolas do Brasil. Os dados são obtidos da Prova Brasil de 2011, e são usados para fazer uma média das condições de infraestrutura, de segurança, e de recursos de auxílio ao ensino, das 1000 escolas com melhor desempenho na Prova Brasil de 2011. Com essa média é possível analisar e comparar as condições, entre uma escola selecionada a partir da busca, e a média das escolas com as melhores classificações. O objetivo dessa comparação é auxiliar na identificação de prioridades para o investimentos nas escolas (EDUQI – EDUCAÇÃO É QUESTÃO DE INVESTIMENTO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

---

62 “A GNU *Lesser General Public License* é uma licença que incorpora os termos e condições da versão da licença GNU *General Public*, mas que possui como principal diferença a permissão de associação com programas que não estejam sob as licenças GPL ou LGPL, incluindo *software* proprietário” (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2007c, tradução nossa). Seu texto completo está disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/lgpl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

## Ilustração 24 – Página principal do aplicativo EduQI – Educação é questão de investimento



Fonte: EduQI – Educação é questão de investimento, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas dos Microdados Prova Brasil, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvido por Daniel Cardoso e Samuel Zvir para a participação no 1º Concurso de *Software* para Dados Abertos OD4D realizado no ano de 2013 (EDUQI – EDUCAÇÃO É QUESTÃO DE INVESTIMENTO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a possibilidade de analisar e comparar as condições entre uma escola selecionada a partir da média das escolas com as melhores classificações.

O aplicativo está disponível sob a Licença AGPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/dcardosods/eduqi>>.

### f) Proprietários do Brasil

O aplicativo “Proprietários do Brasil” consiste em uma plataforma que apresenta informações sobre indivíduos que controlam grandes empresas no Brasil. De acordo com o portal da aplicação:

O *ranking* é elaborado a partir dos resultados apurados pelo Índice de Poder Acumulado, que se diferencia dos *rankings* tradicionais por não listar as grandes empresas, mas sim as pessoas e empresas de participação que as controlam. Assim, o

Instituto Mais Democracia e a EITA esperam revelar à população brasileira, de maneira simples, como está estruturado o poder econômico do país (PROPRIETÁRIOS DO BRASIL, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.



Fonte: Proprietários do Brasil, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas de empresas de capital aberto no Brasil, que enviam periodicamente informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que, por sua vez, disponibiliza publicamente estas informações. Em relação ao licenciamento dos dados utilizados, não foi possível obter informações a respeito. O aplicativo foi desenvolvido pela Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão (EITA), pelo Instituto Mais Democracia (IMD) e pela Aicó Culturas para a participação no 1º Concurso de *Software* para Dados Abertos OD4D realizado no ano de 2013 (PROPRIETÁRIOS DO BRASIL, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a possibilidade de filtragem por Índice de Poder Acumulado (IPA), por empresas controladas, por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por doações eleitorais.

Não foi possível identificar a licença a qual o aplicativo está associado, assim como o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

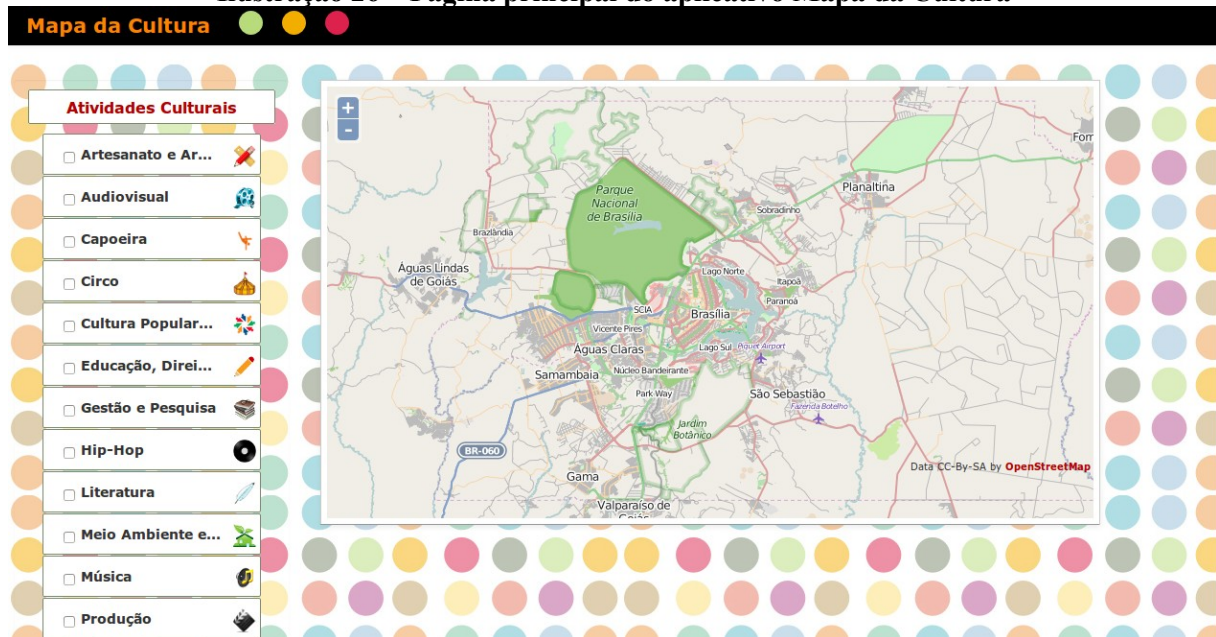
### g) Mapa da Cultura

O aplicativo “Mapa da Cultura” tem como objetivo principal disponibilizar informações sobre a dinâmica cultural no Brasil. De acordo com o portal da aplicação:

O Mapa da Cultura é uma ferramenta interativa e livre, desenvolvida pela Artéria Cultura e Cidadania, em parceria com a Secretária de Cultura do Governo do Distrito Federal através do Fundo de Apoio a Cultura, que tem como objetivo dar visibilidade à produção Cultural além de produzir indicadores e diagnósticos sobre a dinâmica Cultural no Brasil (MAPA DA CULTURA, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 26 – Página principal do aplicativo Mapa da Cultura**



Fonte: Mapa da Cultura, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas de pesquisas de campo realizadas pela equipe da Organização Não-Governamental (ONG) Artéria Cultura e Cidadania e de Artistas, Profissionais da Cultura, Empresas e Grupos Culturais das mais diversas áreas que se inserem na aplicação e disponibilizam registros de suas atividades. Em relação ao licenciamento dos dados utilizados, não foi possível obter informações a respeito. O aplicativo foi desenvolvido pela ONG Artéria, Cultura e Cidadania no ano de 2008, tendo participado do 1º Concurso de *Software* para Dados Abertos OD4D realizado no ano de 2013 (MAPA DA CULTURA, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se a disponibilização de informações detalhadas sobre o cenário cultural de diversos territórios, a identificação e divulgação de atividades do setor cultural e o fornecimento de dados para subsidiar a elaboração de políticas públicas e ações pertinentes ao campo da cultura.

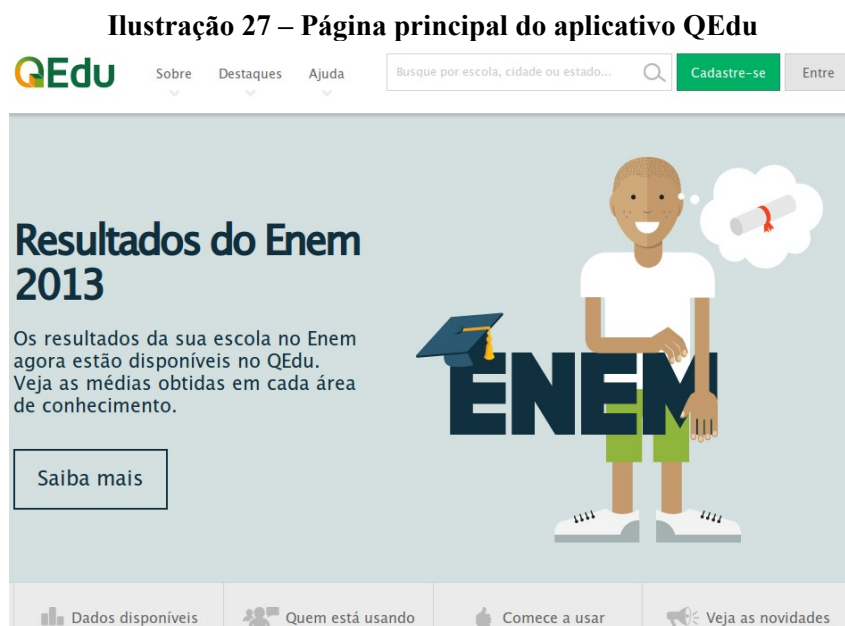
O aplicativo está disponível sob a Licença GPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://gitorious.org/mapa-da-cultura>>.

## h) QEdU

O aplicativo “QEdU” consiste em uma ferramenta com o intuito de disponibilizar informações sobre a qualidade do aprendizado nas escolas brasileiras. De acordo com o portal da aplicação:

É um portal aberto e gratuito, onde você irá encontrar informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. Queremos que, por meio do QEdU, toda a sociedade brasileira tenha a oportunidade de conhecer melhor a educação no país. No QEdU, você encontra diversas informações obtidas de fontes oficiais do governo brasileiro, como a Prova Brasil, o Censo Escolar e indicadores especiais do Inep. Todas as informações estão disponíveis na página de cada escola, município, estado e para o Brasil (QEDU, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.



Fonte: Qedu, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas dos Microdados do Censo Escolar, dos Microdados Prova Brasil e dos indicadores especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como a Média de Horas-Aula diária na Educação Básica<sup>63</sup>, a Média de Alunos por Turma na Educação Básica<sup>64</sup>, as Taxas de distorção idade-série Escolar na Educação Básica<sup>65</sup>, a Taxa de Não Resposta no Censo Escolar<sup>66</sup> e as Taxas de Rendimento Escolar na Educação Básica<sup>67</sup>, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvido no ano de 2012 em parceria entre a Meritt e a Fundação Lemann com o objetivo de “dar vida” aos dados da Prova Brasil (QEDU, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se informações sobre o aprendizado e perfil dos alunos do 5º e 9º anos, sobre professores e diretores, sobre matrículas realizadas, sobre taxas de aprovação, abandono e reprovação, sobre distorções idade-série, sobre a infraestrutura escolar e sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Não foi possível identificar a licença a qual o aplicativo está associado, assim como o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

### **i) Olho Vivo**

O aplicativo “Olho Vivo” consiste em uma ferramenta que permite obter informações como localização, horários e tempo de percurso dos ônibus do município de São Paulo. De acordo com o portal da aplicação:

Além de informar o tempo de viagem e a velocidade média nos principais corredores e vias da cidade, você pode saber onde os ônibus de sua linha estão e quando irão passar em seu ponto. Outra boa notícia é que o acesso ao *site* do OLHO VIVO também pode ser feito por *smartphone*. Assim, é possível ter as mesmas informações onde quer que você esteja (OLHO VIVO, 2015).

---

63 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/media-de-horas-aula-diarial-na-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

64 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/media-de-alunos-por-turma-na-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

65 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

66 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxa-de-nao-resposta-no-censo-escolar>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

67 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-rendimento-escolar-na-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 28 – Página principal do aplicativo Olho Vivo**



Fonte: Olho Vivo, 2015

Este aplicativo foi desenvolvido no ano de 2012 pela São Paulo Transporte S.A. (SPTRANS), uma empresa que realiza a gestão de todas as linhas de ônibus que são operadas por empresas privadas no município de São Paulo. E faz uso de informações oriundas dos coletivos sob a gestão da SPTRANS. Em relação ao licenciamento dos dados utilizados, não foi possível obter informações a respeito (OLHO VIVO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se as possibilidades do usuário digitar o número ou nome da linha que procura e poder ver ao longo do trajeto quantos ônibus estão circulando no momento e em quais locais estão, quais ônibus/linhas estão se aproximando de seu ponto e como está o desempenho dos principais corredores viários da cidade, com o auxílio de um mapa interativo.

Não foi possível identificar a licença a qual o aplicativo está associado, assim como o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

## j) Cuidando do meu Bairro

O aplicativo “Cuidando do meu Bairro” tem como objetivo principal possibilitar a fiscalização dos gastos realizados em equipamentos públicos da cidade de São Paulo. De acordo com o portal da aplicação:

Buscamos oferecer ferramentas para que a sociedade possa conhecer melhor a temática do orçamento público, exercer o controle e fiscalização dos gastos realizados em equipamentos públicos da cidade e promover ações concretas no seu bairro. Por este motivo, o projeto foi batizado de Cuidando do meu Bairro (CUIDANDO DO MEU BAIRRO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 29 – Página principal do aplicativo Cuidando do meu Bairro**

**Mapeando dinheiro do orçamento público.**

Buscamos oferecer ferramentas para que a sociedade possa conhecer melhor a temática do orçamento público, exercer o controle e fiscalização dos gastos realizados em equipamentos públicos da cidade e promover ações concretas no seu bairro. Por este motivo, o projeto foi batizado de **Cuidando do meu Bairro**.

Desenvolvido por:

- Fernando Ferreira Diniz de Moraes
- Profª. Drª. Gisele da Silva Craveiro
- Andrés M. R. Martano

Colaboração:

- Prof. Dr. Jorge A. S. Machado
- Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação

Anos para visualização:

- 2015
- 2014
- 2013
- 2012
- 2011
- 2010
- 2009

Cuidando do meu Bairro:

- Sobre
- Contato
- TODO

OPEN DATA  
CC BY  
Tweeter 23

Fonte: Cuidando do meu Bairro, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA) da Prefeitura de São Paulo. Em relação ao licenciamento dos dados utilizados, não foi possível obter informações a respeito. E foi desenvolvido no ano de 2012 por Fernando Ferreira Diniz de Moraes, Profª. Drª. Gisele da Silva Craveiro e Andrés M. R. Martano, com a colaboração do Prof. Dr. Jorge A. S. Machado e do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas da USP, com o objetivo de possibilitar ao



cidadão o controle e a fiscalização dos gastos realizados em equipamentos públicos da cidade de São Paulo (CUIDANDO DO MEU BAIRRO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se os mapas, as legendas, os gráficos, a lista de atividades mapeadas e a lista de atividades não-mapeadas.

O aplicativo está disponível sob a Licença AGPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/okfn-brasil/cuidando>>.

### **k) Brasil Mapeado**

O aplicativo “Brasil Mapeado” consiste em uma ferramenta com o objetivo de disponibilizar informações sobre serviços de interesse público. De acordo com o Portal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a aplicação:

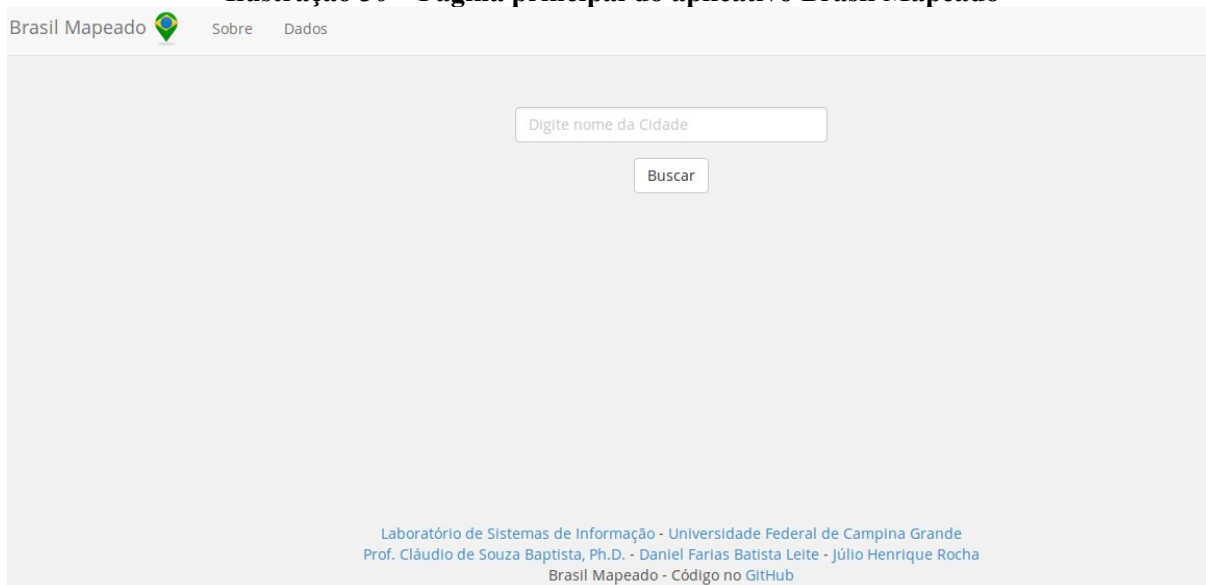
Mostra ao cidadão, em um mapa, quais os locais de atendimento de serviços de interesse público estão próximos ao local onde ele se encontra ou a qualquer outro desejado. O cidadão pode ainda selecionar quais tipos de postos de atendimento deseja visualizar no mapa. O aplicativo utiliza quase todos os conjuntos de dados dos equipamentos públicos. Os endereços constantes nessas bases de dados foram geocodificados para que a sua localização pudesse ser mostrada em um mesmo mapa (PORTAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015).

Complementarmente, o portal do aplicativo esclarece:

O Brasil Mapeado é um aplicativo que permite a visualização em uma dimensão espacial de vários tipos de instalações e os espaços físicos, públicos ou privados, onde é prestado de forma presencial algum tipo de serviço do poder público à pessoa física ou jurídica. O aplicativo foi construído para o 2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR), representado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR), por meio do Escritório Brasileiro do W3C Brasil (BRASIL MAPEADO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal da aplicação.

### Ilustração 30 – Página principal do aplicativo Brasil Mapeado



Fonte: Brasil Mapeado, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas dos Equipamentos Públicos<sup>68</sup> que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos. E foi desenvolvido por Prof. Cláudio de Souza Baptista, Daniel Farias Batista Leite e Júlio Henrique Rocha para a participação no Concurso Nacional de Dados Abertos<sup>69</sup> realizado no ano de 2013 (BRASIL MAPEADO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a visualização dos espaços físicos públicos ou privados onde são prestados algum tipo de serviço do poder público.

O aplicativo está disponível sob a Licença AGPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/juliohenriquerocha/cidade-mapeada-lsi>>.

O quadro abaixo apresenta a lista dos Equipamentos Públicos disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos:

68 Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset?tags=Equipamentos+p%C3%ABAblicos>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

69 “O concurso é promovido pelo MP em parceria com o Escritório Brasileiro do W3C Brasil e conta com o apoio da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, do Comitê Gestor da *Internet* no Brasil (CGI.BR), representado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR), da Associação *Software Livre*, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social” (DATAPREV) (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2013b).

**Quadro 16 – Equipamentos Públicos disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos**

EQUIPAMENTO PÚBLICO	LICENÇA	DISPONÍVEL EM
Unidades dos PROCONS	ODC-ODBL	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/unidades-dos-procons">http://dados.gov.br/dataset/unidades-dos-procons</a> >
Rede Privada de Entidades de Assistência Social		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/rede-privada-de-entidades-de-assistencia-social">http://dados.gov.br/dataset/rede-privada-de-entidades-de-assistencia-social</a> >
Centro de Referência Especializado de Assistência Social		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas">http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas</a> >
Centro de Referência de Assistência Social		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras">http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras</a> >
Estruturas da Fundacentro		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/estruturas-da-fundacentro">http://dados.gov.br/dataset/estruturas-da-fundacentro</a> >
Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Rodoviária Federal		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/postos-e-delegacias-do-dprf">http://dados.gov.br/dataset/postos-e-delegacias-do-dprf</a> >
Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Federal		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/postos-e-delegacias-do-dpf">http://dados.gov.br/dataset/postos-e-delegacias-do-dpf</a> >
Unidades de Atendimento da Receita Federal		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/unidades-de-atendimento-da-receita-federal">http://dados.gov.br/dataset/unidades-de-atendimento-da-receita-federal</a> >
Unidades Básicas de Saúde		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/unidades-basicas-de-saude-ubs">http://dados.gov.br/dataset/unidades-basicas-de-saude-ubs</a> >
Postos do Sistema Nacional de Emprego		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/postos-do-sistema-nacional-de-emprego-sine">http://dados.gov.br/dataset/postos-do-sistema-nacional-de-emprego-sine</a> >
Postos Campanha do Desarmamento		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/postos-campanha-do-desarmamento">http://dados.gov.br/dataset/postos-campanha-do-desarmamento</a> >
Lista de Cartórios do Brasil		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/lista-de-cartorios-do-brasil">http://dados.gov.br/dataset/lista-de-cartorios-do-brasil</a> >
Instituições de Ensino Superior		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-superior">http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-superior</a> >
Instituições de Ensino Básico		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-basico">http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-basico</a> >
Comunidades Terapêuticas		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/comunidades-terapeuticas">http://dados.gov.br/dataset/comunidades-terapeuticas</a> >
Agências, Gerências e Superintendências de Atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/agencias-gerencias-e-superintencias-de-atendimento-do-ministerio-do-trabalho-e-emprego">http://dados.gov.br/dataset/agencias-gerencias-e-superintencias-de-atendimento-do-ministerio-do-trabalho-e-emprego</a> >
Agências da Previdência Social		< <a href="http://dados.gov.br/dataset/agencias-da-previdencia-social-aps">http://dados.gov.br/dataset/agencias-da-previdencia-social-aps</a> >

Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2015

## I) Agências do MTE

O aplicativo “Agências do MTE” tem como objetivo principal disponibilizar informações sobre postos de atendimento do MTE. De acordo com o Portal do MPOG:

O aplicativo geo-codificação das agências, gerências e superintendências de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) inclui no projeto *Mootiro Maps* a geo-localização desses postos de atendimento, que são considerados equipamentos públicos. O projeto *Mootiro Maps* é uma iniciativa que pretende contar com a colaboração dos cidadãos (no conceito de *crowdsourcing*), para identificar e resolver problemas urbanos. Por exemplo, cada posto de atendimento recebe uma página com endereço específico, onde além de constarem as informações oficiais sobre o mesmo, o cidadão pode fazer comentários, compartilhar em redes sociais, curtir, associar a um registro de problema ou projeto (PORTAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal da aplicação.

**Ilustração 31 – Página principal do aplicativo Agências do MTE**

**Agências, Gerências e Superintendências de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego**

Mapa de Projeto   Conteúdo   Colaboradores

Nesse mapa você encontra os endereços e telefones das superintendências, gerências e agências de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego nos 26 estados e no distrito federal:

- Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego: 27
- Gerências Regionais de Trabalho e Emprego: 114
- Agências Regionais: 434
- Coordenação Regional de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário: 2

**Ajude a melhorar o mapa**

- insira os horários de atendimento dos locais de atendimento
- corrija o ponto geográfico: os pontos foram gerados de forma automática, você pode corrigir a coordenada indo até a página do local de atendimento e clicando em editar

**Como foi feito esse mapa?**

Esse mapa foi feito durante o Concurso Nacional de Dados Abertos de 2013. Trabalhamos com os dados disponibilizados no Portal de Dados Abertos. Os dados não continham número de telefone dos locais de atendimento e também não tinham georreferenciamento. Raspamos os dados das agências do Site do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e cruzamos com os dados fornecidos no Portal de Dados Abertos. Encontramos algumas inconsistências:

- Postos que somente existem no Portal de Dados Abertos mas não no site do MTE

Fonte: Agências do MTE, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas do Portal Brasileiro de Dados Abertos e do MTE. Em relação ao licenciamento dos dados utilizados, não foi possível obter informações a respeito. O aplicativo foi desenvolvido por Daniela Mattern para a participação no Concurso Nacional de Dados Abertos realizado no ano de 2013 (AGÊNCIAS DO MTE, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a disponibilização de informações oficiais sobre postos de atendimento através de mapas, onde o cidadão pode fazer comentários ou até mesmo compartilhar em redes sociais.

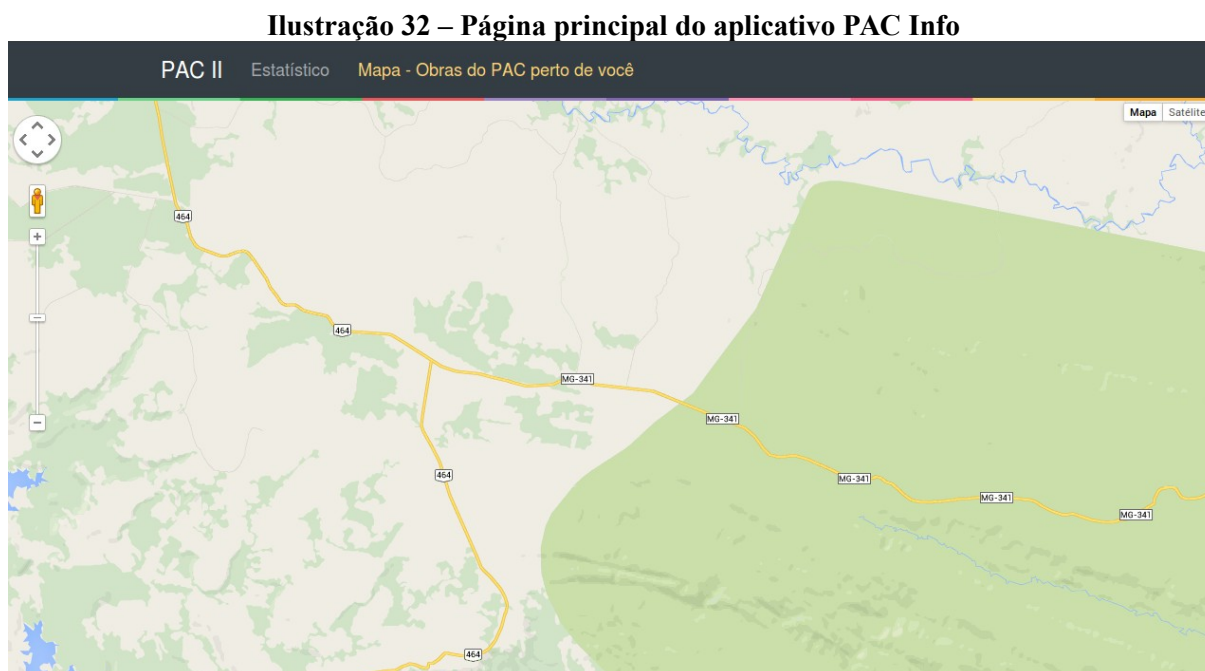
O aplicativo está disponível sob a Licença CC-BY-SA. No entanto, não foi possível identificar o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

### m) PAC Info

O aplicativo “PAC Info” consiste em uma ferramenta para a visualização das obras do PAC. De acordo com o Portal do MPOG:

A solução PAC Info traz uma visualização simplificada das obras do programa. É possível saber onde está cada investimento, qual o valor total já aplicado e o andamento das construções. Além disso, o aplicativo também permite fazer uma comparação dos investimentos por região (PORTAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal da aplicação.



Fonte: PAC Info, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas das Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sob

a Licença ODC-ODBL. E foi desenvolvido por Brian Thomas Storti, Carlos Chiconato e Thiago Felix para a participação no Concurso Nacional de Dados Abertos realizado no ano de 2013 (PAC INFO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a visualização do progresso, distribuição e estágio dos investimentos, baseado nos dados do último balanço disponibilizado pelo governo, além da possibilidade de visualização de detalhes de empreendimentos próximos à sua localização.

O aplicativo está disponível sob a Licença GPL e o repositório do seu código-fonte pode ser acessado através do seguinte endereço: <<https://github.com/briantorti/pac-info>>.

#### **n) Análise do Acesso à Educação**

O aplicativo “Análise do Acesso à Educação” tem como objetivo principal disponibilizar informações sobre o acesso à Educação Básica e Superior no país. De acordo com o portal da aplicação:

Este *site* tem como objetivo partilhar infográficos criados com a intenção de observar o acesso a Educação Básica e Superior no Brasil. Ele busca principalmente vislumbrar os aspectos sobre o acesso a educação pela pessoas com perda auditiva (surdos, deficientes auditivos e surdocegos). Esclarecemos que o termo conjunto de pessoas denominadas com "perda auditiva" refere-se a soma dos grupos "surdo", "surdocego" e "deficiente auditivo" (ANÁLISE DO ACESSO À EDUCAÇÃO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 33 – Página principal do aplicativo Análise do Acesso à Educação**



Fonte: Análise do Acesso à Educação, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas dos Microdados do Censo Escolar e dos Microdados do Censo da Educação Superior<sup>70</sup>, que estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos sem associação de qualquer tipo de licença. E foi desenvolvido por Edviges Lima, Yúrika Sato Nóbrega, Manuella Aschoff C. Brandão Lima e Ed Porto para a participação no Concurso Nacional de Dados Abertos realizado no ano de 2013 (ANÁLISE DO ACESSO À EDUCAÇÃO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destaca-se a disponibilização de informações sobre a distribuição e concentração discente e a evolução do acesso à educação, que engloba comparativos da evolução dos níveis de educação, do tipo de discente e da quantidade absoluta de discente dos níveis de educação.

Este aplicativo está disponível sob a Licença CC-BY-SA. No entanto, não foi possível identificar o endereço de acesso ao repositório do seu código-fonte.

<sup>70</sup> Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

## o) Meu Município

O aplicativo “Meu Município” consiste em uma ferramenta para a visualização das finanças dos municípios brasileiros. De acordo com o portal da aplicação:

É um portal público e gratuito que disponibiliza os principais dados referentes ao desempenho das finanças dos municípios brasileiros de forma simples. Esse projeto tem como objetivo melhorar a apresentação e organização dos dados para auxiliar os gestores públicos em suas análises e tomadas de decisões (MEU MUNICÍPIO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 34 – Página principal do aplicativo Meu Município**



Fonte: Meu Município, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas do Ministério da Fazenda (MF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao licenciamento dos dados utilizados, não foi possível obter informações a respeito. Esta aplicação foi desenvolvida pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), em parceria com a Fundação Brava, no ano de 2014 (MEU MUNICÍPIO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se as comparações de receitas, despesas e os indicadores gerenciais do município consultado.

O aplicativo está disponível sob a Licença *Copyright* - Todos os direitos são reservados. E o repositório do seu código-fonte não está disponível para o livre acesso.



## p) Empresômetro

O aplicativo “Empresômetro” tem como objetivo principal disponibilizar um conjunto de informações estatísticas sobre empresas e entidades privadas e públicas em atividade no país. De acordo com o portal da aplicação:

O Empresômetro é uma ferramenta tecnológica idealizada pelo IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. É um verdadeiro censo das empresas, entidades privadas e públicas em atividade no Brasil, portadoras de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Para melhor compreensão do funcionamento do Empresômetro, entenda-se por empresas todos os tipos jurídicos (sociedade anônima, limitada, EIRELI, MEI, empresário individual, sociedade simples, cooperativa, consórcio, comandita, estrangeira), entidades privadas (associações, fundações, institutos, igrejas, fundos, sindicatos) e entidades públicas (federais, estaduais e municipais) que se encontram em atividade no Brasil, incluindo suas matrizes e filiais (EMPRESÔMETRO, 2015).

A ilustração abaixo apresenta a página principal do aplicativo.

**Ilustração 35 – Página principal do aplicativo Empresômetro**

**17.420.901**  
Empresas ativas no Brasil!

**Empresômetro**  
Perfil empresarial brasileiro

www.ibpt.org.br

Estatísticas Serviços Estudos Metodologia Sobre o IBPT Contato

Tudo sobre todas as empresas brasileiras num só lugar!

Você está vendo empresas ativas por Cidade

1	São Paulo	1.641.678
2	Rio De Janeiro	681.641
3	Belo Horizonte	339.111
4	Brasília	325.434
5	Curitiba	285.908
6	Salvador	275.347
7	Porto Alegre	257.053
8	Fortaleza	245.351

Tenha estatísticas sobre mais de 17 milhões de empresas.

Saber mais »

**Brasil empreendedor**

Cada vez mais brasileiros abrem negócio próprio. Microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEIs) são 74% do total. Uma das vantagens em ser empresário de pequeno porte é a simplificação da burocracia e a inscrição no SIMPLES, que reduz impostos.

Fonte: Empresômetro, 2015

Este aplicativo faz uso de informações oriundas da Receita Federal do Brasil (RFB), de Secretarias Estaduais de Fazenda, de Secretarias Municipais de Finanças, de Agências

Reguladoras, de Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do MTE, da Caixa Econômica Federal (CEF), de Juntas Comerciais, de Portais da Transparência e do IBGE. Em relação ao licenciamento dos dados utilizados, não foi possível obter informações a respeito. A aplicação foi desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) para a apresentação na 24ª Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte realizado no ano de 2014 (EMPRESÔMETRO, 2015).

Dentre os principais recursos desta aplicação, destacam-se as estatísticas fornecidas por Estado, cidade, setor, atividade econômica, natureza jurídica e idade das empresas, incluindo as suas matrizes e filiais.

O aplicativo está disponível sob a Licença *Copyright* - Todos os direitos são reservados. E o repositório do seu código-fonte não está disponível para o livre acesso.

#### 4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Enquanto no Portal Brasileiro de Dados Abertos foram identificados 11 aplicativos, outros 16 puderam ser encontrados através das notícias sobre DGA no Brasil arquivadas no OBGI. Portanto, no total, 27 aplicativos distintos foram identificados pela pesquisa realizada. O quadro abaixo apresenta uma visão comparativa dos aplicativos identificados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no OBGI.

**Quadro 17 – Visão comparativa dos aplicativos identificados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no OBGI**

APLICATIVO	PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS	OBGI
Reputação S.A.	X	X
Reclamações PROCON	X	X
Reclamações BR	X	X
Para onde foi o meu dinheiro	X	X
Onde Acontece	X	X
Aeroportos Brasil	X	X
Siga seu Vereador	X	X
Fala Câmara	X	X
Radar Parlamentar	X	X
Basômetro	X	X

Painel do PAC	X	X
DPRF.info		X
Escola Que Queremos		X
Retrato da Violência		X
De Olho nas Emendas		X
EduQI – Educação é questão de investimento		X
Proprietários do Brasil		X
Mapa da Cultura		X
QEdu		X
Olho Vivo		X
Cuidando do meu Bairro		X
Brasil Mapeado		X
Agências do MTE		X
PAC Info		X
Análise do Acesso à Educação		X
Meu Município		X
Empresômetro		X

Fonte: Autor

É válido realçar que 17 aplicativos (62,96%) foram apresentados em eventos como o *Hackathon*. O quadro abaixo apresenta estes dados.

**Quadro 18 – Aplicativos apresentados em eventos como o *Hackathon***

APLICATIVO	HACKATHON
Reputação S.A.	1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça
Reclamações PROCON	
Reclamações BR	
Siga seu Vereador	1ª <i>Hackathon</i> : Maratona <i>Hacker</i> /Desafio de Dados Abertos
Fala Câmara	
Radar Parlamentar	
DPRF.info	2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça
Retrato da Violência	Concurso <i>Decoder</i> RS
Escola Que Queremos	1º Concurso de <i>Software</i> para Dados Abertos OD4D
De Olho nas Emendas	
EduQI – Educação é questão de investimento	
Proprietários do Brasil	
Mapa da Cultura	

Brasil Mapeado	Concurso Nacional de Dados Abertos
Agências do MTE	
PAC Info	
Análise do Acesso à Educação	

Fonte: Autor

### 4.3.1 Análise dos aplicativos segundo os temas abordados

Ao analisar os aplicativos segundo as temáticas abordadas, foi possível categorizar 10 tópicos principais: Educação, Atuação de Parlamentares e Partidos Políticos, Gastos Públicos, Direito do Consumidor, Transporte, Segurança Pública, Obras Públicas, Serviços Públicos, Patrimônios de Empresas e Cultura. A tabela abaixo apresenta a análise que foi realizada a partir da classificação dos temas das aplicações.

**Tabela 3 – Análise dos aplicativos segundo os temas abordados**

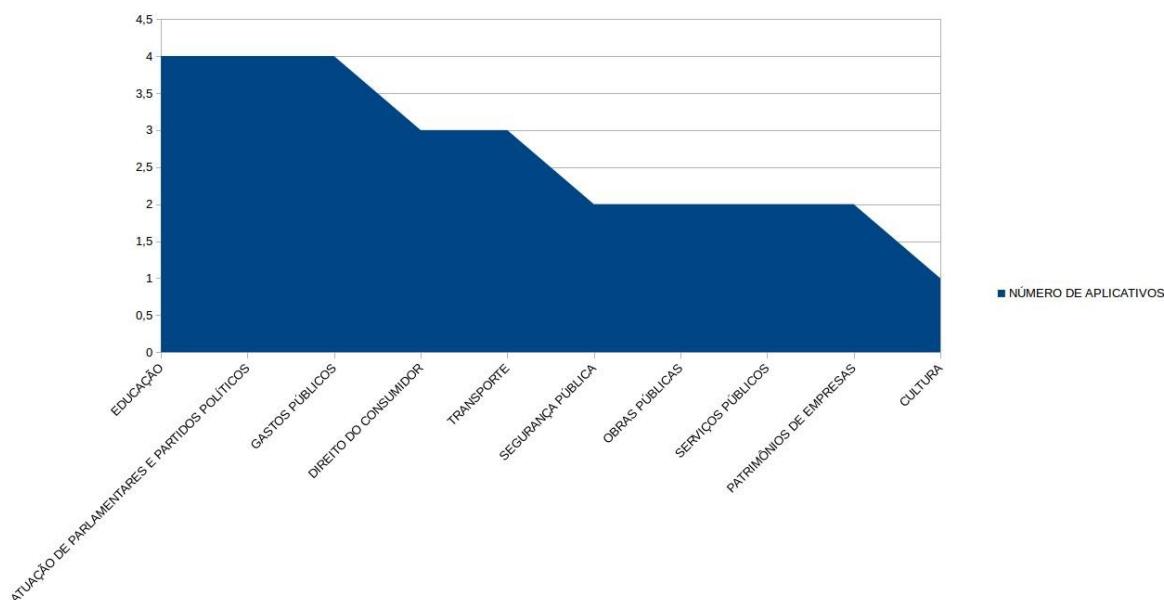
APLICATIVO	PORCENTAGEM (%)	TEMA
Análise do Acesso à Educação	14,81	Educação
QEdu		
EduQI – Educação é questão de investimento		
Escola Que Queremos		
Basômetro	14,81	Atuação de Parlamentares e Partidos Políticos
Siga seu Vereador		
Radar Parlamentar		
Fala Câmara		
Meu Município	14,81	Gastos Públicos
Cuidando do meu Bairro		
De Olho nas Emendas		
Para onde foi o meu dinheiro		
Reputação S.A.	11,11	Direito do Consumidor
Reclamações PROCON		
Reclamações BR		
Olho Vivo	11,11	Transporte
DPRF.info		
Aeroportos Brasil		
Retrato da Violência	7,41	Segurança Pública
Onde Acontece		
PAC Info	7,41	Obras Públicas

Painel do PAC		
Agências do MTE	7,41	Serviços Públicos
Brasil Mapeado		
Proprietários do Brasil	7,41	Patrimônios de Empresas
Empresômetro		
Mapa da Cultura	3,71	Cultura
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: Autor

A análise dos aplicativos segundo os temas abordados também pode ser visualizada através do gráfico abaixo.

**Ilustração 36 – Gráfico de análise dos aplicativos segundo os temas abordados**



Fonte: Autor

Temas como Educação, Atuação de Parlamentares e Partidos Políticos e Gastos Públicos destacaram-se como os tópicos com o maior número de aplicações. No total, estas três temáticas representaram 44,43% dos aplicativos identificados.

#### 4.3.2 Análise dos aplicativos segundo os conjuntos de dados utilizados

Ao analisar os aplicativos segundo os conjuntos de dados utilizados, foi possível

encontrar 56 conjuntos distintos, o que corresponde a uma média de 2,07 conjuntos por aplicação. O quadro abaixo apresenta a análise que foi realizada a partir dos conjuntos de dados utilizados pelos aplicativos.

**Quadro 19 – Análise dos aplicativos segundo os conjuntos de dados utilizados**

<b>APLICATIVO</b>	<b>CONJUNTO DE DADOS</b>
Reputação S.A.	Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas
Reclamações PROCON	
Reclamações BR	
Siga seu Vereador	Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo
Fala Câmara	
Radar Parlamentar	
Escola Que Queremos	Microdados do Censo Escolar
QEdu	
Análise do Acesso à Educação	
Escola Que Queremos	Microdados Prova Brasil
EduQI – Educação é questão de investimento	
QEdu	
Radar Parlamentar	Informações Legislativas da Câmara dos Deputados
Basômetro	
Painel do PAC	
PAC Info	Obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Agências do MTE	
Empresômetro	MTE
Meu Município	IBGE
Empresômetro	
Para onde foi o meu dinheiro	Despesas Diretas do Poder Executivo Federal
Onde acontece	Ocorrências Criminais do Estado do Rio Grande do Sul
	Malha Geométrica dos Municípios Brasileiros
Aeroportos Brasil	Base de dados da INFRAERO
	Movimento dos Aeroportos Administrados pela INFRAERO
Radar Parlamentar	Censo do Legislativo
DPRF.info	Sistema BR-Brasil - Boletins de Ocorrências em Rodovias Federais
Retrato da Violência	Registros de Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul
De Olho nas Emendas	Protocolos das Emendas
Proprietários do Brasil	CVM
Mapa da Cultura	Pesquisas de Campo

	Informações inseridas no aplicativo
QEdu	Média de Horas-Aula Diária na Educação Básica
	Média de Alunos por Turma na Educação Básica
	Taxas de Distorção Idade-Série Escolar na Educação Básica
	Taxa de Não Resposta no Censo Escolar
	Taxas de Rendimento Escolar na Educação Básica
Olho Vivo	Informações oriundas dos coletivos sob a gestão da SPTRANS
Cuidando do meu Bairro	Informações oriundas da SEMPLA
Brasil Mapeado	Unidades dos PROCONS
	Rede Privada de Entidades de Assistência Social
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
	Centro de Referência de Assistência Social
	Estruturas da Fundacentro
	Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
	Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Federal
	Unidades de Atendimento da Receita Federal
	Unidades Básicas de Saúde
	Postos do Sistema Nacional de Emprego
	Postos Campanha do Desarmamento
	Lista de Cartórios do Brasil
	Instituições de Ensino Superior
	Instituições de Ensino Básico
	Comunidades Terapêuticas
Agências, Gerências e Superintendências de Atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego	
Agências da Previdência Social	
Agências do MTE	Informações oriundas do Portal Brasileiro de Dados Abertos
Análise do Acesso à Educação	Microdados do Censo da Educação Superior
Meu Município	MF
Empresômetro	RFB
	Secretarias Estaduais de Fazenda
	Secretarias Municipais de Finanças
	Agências Reguladoras
	Cartórios de Registro de Títulos e Documentos
	MDIC
	CEF
	Juntas Comerciais
	Portais da Transparência

Fonte: Autor

Destacaram-se o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, as Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo, os Microdados do Censo Escolar e os Microdados Prova Brasil como os conjuntos de dados com o maior número de ocorrência. Cada um destes computou três aplicações.

O aplicativo Brasil Mapeado configurou-se como aquele que utilizou o maior número de conjuntos de dados. Isto ocorreu pelo fato do conjunto utilizado – Equipamentos Públicos – ser composto por 17 subconjuntos de dados. Desta forma, para efeito de contabilização, foram considerados os 17 subconjuntos.

É relevante ressaltar que 19 aplicações (70,38%) utilizaram conjuntos de dados presentes no Portal Brasileiro de Dados Abertos. O quadro abaixo apresenta os aplicativos com os conjuntos de dados disponíveis no referido portal.

**Quadro 20 – Aplicativos que utilizaram conjuntos de dados presentes no Portal Brasileiro de Dados Abertos**

APLICATIVO	CONJUNTO DE DADOS	ENDEREÇO
Reputação S.A.	Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-reclamacoes-fundamentadas-procons-sindec">http://dados.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-reclamacoes-fundamentadas-procons-sindec</a> >
Reclamações PROCON		
Reclamações BR		
Para onde foi o meu dinheiro	Despesas Diretas do Poder Executivo Federal	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/despesas-diretas-do-poder-executivo-federal-publicados-no-portal-da-transparencia">http://dados.gov.br/dataset/despesas-diretas-do-poder-executivo-federal-publicados-no-portal-da-transparencia</a> >
Onde Acontece	Ocorrências Criminais do Estado do Rio Grande Do Sul	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/ocorrencias-criminais-no-estado-do-rio-grande-do-sul">http://dados.gov.br/dataset/ocorrencias-criminais-no-estado-do-rio-grande-do-sul</a> >
Onde Acontece	Malha Geométrica dos Municípios Brasileiros	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/malha-geometrica-dos-municipios-brasileiros">http://dados.gov.br/dataset/malha-geometrica-dos-municipios-brasileiros</a> >
Aeroportos Brasil	Movimento dos Aeroportos Administrados pela INFRAERO	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/movimento-dos-aeroportos-administrados-pela-infraero">http://dados.gov.br/dataset/movimento-dos-aeroportos-administrados-pela-infraero</a> >
Siga seu Vereador	Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/votacoes-plenarias-camara-municipal-sp">http://dados.gov.br/dataset/votacoes-plenarias-camara-municipal-sp</a> >
Fala Câmara		
Radar Parlamentar		
Radar Parlamentar	Informações Legislativas da Câmara dos Deputados	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/informacoes-legislativas-da-camara-dos-deputados">http://dados.gov.br/dataset/informacoes-legislativas-da-camara-dos-deputados</a> >
Basômetro		
Radar Parlamentar	Censo do Legislativo	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/">http://dados.gov.br/dataset/</a>



		<a href="#">censo-do-legislativo</a> >
Painel do PAC	Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento">http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento</a> >
PAC Info		
DPRF.info	Sistema BR-Brasil - Boletins de Ocorrências em Rodovias Federais	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/acidentes-rodovias-federais">http://dados.gov.br/dataset/acidentes-rodovias-federais</a> >
Escola Que Queremos	Microdados do Censo Escolar	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar">http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar</a> >
QEdU		
Análise do Acesso à Educação		
Escola Que Queremos	Microdados Prova Brasil	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/microdados-prova-brasil">http://dados.gov.br/dataset/microdados-prova-brasil</a> >
EduQI – Educação é questão de investimento		
QEdU		
Retrato da Violência	Registros de Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/registros-de-violencia-contra-a-mulher-no-estado-do-rio-grande-do-sul">http://dados.gov.br/dataset/registros-de-violencia-contra-a-mulher-no-estado-do-rio-grande-do-sul</a> >
QEdU	Média de Horas-Aula Diária na Educação Básica	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/media-de-horas-aula-diaria-na-educacao-basica">http://dados.gov.br/dataset/media-de-horas-aula-diaria-na-educacao-basica</a> >
	Média de Alunos por Turma na Educação Básica	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/media-de-alunos-por-turma-na-educacao-basica">http://dados.gov.br/dataset/media-de-alunos-por-turma-na-educacao-basica</a> >
	Taxas de Distorção Idade-Série Escolar na Educação Básica	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica">http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica</a> >
	Taxa de Não Resposta no Censo Escolar	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/taxa-de-nao-resposta-no-censo-escolar">http://dados.gov.br/dataset/taxa-de-nao-resposta-no-censo-escolar</a> >
	Taxas de Rendimento Escolar na Educação Básica	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-rendimento-escolar-na-educacao-basica">http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-rendimento-escolar-na-educacao-basica</a> >
Brasil Mapeado	Unidades dos PROCONS	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/unidades-dos-procons">http://dados.gov.br/dataset/unidades-dos-procons</a> >
	Rede Privada de Entidades de Assistência Social	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/rede-privada-de-entidades-de-assistencia-social">http://dados.gov.br/dataset/rede-privada-de-entidades-de-assistencia-social</a> >
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas">http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas</a> >
	Centro de Referência de Assistência Social	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras">http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras</a> >
	Estruturas da Fundacentro	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/estruturas-da-fundacentro">http://dados.gov.br/dataset/estruturas-da-fundacentro</a> >
	Postos e Delegacias do	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/">http://dados.gov.br/dataset/</a>

	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	<a href="#">postos-e-delegacias-do-dprf</a> >
	Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Federal	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/postos-e-delegacias-do-dpf">http://dados.gov.br/dataset/postos-e-delegacias-do-dpf</a> >
	Unidades de Atendimento da Receita Federal	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/unidades-de-atendimento-da-receita-federal">http://dados.gov.br/dataset/unidades-de-atendimento-da-receita-federal</a> >
	Unidades Básicas de Saúde	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/unidades-basicas-de-saude-ubs">http://dados.gov.br/dataset/unidades-basicas-de-saude-ubs</a> >
	Postos do Sistema Nacional de Emprego	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/postos-do-sistema-nacional-de-emprego-sine">http://dados.gov.br/dataset/postos-do-sistema-nacional-de-emprego-sine</a> >
	Postos Campanha do Desarmamento	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/postos-campanha-do-desarmamento">http://dados.gov.br/dataset/postos-campanha-do-desarmamento</a> >
	Lista de Cartórios do Brasil	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/lista-de-cartorios-do-brasil">http://dados.gov.br/dataset/lista-de-cartorios-do-brasil</a> >
	Instituições de Ensino Superior	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-superior">http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-superior</a> >
	Instituições de Ensino Básico	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-basico">http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-basico</a> >
	Comunidades Terapêuticas	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/comunidades-terapeuticas">http://dados.gov.br/dataset/comunidades-terapeuticas</a> >
	Agências, Gerências e Superintendências de Atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/agencias-gerencias-e-superintencias-de-atendimento-do-ministerio-do-trabalho-e-emprego">http://dados.gov.br/dataset/agencias-gerencias-e-superintencias-de-atendimento-do-ministerio-do-trabalho-e-emprego</a> >
	Agências da Previdência Social	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/agencias-da-previdencia-social-aps">http://dados.gov.br/dataset/agencias-da-previdencia-social-aps</a> >
Análise do Acesso à Educação	Microdados do Censo da Educação Superior	< <a href="http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-da-educacao-superior">http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-da-educacao-superior</a> >

Fonte: Autor

Por outro lado, oito aplicativos (29,62%), com informações confusas e não padronizadas, não informaram corretamente os conjuntos de dados em que se basearam, impossibilitando a efetiva identificação dos dados. O quadro abaixo apresenta estas aplicações.

**Quadro 21 – Aplicativos que não informaram adequadamente os conjuntos de dados**

<b>APLICATIVO</b>	<b>CONJUNTO DE DADOS</b>	<b>PROBLEMA</b>
Aeroportos Brasil	Base de Dados da INFRAERO	Quais informações foram efetivamente utilizadas? Se não é possível conhecer os dados utilizados, como validar a credibilidade das informações fornecidas pelo aplicativo?
Proprietários do Brasil	CVM	
Mapa da Cultura	Pesquisas de Campo	
	Informações inseridas no aplicativo	
Cuidando do meu Bairro	Informações oriundas da SEMPLA	
Agências do MTE	Informações oriundas do Portal Brasileiro de Dados Abertos	
	MTE	
Olho Vivo	Informações oriundas dos coletivos sob a gestão da SPTRANS	
Meu Município	MF	
	IBGE	
Empresômetro	RFB	
	Secretarias Estaduais de Fazenda	
	Secretarias Municipais de Finanças	
	Agências Reguladoras	
	Cartórios de Registro de Títulos e Documentos	
	MDIC	
	MTE	
	CEF	
	Juntas Comerciais	
	Portais da Transparência	
	IBGE	

Fonte: Autor

A partir do levantamento realizado no quadro acima, foi possível observar que 21 conjuntos de dados (37,5%) foram descritos de uma forma que impossibilitou a efetiva identificação.

#### **4.3.3 Análise dos aplicativos segundo as licenças dos conjuntos de dados**

Ao analisar os aplicativos segundo as licenças dos conjuntos de dados, foi possível estabelecer cinco tipos de categoria: Licença ODC-ODBL, Licença CC-BY-NC, Licença de Domínio Público, ocorrências sem associação de qualquer tipo de licença e ocorrências onde não foi possível obter informações a respeito da licença utilizada. A tabela abaixo apresenta a

análise que foi realizada a partir da identificação das licenças dos conjuntos de dados utilizados pelas aplicações.

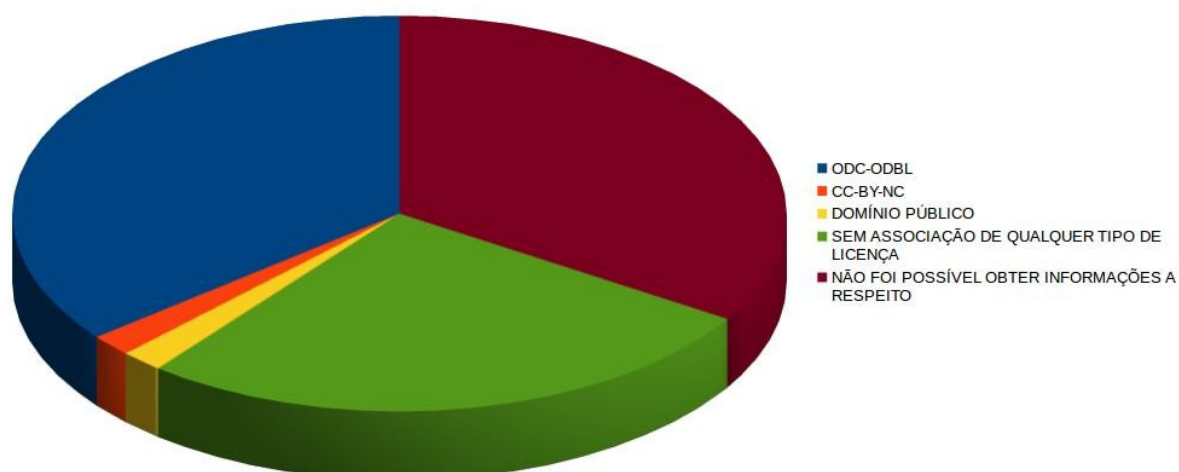
**Tabela 4 – Análise dos aplicativos segundo as licenças dos conjuntos de dados**

CATEGORIA	NÚMERO DE CONJUNTOS DE DADOS	PORCENTAGEM (%)
ODC-ODBL	20	35,71
CC-BY-NC	1	1,79
Domínio Público	1	1,79
Sem associação de qualquer tipo de licença	15	26,79
Não foi possível obter informações a respeito	19	33,92
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>100</b>

Fonte: Autor

A análise dos aplicativos segundo as licenças dos conjuntos de dados também pode ser visualizada através do gráfico abaixo.

**Ilustração 37 – Gráfico de análise dos aplicativos segundo o licenciamento dos conjuntos de dados**



Fonte: Autor

Na Licença ODC-ODBL, enquadraram-se os seguintes conjuntos de dados: Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, Obras do PAC - Programa de Aceleração do

Crescimento, Sistema BR-Brasil - Boletins de Ocorrências em Rodovias Federais, Unidades dos PROCONS, Rede Privada de Entidades de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social, Estruturas da Fundacentro, Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Federal, Unidades de Atendimento da Receita Federal, Unidades Básicas de Saúde, Postos do Sistema Nacional de Emprego, Postos Campanha do Desarmamento, Lista de Cartórios do Brasil, Instituições de Ensino Superior, Instituições de Ensino Básico, Comunidades Terapêuticas, Agências, Gerências e Superintendências de Atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego e Agências da Previdência Social.

Na Licença CC-BY-NC, enquadrou-se o conjunto de dados Censo do Legislativo.

Na Licença de Domínio Público, enquadrou-se o conjunto de dados Malha Geométrica dos Municípios Brasileiros.

Nas ocorrências sem associação de qualquer tipo de licença, enquadraram-se os seguintes conjuntos de dados: Despesas Diretas do Poder Executivo Federal, Ocorrências Criminais do Estado do Rio Grande do Sul, Movimento dos Aeroportos Administrados pela INFRAERO, Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo, Informações Legislativas da Câmara dos Deputados, Microdados do Censo Escolar, Microdados Prova Brasil, Registros de Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul, Protocolos das Emendas, Média de Horas-Aula diária na Educação Básica, Média de Alunos por Turma na Educação Básica, Taxas de distorção idade-série Escolar na Educação Básica, Taxa de Não Resposta no Censo Escolar, Taxas de Rendimento Escolar na Educação Básica e Microdados do Censo da Educação Superior.

Nas ocorrências onde não foi possível obter informações a respeito do licenciamento, enquadraram-se os seguintes conjuntos de dados: base de dados da INFRAERO, CVM, pesquisas de campo, informações inseridas no aplicativo, informações oriundas da SEMPLA, informações oriundas do Portal Brasileiro de Dados Abertos, MTE, MF, IBGE, RFB, Secretarias Estaduais de Fazenda, Secretarias Municipais de Finanças, Agências Reguladoras, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, MDIC, MTE, CEF, Juntas Comerciais, Portais da Transparência e IBGE.

#### 4.3.4 Análise dos aplicativos segundo os autores

Ao analisar os aplicativos segundo os autores, foi possível estabelecer quatro tipos de categoria: aplicações desenvolvidas por indivíduos, por empresas, pelo terceiro setor (ONGs, fundações, associações, comunidades, entre outros) e por universidades. A tabela abaixo apresenta a análise que foi realizada a partir da classificação dos autores dos aplicativos.

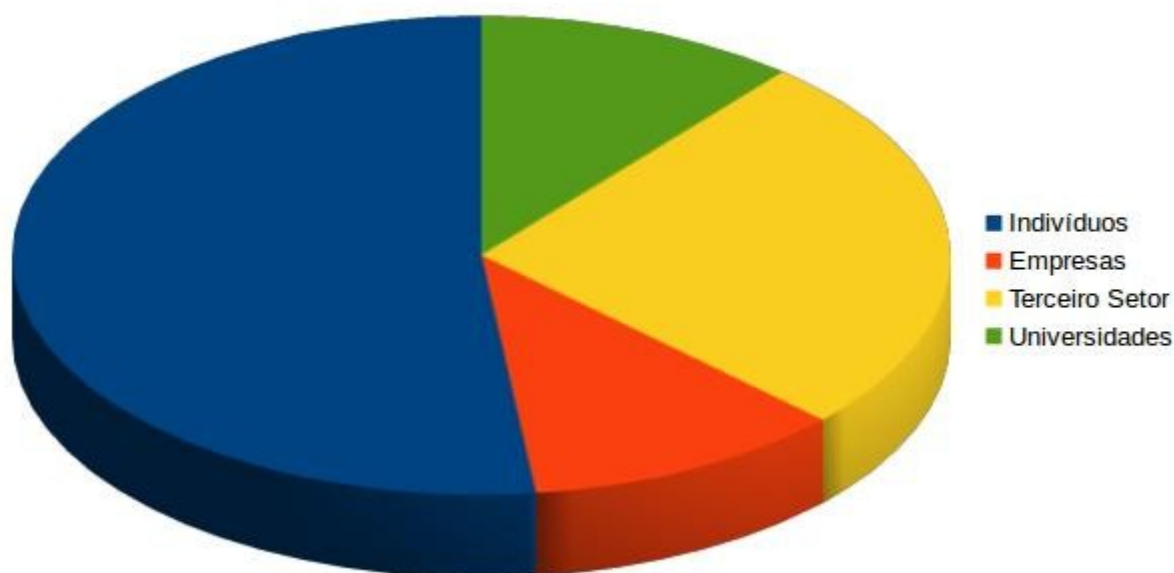
**Tabela 5 – Análise dos aplicativos segundo o tipo de autor**

CATEGORIA	NÚMERO DE APLICATIVOS	PORCENTAGEM (%)
Indivíduos	14	51,86
Empresas	3	11,11
Terceiro Setor	7	25,92
Universidades	3	11,11
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Autor

A análise dos aplicativos segundo o tipo de autor também pode ser visualizada através do gráfico abaixo.

**Ilustração 38 – Gráfico de análise dos aplicativos segundo o tipo de autor**



Fonte: Autor

Na categoria de aplicações desenvolvidas por indivíduos, enquadraram-se: Reputação S.A., Reclamações PROCON, Reclamações BR, Siga seu Vereador, Fala Câmara, Painel do PAC, DPRF.info, Escola Que Queremos, Retrato da Violência, EduQI – Educação é questão de investimento, Brasil Mapeado, Agências do MTE, PAC Info e Análise do Acesso à Educação.

Na categoria de aplicações desenvolvidas por empresas, enquadraram-se: Basômetro, Olho Vivo e Aeroportos Brasil.

Na categoria de aplicações desenvolvidas pelo terceiro setor, enquadraram-se: De Olho nas Emendas, Proprietários do Brasil, QEdu, Empresômetro, Mapa da Cultura, Onde Acontece e Para onde foi o meu dinheiro.

E na categoria de aplicações desenvolvidas por universidades, enquadraram-se: Cuidando do meu Bairro, Meu Município e Radar Parlamentar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal traçar um panorama sobre a utilização de DGA no Brasil a partir do estudo dos aplicativos gerados. Para a identificação dos aplicativos, a pesquisa fez uso de duas fontes de dados: o Portal Brasileiro de Dados Abertos (fonte oficial) e as informações veiculadas na *Web* brasileira extraídas de notícias sobre DGA no Brasil arquivadas no OBGI.

Para efeito de comparação da ferramenta mais eficaz para a identificação das aplicações que utilizam DGA no Brasil, o OBGI mostrou-se mais completo, pois além de registrar os 11 aplicativos disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ele permitiu identificar mais 16 aplicações. Uma hipótese para este fato pode estar relacionada aos procedimentos burocráticos para a submissão de aplicativos no portal e/ou à falta de iniciativas governamentais pró-ativas no sentido de atualizar os dados referentes às aplicações. Por outro lado, o Portal Brasileiro de Dados Abertos apresentou-se como uma ferramenta central para a disponibilização dos conjuntos de dados utilizados pelos aplicativos. De um total de 56 conjuntos utilizados, 36 (64,28%) estavam presentes no referido portal para o livre acesso pela sociedade civil. Portanto, pode-se depreender que o Portal Brasileiro de Dados Abertos atua mais como um local onde as organizações públicas disponibilizam os seus dados do que como uma referência para o acesso por parte da sociedade civil aos aplicativos que utilizam DGA no Brasil.

Ao realizar uma avaliação crítica sobre o Portal Brasileiro de Dados Abertos, foi possível elucidar alguns pontos positivos e negativos. Dentre os aspectos positivos, destacaram-se a centralização e padronização da disponibilização dos dados, o que facilita o processo de identificação dos conjuntos de dados e suas licenças. Como aspecto negativo, foi possível apontar a defasagem de informações. Os dados sobre as aplicações que utilizam DGA no Brasil estavam parcialmente desatualizados. A lista que deveria conter os aplicativos efetivamente disponíveis à sociedade também continha informações sobre três aplicações (Para onde foi o meu dinheiro, Onde Acontece e Fala Câmara) que, até o momento da conclusão desta pesquisa, encontravam-se fora do ar. Portanto, 27,27% dos aplicativos disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos estavam inacessíveis. De uma forma geral, este problema violou dois itens dos Princípios dos DGA, que preconizam, dentre outros, que os dados devem ser atuais e acessíveis. Este problema também pôde ser enquadrado na



categoria de barreiras e/ou fatores inibidores dos DGA citados por Albano (2014, p. 34) apud Janssen et al. (2012), em especial, no item "Qualidade da Informação - Dados obsoletos e não-válidos".

As 134 notícias de DGA no Brasil arquivadas no OBGI foram classificadas em “promoção” (51,49%), “aplicativos” (23,88%), “abertura” (16,42%) e “outros” (8,21%). Desta forma, o universo de notícias pesquisado foi o com assuntos inerentes à categoria “aplicativos”. Foi possível constatar um número maior de notícias veiculadas no ano de 2013 em relação a 2014: 57,47% das notícias foram veiculadas em 2013. Uma hipótese para este caso é o fato de 2013 ser o ano subsequente aos principais acontecimentos relacionados a DGA no Brasil, como, por exemplo, a instituição da INDA e a criação do Portal Brasileiro de Dados Abertos.

O processo de análise dos aplicativos identificados tanto através do Portal Brasileiro de Dados Abertos quanto das notícias sobre DGA arquivadas no OBGI se pautou pela identificação e classificação da temática dos aplicativos, pela identificação dos conjuntos de dados utilizados e suas respectivas licenças e pela identificação e categorização dos autores das aplicações. Complementarmente, quando possível, buscou-se descrever a licença da aplicação e a localização do repositório de seu código-fonte.

É importante ressaltar que, de um total de 27 aplicativos identificados, 17 (62,96%) foram apresentados em eventos como o *Hackathon*. Estes dados demonstram que as iniciativas das instituições públicas voltadas para incentivar de forma mais sistemática e produtiva o desenvolvimento de aplicações que façam o uso de DGA têm surtido resultado. Destacaram-se os seguintes eventos: o 1º e 2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça, a 1ª *Hackathon: Maratona Hacker/Desafio de Dados Abertos*, o 1º Concurso de *Software* para Dados Abertos OD4D, o Concurso *Decoder* RS e o Concurso Nacional de Dados Abertos.

A análise dos aplicativos segundo os temas abordados possibilitou estabelecer 10 tópicos principais: Educação, Atuação de Parlamentares e Partidos Políticos, Gastos Públicos, Direito do Consumidor, Transporte, Segurança Pública, Obras Públicas, Serviços Públicos, Patrimônios de Empresas e Cultura.

A fiscalização e o fornecimento de instrumentos de utilidade pública pareceram configurar-se como os principais objetivos de utilização de DGA no Brasil no período analisado. Oito temas puderam ser classificados nessas duas categorias. Na categoria de

fiscalização, enquadraram-se: Atuação de Parlamentares e Partidos Políticos, Gastos Públicos, Obras Públicas, Patrimônio de Empresas. Já na categoria de fornecimento de instrumentos de utilidade pública, enquadraram-se: Direito do Consumidor, Transporte, Serviços Públicos e Cultura. No total, estas duas categorias temáticas estiveram presentes em 21 aplicações (77,78%). Portanto, fornecem indícios de que a sociedade civil brasileira priorizou nesta fase o desenvolvimento de aplicativos que fazem uso de DGA como ferramentas para a realização da vigilância inversa.

Outra questão que merece ser ressaltada é que, dentre as principais prioridades relacionadas às funções de um Estado, como Saúde, Educação e Segurança Pública, apenas o tema de Saúde não registrou ocorrências de aplicações. Esta observação pode nos levar a algumas suposições: o referido fato ocorre porque os órgãos da Saúde não estão disponibilizando dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos? Ou porque a sociedade civil não está se interessando por informações sobre a Saúde? Essas são questões que apenas um estudo mais aprofundado poderia solucionar.

Ademais, alguns problemas foram encontrados na análise dos aplicativos segundo os conjuntos de dados utilizados. Oito aplicações (29,62%) não informaram corretamente os conjuntos de dados em que se basearam, o que impossibilitou a efetiva identificação. Esta questão chama a atenção pelo potencial de comprometimento da confiabilidade da aplicação, pois torna impossível a verificação da integridade das informações utilizadas. Desta forma, estes problemas apontam para uma não conformidade à lei dos DGA que estabelece que “se o dado não pode ser encontrado e indexado na *Web*, ele não existe” (EAVES, 2009).

Em relação à análise dos aplicativos segundo as licenças dos conjuntos de dados, foi possível verificar uma vantagem dos conjuntos disponibilizados através de algum tipo de licença (39,29%) em relação aos disponibilizados sem a associação de qualquer licença (26,79%), o que dá indícios de que as instituições públicas responsáveis pela disponibilização dos dados estão demonstrando preocupação com o estabelecimento do controle sobre o compartilhamento dos dados. Destaca-se a ocorrência de dois tipos de licenças apresentadas na parte conceitual da dissertação: ODC-ODBL e CC-BY-NC.

A análise dos aplicativos segundo os autores apresentou elevado número de iniciativas individuais (51,86%), baixa participação de organizações acadêmicas (11,11%) e privadas (11,11%) e crescimento de iniciativas do terceiro setor (25,92%) no período analisado. Uma questão interessante sobre o perfil dos indivíduos responsáveis pela autoria das aplicações é

que, em sua maioria, são constituídos por estudantes universitários, sobretudo através de participação por iniciativa própria. Uma hipótese seria que o incentivo vem dos prêmios fornecidos de forma individual por eventos de *Hackathon* aos responsáveis pelo desenvolvimento dos aplicativos vencedores, visto que a maioria das aplicações identificadas neste trabalho foram apresentadas neste tipo de evento.

É importante salientar que, durante o processo de identificação dos autores dos aplicativos, certas dificuldades foram encontradas. Algumas aplicações disponibilizavam as informações de seus autores através de *hiperlinks* para as respectivas redes sociais ou, até mesmo, não informavam os dados sobre a autoria. A solução encontrada durante a pesquisa foi acessar o repositório do código-fonte da aplicação e identificar os nomes dos autores através da documentação que lá estava disponível.

O desenvolvimento de um panorama sobre a utilização de DGA no Brasil possibilitou esclarecer algumas questões tratadas na introdução da dissertação. O processamento computacional dos dados disponibilizados livremente na *Internet* pelos órgãos públicos para os mais diversos fins indica que os cidadãos estão participando mais efetivamente das ações do Estado. Além disso, a própria existência dos aplicativos em si sustenta a hipótese de que o fornecimento de dados padronizados abertos e acessíveis permitem ao cidadão utilizar qualquer ferramenta de *software* para adaptá-los às suas necessidades.

Apesar de DGA no Brasil ser uma política recente e emergente, apresenta resultados que demonstram consolidação e tendência de ampliação, apontando um modelo de governança caracterizado pelo envolvimento de atores estatais e não estatais, pela efetiva utilização das tecnologias informacionais, pela transparência, pelo direito de acesso à informação e pelo controle e participação social. Estudos complementares podem ajudar a solucionar novas questões e contribuir não apenas para o desenvolvimento da CI, como também para a evolução do Estado brasileiro na sociedade da informação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUNE, Roberto Meizi; GREGÓRIO FILHO, Álvaro Santos; BOLLIGER, Sergio Pinto. Governo Aberto: disponibilização de bases de dados e informações em formato aberto. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3, 2009. Disponível em: <[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material\\_%20CONSAD/paineis\\_III\\_congresso\\_consad/painel\\_13/governo\\_aberto\\_sp\\_disponibilizacao\\_de\\_bases\\_de\\_dados\\_e\\_informacoes\\_em\\_formato\\_aberto.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_13/governo_aberto_sp_disponibilizacao_de_bases_de_dados_e_informacoes_em_formato_aberto.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- ALBANO, Cláudio Sonáglio. Dados Governamentais Abertos: proposta de um modelo de produção e utilização de informações sob a ótica conceitual da cadeia de valor. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-03062014-170642/publico/ClaudioSonaglioAlbanoVC.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- ALBANO, Cláudio Sonáglio; REINHARD, Nicolau. Desafios para governo e sociedade no ecossistema brasileiro de Dados Governamentais Abertos. In: FÓRUM INTERNACIONAL ECOINOVAR, 3, 2014. Disponível em: <<http://ecoinovar.com.br/cd2014/arquivos/artigos/ECO143.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- ALVES, Francisco; SCHUBACK, Mariana; ALFARELLA, Victor Grimoni. Estudo de caso das iniciativas: Reputação S/A e Retrato da Violência Contra a Mulher no RS. In: SEMINÁRIOS ESPECIAIS DE ESTRATÉGIA EMPRESARIAL. Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.
- FORESTI, Loreni F.; ARAÚJO, Danilo B. de. Projetos de Dados Abertos no Governo Federal e suas aplicações para o controle social de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E ESTATÍSTICA (ANIPES), 18, 2013. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Disponível em: <<http://www.anipes.org.br/encontroanual2013/apresentacoes/1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- ARAÚJO, Lucas de Ramos; SOUZA, Jairo Francisco de. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados. In: REVISTA ELETRÔNICA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, v. 10, n. 1. 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/5503>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- BATISTA, Carmem Lúcia. Informação pública: entre o acesso a apropriação social. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BATISTA, Augusto Herrmann; SILVA, Nitai Bezerra da; MIRANDA, Christian Moryah Contiero. Infraestrutura Nacional de Dados Abertos. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013. Disponível em: <[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V\\_CONSAD/VI\\_CONSAD/093.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/093.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BAUER, Florian; KALTENBÖCK, Martin. Linked Open Data: the essentials. A quick start guide for decision makers. Vienna, Austria. 2012. Disponível em: <<http://www.semantic-web.at/LOD-TheEssentials.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BEZERRA, Arthur Coelho; PIMENTA, Ricardo M.; ORMAY, Larissa Santiago. Vigilância, vigilância inversa e democracia: do panoptismo ao midiativismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, 2014. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BICO, Fernanda; CARACCILO, Roberto; TRINDADE, Leandro; PAIVA, Ronaldo; PERES, Sarajane. Legibilidade em dados abertos: uma experiência com os dados da Câmara Municipal de São Paulo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SBSI), 8, 2012. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/sbsi/2012/0068.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BORKO, H. Information science: what is it? In: AMERICAN DOCUMENTATION, v.19, n.1, p. 3-5, 1968. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerna/k---artigo-01.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. New York: Palgrave Macmillan, 2004. Disponível em: <<http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/spring2011-502/502%20and%20other%20readings/braman%202004%20emergent%20regime.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. In: PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v.12, n.1, p.148-207, 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CARVALHO, Priscila Freitas de; CIANCONI, Regina de Barros. Programa governo eletrônico e programa governo aberto na gestão das informações arquivísticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/451/364>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 164 p. Disponível em: <[http://www.midias.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Controle\\_Social\\_-\\_rec.pdf](http://www.midias.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Controle_Social_-_rec.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

COUROS, Alec. Examining the open movement: possibilities and implications for education. A Dissertation Submitted to the Faculty of Graduate Studies and Research In Partial Fulfillment of the Requirements For the Degree of Doctor of Philosophy In Education University of Regina, 2006. Disponível em: <[http://www.educationaltechnology.ca/couros/publication\\_files/research/Dissertation-Couros-FINAL-06-WebVersion.pdf](http://www.educationaltechnology.ca/couros/publication_files/research/Dissertation-Couros-FINAL-06-WebVersion.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DINIZ, Vagner. Como conseguir dados governamentais abertos. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3, 2009. Disponível em: <[https://i3gov.planejamento.gov.br/como\\_conseguir\\_dados\\_governamentais\\_abertos.pdf](https://i3gov.planejamento.gov.br/como_conseguir_dados_governamentais_abertos.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DUTRA, Claudio Crossetti; LOPES, Karen Maria Gross. Dados abertos: uma forma inovadora de transparência. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/075-DADOS-ABERTOS-UMA-FORMA-INOVADORA-DE-TRANSPAR%C3%8ANCIA.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FERREIRA, Pedro Miguel Gonçalves. Dados abertos. Dissertação (Mestrado). Curso de Engenharia de Computadores e Telemática da Universidade de Aveiro, 2012. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/10097/1/disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. 1995. Disponível em: <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Documents/TAKING%20INFORMATION%20POLICY%20BEYOND%20INFORMATION%20SCIENCE.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. In: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/170/149>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; ROMAN, Darlan José; MOREIRA, Fernanda Kempner; DITTRICH, Maireli. Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/download/3272/2398>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Regime e informação - a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. In: LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO (LIINC) EM REVISTA, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 593 – 610, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/392/320>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MALIN, Ana Maria Barcellos. Gestão da informação: institucionalização dos espaços de trabalho e conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/248/76>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MALIN, Ana Maria Barcellos. Interessados e interesses no regime de acesso à informação pública no Brasil. In: Coleção Estudos da Informação 3. Gestão do conhecimento, da informação e de documentos em contextos informacionais / Regina de Barros Cianconi, Rosa Inês de Novais Cordeiro, Carlos Henrique Marcondes (Orgs.). Niterói : PPGCI/UFF, 2013. ISBN: 978-85-228-1026-0 (papel). Disponível em: <<http://obgi.org/wp-content/uploads/2014/11/Produ%C3%A7%C3%A3o-Intelectual-2013-Interessados-E-Interesses-No-Regime-De-Acesso-%C3%80-Informa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-No-Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MALIN, Ana Maria Barcellos; SÁ, Maria Irene da Fonseca e. Lei de acesso à informação: um estudo comparativo com outros países. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012. Disponível em: <<http://obgi.org/wp-content/uploads/2013/08/Produ%C3%A7%C3%A3o-Intelectual-2012-Lei-de-Acesso-%C3%A0-Informa%C3%A7%C3%A3o-Um-Estudo-comparativo-com-outros-pa%C3%ADses.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MANN, Steve; NOLAN, Jason; WELLMAN, Barry. Sousveillance: inventing and using wearable computing devices for data collection in surveillance environments. In: SURVEILLANCE & SOCIETY, v.1, n.3, p.331-355, 2003. Disponível em: <<http://www.surveillance-and-society.org/articles1%283%29/sousveillance.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MATHEUS, Ricardo; VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia. Dados governamentais abertos e o ciclo virtuoso de uso de dados e informações públicas para o controle social, melhoria dos serviços públicos e desenvolvimento da economia: Estudo de Caso da Cidade do Rio de Janeiro. In: WTRANS - WORKSHOP DE TRANSPARÊNCIA EM SISTEMAS, 2, 2014. Disponível em: <[http://wtrans.inf.puc-rio.br/WTRANSartigos/pdf\\_counter.lua?wtrans=WTRANS14&file\\_name=paper10.pdf](http://wtrans.inf.puc-rio.br/WTRANSartigos/pdf_counter.lua?wtrans=WTRANS14&file_name=paper10.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MELGAÇO, Lucas. Estudantes sob controle: a racionalização do espaço escolar através do uso de câmeras de vigilância. In: O SOCIAL EM QUESTÃO, ano 15, n.27, 2012. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27\\_Se%C3%A7%C3%A3o\\_Livre\\_Melga%C3%A7o1.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Se%C3%A7%C3%A3o_Livre_Melga%C3%A7o1.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MODESTO, Lisandro Rogério. Representação e persistência para acesso a recursos informacionais digitais gerados dinamicamente em sites oficiais do Governo Federal. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, 2013. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/modesto\\_lr\\_do\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/modesto_lr_do_mar.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

NEVES, Otávio Moreira de Castro. Evolução das políticas de governo aberto no Brasil. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/092-EVOLU%C3%87%C3%83O-DAS-POL%C3%8DTICAS-DE-GOVERNO-ABERTO-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OLIVEIRA, Marlene de; CENDON, Beatriz Valadares. Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 143p.

PRESSMAN, Roger S. Engenharia de software. 3. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1995. 1055 p.

RIBEIRO, Claudio José Silva; ALMEIDA, Reinaldo Figueiredo de. Dados Abertos Governamentais (Open Government Data): instrumento para exercício de cidadania pela sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12, 2011. Disponível em: <[http://eprints.rclis.org/18019/1/GT\\_8.pdf](http://eprints.rclis.org/18019/1/GT_8.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.



SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. In: PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/235/22>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SILVA, Edilene Maria da; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Regime de informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/25/166>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SIMÕES, Adriana Machado. O processo de produção e distribuição de informação enquanto conhecimento: algumas reflexões. In: PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 81-86, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/236/23>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SOUZA, Rosali Fernandez de; STUMPF, Ida Regina Chitto. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. In: PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 14, número especial, p. 41-58, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/901/606>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Basics of qualitative research- techniques and procedures for developing grounded theory. 2. ed. United States: Sage Publications, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

UNGER, Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria. Sistemas de informação e linguagens documentárias no contexto dos regimes de informação: um exercício conceitual. In: REVISTA DIGITAL DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Campinas, v. 4, n. 1, p. 102-115, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbc/article/download/349/231>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. In: CADERNOS PPG-AU/FAUFBA, 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/5111/3700>>. Acesso em: 10

jan. 2015.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

AEROPORTOS BRASIL. Aplicativo que disponibiliza informações sobre o movimento de aeronaves e passageiros em aeroportos no Brasil. Disponível em: <<http://ison.stratebi.es/aerobrasil/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

AGÊNCIAS DO MTE. Aplicativo que disponibiliza informações sobre postos de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://maps.mootiro.org/project/307>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

AGUNE, Roberto. Entrevista Dados abertos: estímulo à colaboração. 2012. Disponível em: <<http://www.wirelessmundi.inf.br/edicao-no-8/837-entrevista>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ANÁLISE DO ACESSO À EDUCAÇÃO. Aplicativo que disponibiliza informações sobre o acesso à Educação Básica e Superior no país. Disponível em: <<http://analise-do-acesso-a-educacao.webnode.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BASÔMETRO. Aplicativo que possibilita mensurar o apoio de parlamentares da Câmara de Deputados ao Governo. Disponível em: <<http://estadaodados.herokuapp.com/html/basometro/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Brasília, DF, 1988. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Decreto de 03 de Abril de 2000, que institui Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15\\_90Decreto\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2000.pdf](http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90Decreto_3_de_abril_de_2000.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Decreto de 15 de Setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/dsn/dsn13117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/dsn/dsn13117.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede

Mundial de Computadores – Internet. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo federal, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Instrução Normativa nº 4, de 13 de Abril de 2012, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo Federal. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação, que dispõe sobre o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL MAPEADO. Aplicativo que disponibiliza informações sobre serviços de interesse público. Disponível em: <<http://150.165.75.163/brasil-mapeado/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA. Cartilha que consiste em uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação. Brasília, DF, 2011. Controladoria-Geral da União. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/cartilhaacessoainformacao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CARTILHA TÉCNICA PARA A PUBLICAÇÃO DE DADOS ABERTOS NO BRASIL. Cartilha que orienta as organizações governamentais brasileiras quanto às boas práticas de publicação de dados na Internet e o devido cumprimento dos critérios técnicos relacionados ao paradigma de dados abertos. v.1.0. Brasília, DF. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Parceria de Governo Aberto: Artigos de Governança. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://governoaberto.cgu.gov.br/documentos/artigos-de-governanca.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO. Artigos 10 e 13. 2003. Disponível em: <<http://www.empresalimpa.org.br/uploads/file/deReferencia/ConvencaodaONUcontracorrupcao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CREATIVE COMMONS BRASIL. As licenças. Disponível em: <<http://www.creativecommons.org.br/o-que-e-o-cc/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CREATIVE COMMONS BRASIL. O que é o CC. Disponível em: <<http://www.creativecommons.org.br/o-que-e-o-cc/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CUIDANDO DO MEU BAIRRO. Aplicativo que visa possibilitar a fiscalização dos gastos realizados em equipamentos públicos da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://cuidando.org.br/index.php>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DECLARAÇÃO DE GOVERNO ABERTO. Declaração que reconhece a exigência, por parte de cidadãos de todo o mundo, de maior transparência de seus governos. Brasília, DF, 2011. Controladoria-Geral da União. Disponível em: <<http://governoaberto.cgu.gov.br/arquivos/Declaracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO. Item 4. 2000. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/principiosLE.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Artigo 19. 1948. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr\\_translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DE OLHO NAS EMENDAS. Aplicativo que monitora onde o dinheiro dos impostos está sendo gasto no DF. Disponível em: <<https://emendas.crowdmap.com/main>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DESAFIO DADOS ABERTOS. Sobre o desafio de dados abertos. Disponível em: <<http://desafiodadosabertos.org/sobre/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DPRF.INFO. Aplicativo que disponibiliza informações sobre acidentes em rodovias federais brasileiras. Disponível em: <<http://www.dprf.info/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

EAVES, David. The three laws of Open Government Data. 2009. Disponível em: <<http://eaves.ca/2009/09/30/three-law-of-open-government-data/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

EDUQI - EDUCAÇÃO É QUESTÃO DE INVESTIMENTO. Aplicativo que disponibiliza informações sobre a infraestrutura das escolas brasileiras. Disponível em: <<http://eduqi.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

EMPRESÔMETRO. Aplicativo que disponibiliza informações estatísticas sobre empresas e entidades privadas e públicas em atividade no país. Disponível em: <<http://www.empresometro.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ESCOLA QUE QUEREMOS. Aplicativo que disponibiliza informações sobre o ensino fundamental no país. Disponível em: <<http://www.escolaquequeremos.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FALA CÂMARA. Aplicativo que disponibiliza informações sobre a atuação dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <<http://lucasnemeth.pythonanywhere.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. GNU Affero General Public License. 2007a. Disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/agpl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. GNU General Public License. 2007b. Disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/gpl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. GNU Lesser General Public License. 2007c. Disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/lgpl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MANUAL DOS DADOS ABERTOS: GOVERNO. Manual que busca explicar como aproveitar o potencial de informações oficiais para permitir a existência de novos serviços de informação, melhorando a vida dos cidadãos e fazendo com que governo e sociedade trabalhem juntos e melhor. 2011. Disponível em: <[http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual\\_Dados\\_Abertos\\_WEB.pdf](http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual_Dados_Abertos_WEB.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MAPA DA CULTURA. Aplicativo que disponibiliza informações sobre a dinâmica cultural no Brasil. Disponível em: <<https://mapadacultura.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MEU MUNICÍPIO. Aplicativo que permite a visualização das finanças dos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.meumunicipio.org.br/meumunicipio/home>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MICHAELIS. Moderno dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Regulamento do 1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça. 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={59E61320-3728-45EC-8E2B-DF8122F69EA1}&ServiceInstUID={7C3D5342-485C-4944-BA65-5EBCD81ADCD4}>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Regulamento do 2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça. 2013. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/admin/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={98F9A7CB-4D61-4AB4-A63C-A66AF91F1FC8}&ServiceInstUID={57847B18-B97D-44B6-9B5F-7DB28D57F03F}>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OBSERVATÓRIO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO. Plataforma de ensino e pesquisa desenvolvida e utilizada por alunos e professores da UFRJ. Disponível em: <<http://obgi.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OLHO VIVO. Aplicativo que disponibiliza informações sobre a frota de ônibus do município de São Paulo. Disponível em: <<http://olhovivo.sptrans.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ONDE ACONTECE. Aplicativo que disponibiliza informações sobre a segurança pública no país. Disponível em: <<http://ondeacontece.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OPEN DATA COMMONS. Sobre o Open Data Commons. Disponível em: <<http://opendatacommons.org/about/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OPEN GOVERNMENT DATA. 8 Principles of Open Government Data. Disponível em: <<http://www.opengovdata.org/home/8principles>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. Parceria governamental instituída com o objetivo de promover a transparência, a capacitação dos cidadãos, o combate à corrupção e a utilização de novas tecnologias que fortaleçam a governança. Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. The Open Data. Disponível em: <<https://okfn.org/opendata/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OPEN SOURCE INICIATIVE. The MIT License (MIT). Disponível em: <<http://opensource.org/licenses/MIT>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PAC INFO. Aplicativo que permite visualizar o andamento das obras do PAC. Disponível em: <<http://pac-info.herokuapp.com/map.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS. Artigo 19. 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PAINEL DO PAC. Aplicativo que possibilita o acompanhamento das obras do PAC. Disponível em: <<http://www.it4biz.com.br/apps/dados.gov.br/obrasdopac/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PARA ONDE FOI O MEU DINHEIRO. Aplicativo que demonstra a execução dos orçamentos da esfera federal e do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.paraondefoiomeudinheiro.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PORTAL ACESSO À INFORMAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Anunciado o resultado do 1º concurso de software para Dados Abertos OD4D. 2013a. Disponível em: <<http://dados.gov.br/noticia/anunciado-o-resultado-do-1o-concurso-de-sofware-para-dados-abertos-od4d/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Concurso Nacional de Dados Abertos : interessados já podem se inscrever. 2013b. Disponível em: <<http://dados.gov.br/noticia/concurso-nacional-de-dados-abertos-interessados-ja-podem-se-inscrever/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Ferramenta disponibilizada pelo governo federal brasileiro no ano de 2012 com o objetivo de possibilitar a todos os cidadãos o acesso a dados e informações públicas. Disponível em: <<http://dados.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Plano de Ação para Implantação da INDA. 2012. Disponível em: <<http://notas.dados.gov.br/planodeacaoinda/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. Iniciativa da Controladoria-Geral da União, surgida no ano de 2004, com o objetivo de assegurar a efetiva e correta aplicação dos recursos públicos. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.



PORTAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Conheça os vencedores do Concurso Nacional de Dados Abertos. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/conteudo.asp?p=noticia&ler=10647>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PROCERGS. Anunciados os premiados do 1º DECODERS-RS. 2012. Disponível em: <<http://www.procergs.rs.gov.br/index.php?action=noticia&cod=15019>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PROGRAMA DE GOVERNO ELETRÔNICO. Programa de governo, surgido através do Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000, que possui como premissa a utilização das contemporâneas tecnologias de informação e comunicação para democratizar o acesso à informação. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PROPRIETÁRIOS DO BRASIL. Aplicativo que apresenta informações sobre indivíduos que controlam grandes empresas no Brasil. Disponível em: <<http://proprietariosdobrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

QEDU. Aplicativo que disponibiliza informações sobre a qualidade do aprendizado nas escolas brasileiras. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

RADAR PARLAMENTAR. Aplicativo que ilustra a semelhança entre os partidos políticos no Brasil. Disponível em: <<http://radarparlamentar.polignu.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

RECLAMAÇÕES BR. Aplicativo que possibilita a visualização de reclamações feitas por consumidores ao Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em: <<http://reclamacoes-br.herokuapp.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

RECLAMAÇÕES PROCON. Aplicativo que possibilita a visualização de reclamações feitas por consumidores ao Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em: <<http://www.reclamacoesprocon.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

REPUTAÇÃO S.A. Aplicativo que possibilita a visualização de reclamações feitas por consumidores ao Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em: <<http://reputacao-sa.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

RETRATO DA VIOLÊNCIA. Aplicativo que disponibiliza informações relacionadas à violência contra a mulher no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://retratodaviolencia.org/RS/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SEO MARKETING - MARKETING PARA GOOGLE. 2010. Disponível em:  
<<http://www.seomarketing.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SIGA SEU VEREADOR. Aplicativo que disponibiliza informações sobre a atuação dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em:  
<<http://www.veredores.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

## GLOSSÁRIO

**Quadro 22 – Glossário**

TERMO	SIGNIFICADO
Acessibilidade	"A informação pública deve estar acessível a todos, inclusive aqueles portadores de deficiências (do ponto de vista legal, disposições e normas gerais podem ser encontrados no Decreto 5296 de 2 de dezembro de 2004). Em termos de comunicação, nem sempre será possível garantir 100% de acesso, mas cabe ao administrador desenvolver esforços neste sentido. Na <i>Internet</i> , isto pode ser feito, por exemplo, através de variados recursos, como a associação do texto a imagens, animações e gráficos. Sítios eletrônicos governamentais que tomam essas medidas podem vir a receber um selo de acessibilidade" (CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2011, p.22).
Ciência da Informação	"CI é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso" (BORKO, 1968, p.3).
Controle Social	"É a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle da Administração Pública. O controle social é um complemento indispensável ao controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos. Contribui para a gestão ao favorecer a boa e correta aplicação dos recursos, é um mecanismo de prevenção da corrupção e fortalece a cidadania" (CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2011, p.22).
<i>Creative Commons</i>	"Somos uma organização sem fins lucrativos, que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento através de licenças jurídicas gratuitas" (CREATIVE COMMONS BRASIL, 2014).
Dado	"Sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial" (BRASIL, 2012b, p.2).
Dados abertos	"Dados abertos são a disponibilização de informações, em alguns formatos (preestabelecidos), por governos, organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, ou por outros atores de uma sociedade" (ALBANO, 2014, p.23).
Dados Abertos Governamentais	"Dados governamentais abertos são a disponibilização de dados por parte dos governos, nos mesmos formatos estabelecidos para dados abertos" (ALBANO, 2014, p.23).
Dado público	"Qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica" (BRASIL, 2012b, p.3).

Documento	"É definido pela Lei 12.527/2011 como: "unidade de registro de informações qualquer que seja o suporte ou formato" (Artigo 3)" (CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2011, p.23).
Informação	"Conjunto de dados organizados de tal forma que tenham valor ou significado em algum contexto" (BRASIL, 2012b, p.3).
Formato aberto	"Formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização" (BRASIL, 2012b, p.3).
Governo Aberto	"Pode-se resumir que governo aberto é disponibilização de informações em qualquer formato por parte dos governos e outras ações que visem promover maior transparência" (ALBANO, 2014, p.23).
Governo Eletrônico	"É a utilização pela Administração das modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação pública, ampliar e dinamizar a prestação de serviços. No Brasil, a política de Governo Eletrônico segue um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da sua própria gestão interna e na integração do governo com parceiros e fornecedores" (CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2011, p.23).
Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	"A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos" (CARTILHA TÉCNICA PARA A PUBLICAÇÃO DE DADOS ABERTOS NO BRASIL, 2015).
Lei de Acesso à Informação	"A Lei 12.527 efetiva o direito previsto na Constituição de que todos têm a prerrogativa de receber dos órgãos públicos além de informações do seu interesse pessoal, também aquelas de interesse coletivo" (CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2011, p.14).
Licença aberta	"Acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença" (BRASIL, 2012b, p.3).
Metadado	"Informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso" (BRASIL, 2012b, p.3).
<i>Open Data Commons</i>	"A <i>Open Data Commons</i> consiste em um projeto criado em Março de 2008 pela <i>Open Knowledge Foundation</i> para fornecer soluções jurídicas para dados abertos. Trata-se de um projeto de uma entidade sem fins lucrativos, que possui como objetivo principal beneficiar toda a comunidade de

	conhecimento aberto em geral” (OPEN DATA COMMONS, 2014, tradução nossa).
Parceria para Governo Aberto	“A Parceria de Governo Aberto (PGA) é uma iniciativa internacional voluntária, envolvendo diversos <i>stakeholders</i> , e que objetiva garantir compromissos concretos de governos para com seus cidadãos no intuito de promover transparência, capacitar os cidadãos, combater a corrupção e utilizar novas tecnologias que fortaleçam a governança” (PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO, 2012).
Portal Brasileiro de Dados Abertos	“O Portal Brasileiro de Dados Abertos é a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas” (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).
Portal da Transparência do Governo Federal	“O objetivo é elevar a transparência da gestão pública, possibilitando que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e, desta forma, auxilie na respectiva fiscalização” (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 2015).
Regime	“1 Ação ou modo de reger, de governar, de dirigir. 2 Forma de governo. 3 Sistema político do governo de um país. 4 Direção, governo, regimento, regulamento. 5 Administração ou regimento de qualquer estabelecimento público ou particular, e em geral de qualquer sociedade. 6 O conjunto das regras legais e fiscais que regem certos produtos. 7 Modo, processo, regra, sistema” (MICHAELIS, 2014).
Regime de Informação	“Um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.34).

Fonte: Autor

**APÊNDICE A – NOTÍCIAS SOBRE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS  
ARQUIVADAS NO OBSERVATÓRIO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

**Quadro 23 – Notícias sobre Dados Governamentais Abertos arquivadas no Observatório de Gestão da Informação**

TÍTULO	DATA	CATEGORIA
<a href="#">Tecnologias de dados abertos para interligar bibliotecas, arquivos e museus: um caso machadiano</a>	31-12-2014	Promoção
<a href="#">“Fortaleza Inteligente” terá investimento de R\$ 25 mi</a>	24-12-2014	Abertura
<a href="#">Implementação do CKAN em Alagoas traz novas possibilidades e usuários para o portal de dados abertos</a>	24-12-2014	Abertura
<a href="#">Fortaleza adotará sistema de dados inteligente e popular</a>	19-12-2014	Promoção
<a href="#">Portal Dados Abertos MPRS está no ar</a>	18-12-2014	Abertura
<a href="#">Parceria com <i>Open Knowledge</i> resulta em plano de ação para uma política de dados abertos no Distrito Federal</a>	16-12-2014	Promoção
<a href="#">Brasil melhora, mas cai duas posições no Índice Global de Dados Abertos da <i>Open Knowledge</i></a>	12-12-2014	Promoção
<a href="#">Portal de Dados Abertos da Prefeitura de Recife</a>	12-12-2014	Abertura
<a href="#">Índice Global de Dados Abertos de 2014</a>	12-12-2014	Promoção
<a href="#">Entidades pedem mais transparência na divulgação de dados abertos</a>	11-12-2014	Outros
<a href="#">GDF concorre ao Prêmio Governart do BID</a>	05-12-2014	Abertura
<a href="#">Perto de você vai oferecer informações sobre <i>sites</i> de dados abertos</a>	05-12-2014	Aplicativos
<a href="#">Sem abertura de dados, transparência pública seguirá prejudicada na capital do Brasil</a>	30-11-2014	Promoção
<a href="#">Dados Abertos e E-Democracia serão debatidos no 10º Fórum Espírito Livre em Cachoeiro de Itapemirim/ES</a>	28-11-2014	Promoção
<a href="#">Desigualdade latino-americana: para sanar é preciso transparência... e algo mais</a>	25-11-2014	Outros
<a href="#">Dados Abertos em Governos Municipais</a>	23-11-2014	Promoção
<a href="#">Dados abertos e lei de acesso à informação</a>	22-11-2014	Promoção
<a href="#">Município de São Paulo disponibiliza catálogo de bases de dados</a>	18-11-2014	Abertura
<a href="#">Formatos fechados são desafio para a transparência e acesso à informação, afirma estudo</a>	15-11-2014	Outros
<a href="#">Intercâmbio de dados de pesquisa continua baixo e aumenta lentamente</a>	14-11-2014	Outros
<a href="#">Palestra sobre Dados Abertos e E-Democracia no 8º Fórum Espírito Livre</a>	11-11-2014	Promoção
<a href="#">Participe do debate sobre Dados Abertos Governamentais no 7º Fórum Espírito Livre</a>	03-11-2014	Promoção
<a href="#">Workshop debate política de <i>Open Data</i> da capital gaúcha</a>	31-10-2014	Promoção
<a href="#">Open data: é preciso compartilhar dados</a>	25-10-2014	Promoção

<a href="#">Prefeitura de Curitiba lança política de acesso à informação sem data de implementação</a>	24-10-2014	Abertura
<a href="#">Dados abertos em prol do mundo em desenvolvimento</a>	19-10-2014	Promoção
<a href="#">De Olho nas Metas é apresentando em Conferência sobre Dados Abertos</a>	10-10-2014	Promoção
<a href="#">Ajude-nos a descobrir qual é a situação dos dados abertos no Brasil e no mundo</a>	10-10-2014	Outros
<a href="#">CGM-SP participa da ConDatos, principal evento sobre dados abertos da América Latina</a>	28-09-2014	Promoção
<a href="#">Seminário discute abertura de dados governamentais</a>	17-09-2014	Promoção
<a href="#">Seminário de dados abertos: inscrições terminam quarta-feira</a>	09-09-2014	Promoção
<a href="#">Dados abertos: seminário irá capacitar gestores e servidores que atuam na área</a>	29-08-2014	Promoção
<a href="#">Mais transparência na execução da política de CT&amp;I</a>	28-08-2014	Abertura
<a href="#">Seminário “Plano de Dados Abertos e Política de Governo para Abertura de Dados”</a>	27-08-2014	Promoção
<a href="#">Brasileiros discutem conhecimento livre e dados abertos no OKFest</a>	23-08-2014	Promoção
<a href="#">Ministério da Justiça divulga Plano de Dados Abertos e Espaciais</a>	23-08-2014	Promoção
<a href="#">Porto Alegre: Coordenador do POAdigital fala sobre dados abertos no GUDay 2014</a>	16-08-2014	Promoção
<a href="#">Prefeitura da Capital apresenta projetos de dados abertos em evento</a>	15-08-2014	Promoção
<a href="#">Dados abertos: a transparência das informações e a vitalidade da democracia</a>	05-08-2014	Promoção
<a href="#">Monetizando dados abertos: muito além do <i>hackathon</i></a>	31-07-2014	Promoção
<a href="#">Dados abertos da prefeitura serão utilizados para novo desafio</a>	30-07-2014	Aplicativos
<a href="#">Pesquisa aponta que Portal da Transparência do Recife ainda está longe do ideal</a>	30-07-2014	Outros
<a href="#">Dados Abertos na Copa</a>	09-07-2014	Abertura
<a href="#">Inglaterra analisa potencial dos dados abertos na saúde</a>	26-06-2014	Promoção
<a href="#">Dados abertos para um dia a dia melhor</a>	24-05-2014	Promoção
<a href="#">Proposta sobre dados abertos vence maratona de projetos educacionais promovida pelo Inep</a>	20-05-2014	Aplicativos
<a href="#">Ministério do Planejamento divulga Plano de Dados Abertos</a>	16-05-2014	Promoção
<a href="#">Estado de SP e Reino Unido anunciam parceria na área de transparência, dados abertos e combate à corrupção</a>	13-05-2014	Promoção
<a href="#">Dados Abertos na PROCERGS: Inovação em Governo Eletrônico</a>	06-05-2014	Promoção
<a href="#">Alunos da BandTec desenvolvem aplicativo móvel de utilidade pública</a>	06-05-2014	Aplicativos
<a href="#">Dados abertos permitem que cidadãos conheçam melhor as ações e os resultados do MJ</a>	17-04-2014	Promoção
<a href="#">Monitoramento brasileiro de florestas inspira plataforma internacional</a>	25-02-2014	Aplicativos
<a href="#">Ativistas acreditam que Brasil está atrasado na política de dados abertos</a>	31-01-2014	Outros
<a href="#">SP tem obras acima do limite que equivalem a 70 estádios</a>	29-01-2014	Abertura
<a href="#">Novo site tem 4,6 <i>gigabytes</i> de informações sobre SP</a>	29-01-2014	Abertura
<a href="#">Abertura ampla, geral e irrestrita</a>	28-01-2014	Promoção

<a href="#">Portal Dados Abertos teve 210 mil acessos em 2013</a>	25-01-2014	Abertura
<a href="#">BBC assina acordo em defesa do uso de dados abertos</a>	03-12-2013	Promoção
<a href="#">Aplicativo feito por catarinenses é finalista em concurso internacional</a>	28-11-2013	Aplicativos
<a href="#">POA: dados abertos para público e apps</a>	25-11-2013	Abertura
<a href="#">Vote em plataforma de SC para concurso mundial de tecnologia pelo social</a>	23-11-2013	Aplicativos
<a href="#">Concurso Nacional de Dados Abertos divulga vencedores</a>	23-11-2013	Aplicativos
<a href="#">Porto Alegre lança portal com dados públicos para criar aplicativos inovadores</a>	12-11-2013	Aplicativos
<a href="#">Governo abre dados do Siconv para desenvolvimento de apps</a>	06-11-2013	Abertura
<a href="#">Software Livre e Governo Eletrônico serão temas de Fórum em João Pessoa</a>	02-11-2013	Promoção
<a href="#">Governo incentiva aplicativos feitos a partir de dados abertos</a>	31-10-2013	Aplicativos
<a href="#">Armazenamento local de dados: a nova batalha no Marco Civil</a>	26-10-2013	Outros
<a href="#">Governo propõe novo modelo de participação social por meio de dados abertos na Internet</a>	24-09-2013	Promoção
<a href="#">Prorrogada inscrição para concurso de aplicativos do Ministério da Justiça</a>	14-09-2013	Aplicativos
<a href="#">VI Encontro Nacional do GITEC, evento que reúne profissionais de TI do legislativo e nesse ano traz o tema "Dados Abertos"</a>	13-09-2013	Promoção
<a href="#">Ministério da Justiça abre concurso para <i>app</i> de dados abertos</a>	31-08-2013	Aplicativos
<a href="#">Dados abertos: Concurso do Ministério da Justiça premiará <i>apps open source</i> de estatísticas de trânsito</a>	29-08-2013	Aplicativos
<a href="#">Ministério da Justiça lança concurso para desenvolvimento de aplicativos</a>	28-08-2013	Aplicativos
<a href="#">Convênio marca abertura da base de dados municipais</a>	22-07-2013	Aplicativos
<a href="#">Controladoria Geral promove palestra em Conferência internacional sobre dados abertos</a>	18-07-2013	Promoção
<a href="#">Prefeitura lança <i>site</i> de dados abertos</a>	18-07-2013	Abertura
<a href="#">Hackathon cidadão instiga campuseiros a criar <i>apps</i> para melhorar a cidade</a>	18-07-2013	Aplicativos
<a href="#">Gastos Abertos: como mapear seu dinheiro na sua cidade</a>	17-07-2013	Aplicativos
<a href="#">Prefeitura de Recife apresenta <i>site</i> Dados Abertos</a>	17-07-2013	Abertura
<a href="#">Site Dados Abertos da Prefeitura do Recife será apresentado hoje</a>	15-07-2013	Abertura
<a href="#">Novo portal reúne dados e serviços da Prefeitura do Recife</a>	15-07-2013	Abertura
<a href="#">Cezar Taurion, Dados Abertos e muito mais</a>	10-07-2013	Promoção
<a href="#">Mesa discute dados abertos e transparência nos governos</a>	07-07-2013	Promoção
<a href="#">Dados abertos para leigos</a>	05-07-2013	Promoção
<a href="#">W3C Brasil e CGU divulgam vídeo sobre as vantagens no uso de dados abertos</a>	04-07-2013	Promoção
<a href="#">QEDu é apresentado na Conferência Regional de Dados Abertos para América Latina e Caribe</a>	04-07-2013	Aplicativos
<a href="#">Resultado do 1º concurso de <i>software</i> para Dados Abertos OD4D é divulgado</a>	03-07-2013	Aplicativos
<a href="#">Dados abertos para um dia a dia melhor</a>	02-07-2013	Promoção
<a href="#">Acesso à Informação RS – Governo debate o uso de dados abertos</a>	01-07-2013	Promoção
<a href="#">Como criar um projeto de Dados Abertos e BI <i>Open Source</i> em 10 minutos</a>	27-06-2013	Promoção



<a href="#">Missão é transmitir dados complexos de forma intuitiva, diz brasileira que trabalha do Google</a>	24-06-2013	Outros
<a href="#">1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos</a>	21-06-2013	Aplicativos
<a href="#">Conferência Regional de Dados Abertos para América Latina e Caribe em Montevideo</a>	20-06-2013	Promoção
<a href="#">Queremos dados abertos dos GPS do Transporte Público do Rio</a>	19-06-2013	Aplicativos
<a href="#">Parlamento Europeu Adota Estratégia de Dados Abertos</a>	18-06-2013	Promoção
<a href="#">Censo global de dados abertos mostra transparência limitada em países do G8</a>	14-06-2013	Promoção
<a href="#">Global Open Data Initiative Coordenando Projetos de Dados Abertos</a>	14-06-2013	Promoção
<a href="#">Infraestrutura Nacional de Dados Abertos</a>	11-06-2013	Promoção
<a href="#">Campus de Quixadá promove <i>workshop</i> de Tecnologia da Informação e de Dados Abertos</a>	04-06-2013	Promoção
<a href="#">Curso gratuito online de Open Data (Dados Abertos)</a>	03-06-2013	Promoção
<a href="#">Dados abertos são chave para o futuro, diz pai do WWW</a>	30-05-2013	Promoção
<a href="#">Prêmio incentiva a produção de aplicativos com dados abertos</a>	28-05-2013	Aplicativos
<a href="#">Exemplos da utilização de dados abertos pela Sociedade Civil</a>	25-05-2013	Aplicativos
<a href="#">Dados abertos: aplicativo agiliza acesso aos Procons</a>	24-05-2013	Aplicativos
<a href="#">Cidadão pode verificar informações com aplicativo de dados governamentais</a>	23-05-2013	Aplicativos
<a href="#">Conferência Regional de Dados Abertos para América Latina e Caribe</a>	15-05-2013	Promoção
<a href="#">Levantamento Jurídico sobre Licenciamento para Dados Abertos</a>	15-05-2013	Promoção
<a href="#">Ordem Executiva: governo dos EUA adota dados abertos como política geral</a>	15-05-2013	Promoção
<a href="#">Rede de Pesquisa sobre Dados Abertos é lançada em Londres</a>	13-05-2013	Promoção
<a href="#">Alunos do CIn ficam em 3º lugar no 1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça</a>	13-05-2013	Aplicativos
<a href="#">Obama aprova nova regra de dados abertos para informações públicas mais acessíveis</a>	10-05-2013	Promoção
<a href="#">I <i>Workshop</i> de Dados Abertos do Sertão Central</a>	05-05-2013	Promoção
<a href="#">Dados Abertos e Acesso Aberto – A universalização do conhecimento</a>	29-04-2013	Promoção
<a href="#">O projeto OD4D abre chamada pública para produção de artigos e <i>software</i> sobre Dados Abertos</a>	26-04-2013	Aplicativos
<a href="#">IBM sugere sistema de “cidade cognitiva”</a>	26-04-2013	Outros
<a href="#">Ferramentas de colaboração</a>	25-04-2013	Promoção
<a href="#">CGU em Minas Gerais promove o 2º <i>Workshop</i> de Dados Abertos</a>	18-04-2013	Promoção
<a href="#">Ônibus <i>Hacker</i> vem para BH e traz oficina de dados abertos</a>	16-04-2013	Promoção
<a href="#">Concurso “<i>Software</i> para Dados Abertos”</a>	11-04-2013	Aplicativos
<a href="#">Inep e Fundação Lemann realizam neste fim de semana <i>Hackathon</i> de Dados Educacionais</a>	11-04-2013	Aplicativos
<a href="#">Dados Abertos de Produtos</a>	10-04-2013	Aplicativos
<a href="#">Macroeconomia dos dados abertos</a>	09-04-2013	Promoção

<a href="#">Dados Abertos sobre alimentos</a>	25-03-2013	Aplicativos
<a href="#">Transparência e dados abertos: bons exemplos</a>	21-03-2013	Promoção
<a href="#">Pesquisador alemão aponta experiência brasileira como inovadora</a>	19-03-2013	Outros
<a href="#">Dados abertos de convênios ajudam prefeituras</a>	26-02-2013	Abertura
<a href="#">A importância dos Dados Abertos para a cidadania</a>	23-02-2013	Promoção
<a href="#">Hackathon – Dados Governamentais Abertos</a>	10-02-2013	Aplicativos
<a href="#">Dados Abertos na Copa</a>	02-02-2013	Abertura
<a href="#">União Europeia lança Portal de Dados Abertos</a>	14-01-2013	Abertura
<a href="#">Como acessar as informações do Senado em dados abertos</a>	14-01-2013	Abertura
<a href="#">Transparência e dados abertos</a>	14-01-2013	Promoção
<a href="#">Curso para Entidades Públicas na América Latina e Caribe sobre Dados Abertos</a>	10-01-2013	Promoção
<a href="#">Chile sedia curso de dados abertos para entidades públicas</a>	08-01-2013	Promoção

Fonte: Autor

## APÊNDICE B – MAPEAMENTO DA UTILIZAÇÃO DE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS NO BRASIL

**Quadro 24 – Mapeamento da utilização de Dados Governamentais Abertos no Brasil**

APLICATIVO	TEMA	CONJUNTO DE DADOS	LICENÇA	AUTOR	EVENTO
Reputação S.A.	Direito do Consumidor	Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas	ODC-ODBL	Vitor Baptista	1º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça
				Thiago Bueno	
				Leo Tartari	
Reclamações PROCON	Direito do Consumidor	Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas	ODC-ODBL	Luiz Henrique Volso	
				Adriano Alves Lima	
				Thiago Takeshi	
				Marcos Huss	
				Daniel Vichi	
				Thiago TPC	
Reclamações BR	Direito do Consumidor	Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas	ODC-ODBL	Fernando Witzke	
				Carlos Chiconato	
				Alexandre Barbosa	
				Gustavo Freitas	
				Glauber Ramos	
				Natalia Arsand	
				Gabriel Albo	
Para onde foi o meu dinheiro	Gastos Públicos	Despesas Diretas do Poder Executivo Federal	Sem associação de qualquer tipo de licença	<i>OpenData-BR</i>	Não foi possível identificar o evento
Onde Acontece	Segurança Pública	Ocorrências Criminais do Estado do Rio Grande do Sul	Sem associação de qualquer tipo de licença	<i>OpenData-BR</i>	
		Malha Geométrica dos Municípios Brasileiros	Domínio Público		
Aeroportos Brasil	Transporte	Base de dados da INFRAERO	Não foi possível identificar a licença	Stratebi	
		Movimento dos Aeroportos Administrados pela INFRAERO	Sem associação de qualquer tipo de licença		
Siga seu Vereador	Atuação de	Votações em Sessões Plenárias da Câmara	Sem associação de qualquer	Felipe Barreto Bergamo	

	Parlamentares e Partidos Políticos	Municipal de São Paulo	tipo de licença	Hitoshi Mizobuchi	1ª <i>Hackathon</i> : Maratona <i>Hacker</i> /Desafio de Dados Abertos
				Mauricio Sako	
Fala Câmara	Atuação de Parlamentares e Partidos Políticos	Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo	Sem associação de qualquer tipo de licença	Lucas Nemeth	
Radar Parlamentar	Atuação de Parlamentares e Partidos Políticos	Informações Legislativas da Câmara dos Deputados	Sem associação de qualquer tipo de licença	PoliGNU	
		Votações em Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Paulo	Sem associação de qualquer tipo de licença		
		Censo do Legislativo	CC-BY-NC		
Basômetro	Atuação de Parlamentares e Partidos Políticos	Informações Legislativas da Câmara dos Deputados	Sem associação de qualquer tipo de licença	Grupo Estadão	Não foi possível identificar o evento
Painel do PAC	Obras Públicas	Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento	ODC-ODBL	Caio Moreno de Souza	13º Fórum Internacional de <i>Software</i> Livre (FISL)
DPRF.info	Transporte	Sistema BR-Brasil - Boletins de Ocorrências em Rodovias Federais	ODC-ODBL	Mário Pácio	2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos do Ministério da Justiça
				Weslen Finotti	
Escola Que Queremos	Educação	Microdados do Censo Escolar	Sem associação de qualquer tipo de licença	Adriano Bonat	1º Concurso de <i>Software</i> para Dados Abertos OD4D
		Microdados Prova Brasil	Sem associação de qualquer tipo de licença	Fernanda Campagnucci	
				Pedro Guimarães	
Retrato da Violência	Segurança Pública	Registros de Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul	Sem associação de qualquer tipo de licença	Vitor Baptista	Concurso Decoder RS
				Leo Tartari	
				Thiago Bueno	
De Olho nas Emendas	Gastos Públicos	Protocolos das Emendas	Sem associação de qualquer tipo de licença	Coletivo Transparência <i>Hacker</i>	1º Concurso de <i>Software</i> para Dados Abertos OD4D
				Adote um Distrital	
EduQI – Educação é questão de investimento	Educação	Microdados Prova Brasil	Sem associação de qualquer tipo de licença	Daniel Cardoso	
				Samuel Zvir	
Proprietários do Brasil	Patrimônios de Empresas	CVM	Não foi possível identificar a licença	Cooperativa EITA	
				IMD	
				Aicó Culturas	
Mapa da Cultura	Cultura	Pesquisas de campo	Não foi possível identificar a	ONG Artéria Cultura e Cidadania	

			licença		
		Informações inseridas no aplicativo	Não foi possível identificar a licença		
QEdu	Educação	Microdados do Censo Escolar	Sem associação de qualquer tipo de licença	Meritt	Não foi possível identificar o evento
		Microdados Prova Brasil	Sem associação de qualquer tipo de licença		
		Média de Horas-Aula diária na Educação Básica	Sem associação de qualquer tipo de licença		
		Média de Alunos por Turma na Educação Básica	Sem associação de qualquer tipo de licença		
		Taxas de distorção idade-série Escolar na Educação Básica	Sem associação de qualquer tipo de licença		
		Taxa de Não Resposta no Censo Escolar	Sem associação de qualquer tipo de licença		
		Taxas de Rendimento Escolar na Educação Básica	Sem associação de qualquer tipo de licença		
Olho Vivo	Transporte	Informações oriundas dos coletivos sob a gestão da SPTRANS	Não foi possível identificar a licença	SPTRANS	
Cuidando do Meu Bairro	Gastos Públicos	Informações oriundas da SEMPLA	Não foi possível identificar a licença	Fernando Ferreira Diniz de Moraes	
				Profª. Drª. Gisele da Silva Craveiro	
				Andrés M. R. Martano	
				Prof. Dr. Jorge A. S. Machado	
				Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas da USP	
Brasil Mapeado	Serviços Públicos	Unidades dos Procons	ODC-ODBL	Prof. Cláudio de Souza Baptista	Concurso Nacional de Dados Abertos
		Rede Privada de Entidades de Assistência Social	ODC-ODBL		
		Centro de Referência Especializado de Assistência Social	ODC-ODBL		
		Centro de Referência de Assistência Social	ODC-ODBL		
		Estruturas da Fundacentro	ODC-ODBL		
		Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	ODC-ODBL	Daniel Farias Batista Leite	

		Postos e Delegacias do Departamento de Polícia Federal	ODC-ODBL		
		Unidades de Atendimento da Receita Federal	ODC-ODBL		
		Unidades Básicas de Saúde	ODC-ODBL		
		Postos do Sistema Nacional de Emprego	ODC-ODBL		
		Postos Campanha do Desarmamento	ODC-ODBL		
		Lista de Cartórios do Brasil	ODC-ODBL	Júlio Henrique Rocha	
		Instituições de Ensino Superior	ODC-ODBL		
		Instituições de Ensino Básico	ODC-ODBL		
		Comunidades Terapêuticas	ODC-ODBL		
		Agências, Gerências e Superintendências de Atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego	ODC-ODBL		
		Agências da Previdência Social	ODC-ODBL		
Agências do MTE	Serviços Públicos	Informações oriundas do Portal Brasileiro de Dados Abertos	Não foi possível identificar a licença	Daniela Mattern	
		MTE	Não foi possível identificar a licença		
PAC Info	Obras Públicas	Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento	ODC-ODBL	Brian Thomas Storti	
				Carlos Chiconato	
				Thiago Felix	
Análise do Acesso à Educação	Educação	Microdados do Censo Escolar	Sem associação de qualquer tipo de licença	Edviges Lima	
				Yúrika Sato Nóbrega	
		Microdados do Censo da Educação Superior	Sem associação de qualquer tipo de licença	Manuella Aschoff C. Brandão Lima	
				Ed Porto	
Meu Município	Gastos Públicos	MF	Não foi possível identificar a licença	Fundação Brava	
		IBGE	Não foi possível identificar a licença	INSPER	
Empresômetro	Patrimônios de Empresas	RFB	Não foi possível identificar a licença		
		Secretarias Estaduais de Fazenda	Não foi possível identificar a licença		

		Secretarias Municipais de Finanças	Não foi possível identificar a licença	IBPT	24ª Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
		Agências Reguladoras	Não foi possível identificar a licença		
		Cartórios de Registro de Títulos e documentos	Não foi possível identificar a licença		
		MDIC	Não foi possível identificar a licença		
		MTE	Não foi possível identificar a licença		
		CEF	Não foi possível identificar a licença		
		Juntas Comerciais	Não foi possível identificar a licença		
		Portais da Transparência	Não foi possível identificar a licença		
		IBGE	Não foi possível identificar a licença		

Fonte: Autor